

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGENS E CULTURA

VIVIANE BRITO SILVA

**A ESCOLA EM NOTÍCIA: PRÁTICAS DE GOVERNO DE SUJEITOS
CONTEMPORÂNEOS.**

JOÃO PESSOA/PB
2010

VIVIANE BRITO SILVA

**A ESCOLA EM NOTÍCIA: PRÁTICAS DE GOVERNO DE
SUJEITOS CONTEMPORÂNEOS.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do grau de Doutor.
Professora: Dra. Ivone Tavares de Lucena (Orientadora)

JOÃO PESSOA/ PB
2010

S586e *Silva, Viviane Brito.*

A escola em notícia: práticas de governo de sujeitos contemporâneos / Viviane Brito Silva - João Pessoa : [s.n.], 2010.

133f. : il

Orientadora: Ivone Tavares de Lucena.

Tese(Doutorado) – UFPB/CCHLA.

*1.Análise do discurso. 2.Práticas discursivas. 3.Notícias.
4.Escola-Constituição de subjetividades.*

UFPB/BC

CDU: 81'322.5(043)

VIVIANE BRITO SILVA

**A ESCOLA EM NOTÍCIA: PRÁTICAS DE GOVERNO DE SUJEITOS
CONTEMPORÂNEOS.**

Tese aprovada em: 10 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ivone Tavares de Lucena – (UFPB)
(Orientadora)

Profa. Dra. Vanice Sargentini– (UFSCAR)
(Examinadora 1)

Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas – (UFCG)
(Examinador 2)

Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira – (UFPB/UFCG)
(Examinador 3)

Profa. Dra. Mirian de Albuquerque Aquino – (UFPB)
(Examinadora 4)

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída.

Foucault

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo à minha orientadora, a Profa. Dra. Ivone Tavares de Lucena, que me acolheu no doutorado, depositando em mim a confiança necessária para que eu pudesse aprender e amadurecer. Obrigada pelo apoio e pela liberdade para pensar e pesquisar.

A todos os professores do PPGL, em especial a Profa. Dra. Liane Schneider e a Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira pela atenção, carinho e aprendizado.

Ao Prof. Dr. Aloísio Medeiros Dantas, que primeiro me conduziu pelos caminhos da Análise do Discurso.

Ao Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDT) e à CAPES pela concessão de bolsa de estudos.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* de Senhor do Bonfim, especialmente na pessoa do diretor João Luís Almeida Feitosa pela liberação e incentivo.

Ao PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica) por ter possibilitado o enriquecimento de conhecimentos e experiências através da parceria com a UFRGS, onde tive a oportunidade de cursar disciplinas oferecidas pelos professores Freda Indursky, Marisa Vorraber Costa e Alfredo Veiga-Neto, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desse estudo.

À minha mãe, maior parceira e incentivadora de tudo que faço.

A Genésio, pela paciência e compreensão.

Ao meu filho Davi pela possibilidade de me ensinar a amar sem limites.

À minha irmã Ilana, que com amor e alegria cuidou tão bem de Davi.

Às minhas amigas Kamila, Elane e Sandrinha, sempre dispostas a ajudar nas tarefas do doutorado.

Às colegas Robéria e Iracilda, parceiras de caminhada.

Um agradecimento especial à amiga Jandilene que tantas vezes me acolheu com carinho e amizade sincera em sua casa.

A todos aqueles que torceram e contribuíram direta ou indiretamente para a concretização de mais essa etapa de minha vida.

E acima de tudo a Deus, cuja força é meu sustentáculo.

RESUMO

Esta tese objetiva, a partir da análise de diversas notícias publicadas sobre a instituição escolar em diferentes sites da mídia on-line, discutir como o objeto escola é produzido no discurso jornalístico na atualidade. Fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e, sobretudo nas formulações de Michel Foucault, a pesquisa pretende evidenciar como são produzidas, disseminadas e validadas certas verdades sobre a escola que acabam por regular os nossos modos de ver e falar sobre essa instituição na contemporaneidade. Consideramos que através das notícias que circulam na mídia podemos ter acesso a jogos de verdade que estão funcionando no universo escolar para a constituição de subjetividades. Os enunciados postos em funcionamento nos discursos das notícias apontam para a emergência de novas práticas que se materializam nesse ambiente institucional, tendo em vista o governo dos sujeitos. Para realizar um inventário dessas novas práticas, analisamos, em particular, notícias que tratam do objeto escola em sua relação com outras temáticas, tais como violência, alimentação e sexo. Esses temas constituem uma rede discursiva que remete aos desafios impostos à escola pela cultura contemporânea. As notícias evidenciam os modos pelos quais a instituição escolar tem buscado reafirmar a sua função na produção de certos tipos de sujeitos, apontando, portanto, para a intensificação do papel da escola como espaço normalizador na sociedade de controle.

Palavras-chave: Práticas discursivas, notícias, escola e constituição de subjetividades.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss, based on the analysis of several reports on the school institution published in different sites of the on-line media, how the object school is produced in current journalistic discourse. Grounded on theoretical presuppositions of the French school of Discourse Analysis and, especially, on the constructs of Michel Foucault, this research intends to highlight how certain truths about school are produced, disseminated and validated, which eventually regulate our ways of seeing and talking about this institution in present times. We believe that we can have access to truth games that are working in the school universe for the constitution of subjectivities through the news circulating in the media. The statements put into operation in the discourse of the news point to the emergence of new practices that materialize in this institutional environment in order to govern the subjects. To conduct an inventory of these new practices, we analyzed, particularly, news dealing with the object school in relation with other topics, such as violence, food and sex. These issues constitute a discursive network that refers to the challenges posed to school by contemporary culture. The news highlight the ways in which the educational institution has sought to reassert its function in the production of certain types of subjects, pointing, therefore, to the increased role of school as a standard setter in the society of control.

Keywords: Discursive practices, news, school and constitution of subjectivities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AJUSTANDO O FOCO: PRÁTICAS DISCURSIVAS E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES	19
1.1. À LUZ DA PRÁTICA DISCURSIVA: A FORMAÇÃO DISCURSIVA E O ENUNCIADO	20
1.2. O SUJEITO E O PODER PELAS LENTES DO DISCURSO	24
1.3. AMPLIANDO A VISÃO: REGIMES DE VERDADE E CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS	27
1.4. PRÁTICAS DISCURSIVAS DA MÍDIA EM CENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E GOVERNAMENTO DOS SUJEITOS	30
1.4.1. A construção discursiva da notícia	33
2. FOCALIZANDO A INSTITUIÇÃO ESCOLAR: RELAÇÕES DE PODER E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES	41
2.1. A CIVILIZAÇÃO DA CONDUTA: CONFIGURAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICO- CULTURAIS.....	42
2.2. ESCOLA E GOVERNAMENTALIDADE: DA DISCIPLINA AO CONTROLE	46
2.3. EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURA CONTEMPORÂNEA: A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS SUJEITOS	51
2.4. NOVOS SUJEITOS, NOVAS PRÁTICAS NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	55
3. VISIBILIZANDO NOVAS PRÁTICAS DE GOVERNO NAS ESCOLAS: SUBJETIVAÇÃO E NORMALIZAÇÃO	59
3.1. A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS NAS NOTÍCIAS.....	62
3.2. EM DESTAQUE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: A DISSEMINAÇÃO DE VERDADES CONSAGRADAS SOCIALMENTE.....	86
3.3. ESCOLA E SEXO: A VALIDAÇÃO DE VALORES SOCIOCULTURAIS HEGEMÔNICOS	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129

O que tento fazer é compreender os sistemas implícitos que determinam, sem que disso tenhamos consciência, nossas condutas as mais familiares. Tento atribuir-lhes uma origem, pôr em evidência sua formação, a coação que nos impõem. Tento, portanto, tomar distância em relação a esses sistemas e mostrar de que maneira seria possível escapar-lhes.

Foucault

INTRODUÇÃO

Como somos o que somos? Esta tem sido a pergunta mote para que as áreas das ciências humanas possam investigar os modos de vida dos sujeitos, especialmente nesse tempo líquido, tão bem caracterizado por Bauman (2001) em que fluidez, instabilidade e insegurança dão o tom de nossas relações com nós mesmos, com as coisas e com os outros.

O jeito de sermos humanos na sociedade contemporânea merece, de fato, que reflitamos sobre uma série de aspectos que nos impelem a sermos de um modo e não de outro. Neste trabalho, centraremos nossa atenção no tema da educação. Em sentido amplo, é nas mais diversas relações que travamos ao longo de nossa vida que aprendemos a ser de determinado modo e não de outro, a pensar como pensamos, a agir como agimos. Em sentido mais restrito, a escola é a instituição responsável por formar um tipo de sujeito de determinado modo, condizente com o tipo de sociedade na qual vive.

De acordo com Foucault (2004) a escola é uma instituição criada a partir das necessidades e circunstâncias que se delinearam a fim de organizar e regular a vida em sociedade. O próprio dinamismo da convivência entre os homens determina imperativos que se delineiam e se estabelecem para que as relações humanas possam ter certas feições. Para organizar as massas sociais que se foram formando a partir do surgimento das cidades, foram criadas instituições com o objetivo de regular costumes, hábitos e práticas. Surgem então as escolas, os hospitais, as prisões e as fábricas. Em todos esses lugares, o corpo deve ser vigiado, docilizado e treinado para potencializar sua utilidade produtiva. Para Foucault, foi a lógica disciplinar que vigorou na organização social desde o século XVII, através de dispositivos capazes de dividir, classificar, ordenar, hierarquizar e normalizar os indivíduos.

Neste tipo de sociedade, a escola configura-se como um dos locais mais poderosos, uma vez que, como afirma Veiga-Neto (2007) entre todas essas instituições, a escola é a mais geral, isto é, a escola é aquela que se estende mais ampla e duradouramente a todos os indivíduos dessa sociedade que se quer civilizada.

Segundo Deleuze (1992, p. 219), as sociedades contemporâneas estão refinando as suas tecnologias disciplinares e se transformando em sociedades de controle. O modelo disciplinar se encontra em crise e novos dispositivos estão sendo agenciados a partir das mudanças sociais e econômicas que determinam outras necessidades e circunstâncias. O modelo disciplinar em que os indivíduos passavam de uma instituição a outra com a finalidade de atingir o máximo de utilidade e produtividade está em crise e os reflexos dessa

crise são mais claramente percebidos nas instituições ligadas à educação e ao trabalho pela sua abrangência.

Por essas razões, não é difícil perceber que as formas tradicionais de educar os sujeitos vêm sofrendo profundas reestruturações. O século XX assistiu a uma mudança radical no processo de educação formal. Uma pedagogia tradicional e autoritária, nos moldes de um ritual religioso e austero, vigorou até a segunda metade desse século no Brasil, quando o saber pedagógico começou a agregar as teorias de bases psicológicas que deslocaram o foco do saber para o ser. Nesse contexto é nítida a relação saber/poder desenvolvida por Foucault: Uma mudança desse tipo pressupõe que todo um campo de saber relacionado às ciências da educação desenvolva um conhecimento sobre o sujeito para que ele possa ser pensado de um determinado modo. Assim, professores, médicos, pedagogos, psicólogos, políticos e outros profissionais estiveram/estão sempre contribuindo para que o sujeito seja pensado, definido, formado, educado, redesenhado de determinadas maneiras e não de outras, a partir do conjunto de saberes construídos, partilhados e disseminados sobre os modos de pensar e de ser dos sujeitos.

Para essa análise é interessante ressaltar que teremos como pano de fundo o processo de expansão da escola pública, a consolidação da escola de massas. Portanto, essa escola sempre precisa ser pensada como um instrumento de regulação do estado. É a biopolítica tratada por Foucault que diz respeito ao gerenciamento da vida da população. Essa expansão da escola pública responde à necessidade de aumento da força do estado, sustentada pela idéia de bem estar da população.

Exercendo o magistério há mais de 15 anos, vimos acompanhando e buscando compreender as mudanças que vêm ocorrendo na instituição escolar, responsáveis por provocar estranhamento e inquietações, já que novas configurações transformam a escola num cenário cada vez mais diferenciado do espaço em que fomos educados. Nós, professores, responsáveis hoje pela educação dos adolescentes e jovens, fomos submetidos a um modelo de escola que não tem mais como se impor no atual momento sócio-histórico.

O acelerado processo de mudança imposto pelos avanços tecnológicos vem afetando todas as esferas da vida humana, redesenhando todos os tipos de relações. As instituições, responsáveis por organizar a vida em sociedade, a partir das relações de poder que se estabelecem, constituem espaços interessantes para se perceber os impactos de uma nova ordem que vem desestabilizando as antigas matrizes que ancoravam os modos de existência.

A instituição escolar foi e continua sendo um dos lugares mais importantes de produção de sujeitos; esse processo de subjetivação, no entanto, não é imutável. Como ser

histórico, o sujeito se produz de diferentes modos no decorrer do tempo. Não havendo uma subjetividade transcendental, ela é sempre produzida tendo em vista as condições sócio-históricas que também não foram determinadas de uma vez por todas. Como a escola vem se modificando ao longo do tempo, mudam as regras, mudam as relações, mudam as formas de subjetivação, mudam as formas de transgressão.

A observação das alterações nas rotinas e práticas das instituições escolares despertou o desejo de refletir sobre isso, à luz da dimensão discursiva. Buscando inspiração no modo foucaultiano de pesquisar, este trabalho pretende dar visibilidade a uma série de enunciados de uma época, a uma série de práticas relacionadas a determinados regimes de verdade sobre o ambiente escolar. Tal análise do discurso vai em busca de enunciados que se relacionam, que apontam para certos regimes de verdade característicos de uma época, e que falam de determinadas relações de poder e que produzem certos tipos de sujeitos.

Entendendo que os significados do que é a escola são produzidos nos discursos que se enunciam sobre ela, o objetivo geral da pesquisa é evidenciar como esse objeto é (res)significado nas notícias sobre a escola que circulam nos principais sites jornalísticos produzidos no Brasil. Para isso, através da análise dos discursos das notícias, objetivamos enfocar um regime de discursividade que aponta para a emergência de novas práticas que vêm se implantando no ambiente escolar, tendo em vista a constituição dos sujeitos alunos contemporâneos. Consideramos que através das notícias que circulam na mídia, podemos ter acesso a jogos de verdade que estão funcionando no universo escolar para o governo das condutas.

Que jogos de verdade emergem dos discursos das notícias que circulam sobre a escola na mídia on-line? Ao instituir essa questão central, emergem outras, como as que seguem, as quais consideramos fundamentais para nortear a análise proposta: quais os efeitos ou como funciona a cultura pós-moderna na produção de determinados tipos de sujeitos alunos? Frente às novas configurações sócio-histórico-culturais, quais as estratégias da escola para garantir a sua função na produção de determinados tipos de sujeitos? Afinal, que subjetividades estão sendo construídas na relação entre cultura contemporânea e escola? Ao responder tais questões, não é nosso objetivo instituir a verdade sobre essas subjetividades, mas realizar uma das leituras possíveis (sempre localizada e parcial) sobre os sujeitos escolares na atualidade.

Analisar as relações sociais contemporâneas demanda um percurso metodológico que possibilite a compreensão da complexidade da vida cotidiana e dos fenômenos sociais (CHIZZOTTI, 1991). Frente ao mundo em que vivemos, é cada vez mais forte a concepção de

que as certezas absolutas e conclusões definitivas não servem para explicar os fenômenos em sua dimensão de acontecimento.

A abordagem qualitativa não tem como prioridade a preocupação com princípios, leis e generalizações, por isso mostra-se mais adequada ao tratamento dos problemas e objetos de estudos que despertam a atenção dos pesquisadores das ciências humanas. Desse modo, nunca há a possibilidade de neutralidade do pesquisador frente ao seu objeto, já que sempre está interrogando e interpretando uma realidade com a qual convive e da qual faz parte. Nesse sentido, cabe ao pesquisador a tarefa de selecionar o que quer conhecer, interagir e atribuir sentidos, numa atitude reflexiva e perspicaz, comprometida com um exercício constante de elaboração e reelaboração.

Esse tipo de pesquisa, por sua especificidade, coloca o pesquisador diante de novos desafios, já que, mesmo diante de seus pressupostos – métodos, técnicas, procedimentos de levantamento e análise de dados – faz-se necessária a elaboração de novas estratégias que possam se adequar ao problema de pesquisa formulado, possibilitando a emergência de respostas.

Novena (2008, p. 170) adverte que dois aspectos devem ser considerados na formulação e delimitação do problema de pesquisa na abordagem qualitativa: o primeiro está relacionado à percepção subjetiva do pesquisador em relação à realidade social. O problema decorre de um processo indutivo que vai se delimitando a partir do contato direto do pesquisador com a discursivização de um objeto que, aos poucos, vai despertando o seu interesse. O segundo aspecto diz respeito à constituição do referencial teórico sobre o que se deseja pesquisar. Segundo Fazenda (1989 *apud* NOVENA *op.cit*, p. 171) o referencial teórico de um pesquisador é “um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades”.

Desse modo, a formulação e delimitação do problema instituído na presente pesquisa surgiram a partir da inquietação sobre o tema escola e processos de subjetivação. Por acreditarmos que a realidade é construída discursivamente, a relação entre discurso, educação e subjetividade sempre esteve no centro de nosso interesse. A prática profissional como professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano, *Campus* Senhor do Bonfim-Bahia, o estudo do discurso pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa e o contato com as teorias não-subjetivas do pós-estruturalismo foram determinantes para desencadear o surgimento das questões que direcionam a investigação proposta.

Procurando compreender como o objeto escola é produzido discursivamente nas notícias que circulam na mídia brasileira, a análise empreendida nesta pesquisa pretende evidenciar como estão sendo produzidas, disseminadas e validadas certas verdades sobre a escola na contemporaneidade. A partir da descrição e análise de enunciados e da problematização de verdades sobre a escola produzidas nas narrativas das notícias, pretendemos discutir como o discurso da mídia jornalística sobre a escola, em seu entrelaçamento com outros temas, remete às práticas que têm lugar nesse espaço institucional, tendo em vista o governo dos sujeitos na sociedade contemporânea.

A partir desse objetivo, sustentamos a hipótese de que a construção discursiva das notícias sobre a escola aponta para uma intensificação da função normalizadora desta instituição, através da descrição de práticas que têm se incorporado ao seu universo, cujo objetivo é atuar no governo dos sujeitos na contemporaneidade, portanto, o discurso jornalístico ressignifica a escola a partir da construção de imagens relacionadas à intensificação de seu papel no governo dos sujeitos na sociedade de controle.

Para esse empreendimento, o *corpus* da pesquisa é constituído de notícias publicadas entre os meses de março a maio de 2010, disponíveis em alguns dos principais sites jornalísticos brasileiros: o da Folha de São Paulo (www.folha.uol.com.br), Rede Globo (www.g1.globo.com.br), O estado de São Paulo (www.estadao.com.br), o Portal Terra (www.noticias.terra.com.br), e o da Rede Record (www.noticias.r7.com). Cabe destacar que a escolha desse corpus deve-se ao reconhecimento do poder dos discursos da mídia, os quais ocupam uma posição privilegiada na produção de verdades do nosso tempo, graças à centralidade que ocupam como formadores de opinião. O percurso para o delineamento da investigação proposta começou a ser traçado a partir da observação das formas pelas quais o objeto escola vem sendo discursivizado na mídia. As notícias veiculadas nos jornais televisivos, cuja rapidez e instantaneidade não permitiam uma análise mais aprofundada, sempre nos remetiam a uma busca nos respectivos sites, onde podíamos ter acesso tanto a uma leitura mais produtiva quanto a um contato com um arquivo de outros discursos relacionados à temática em questão. Desse modo, começamos a coletar e arquivar uma série de notícias, cuja constituição discursiva sinalizava para a relação entre escola e sociedade de controle.

Inicialmente, tais notícias apenas despertavam, curiosamente, a nossa atenção. Depois, começamos a desconfiar de que a recorrência de alguns enunciados poderia estar sinalizando para a reconfiguração dos modos de narrar a instituição escolar, através da descrição da emergência de uma gama de práticas, que estão se incorporando ao fazer

pedagógico, cuja historicização e análise apontam para o seu entrelaçamento com a própria constituição da sociedade contemporânea. Desse modo, passamos a selecionar os textos que constituiriam o corpus, adotando como critério de seleção a relevância das notícias para as questões propostas pela pesquisa.

Ocupando lugar de destaque na contemporaneidade, o discurso jornalístico constitui um poderoso referencial a partir do qual a sociedade passa a atribuir sentido às coisas. Legitimado sob a égide da objetividade e neutralidade, o discurso jornalístico funciona fazendo crer que é um espelho da realidade, o que lhe confere valor e poder; por essa razão, a investigação desse discurso transforma-se num interessante instrumento para dar visibilidade aos mecanismos engendrados nas tramas discursivas das notícias, responsáveis pela naturalização de certos sentidos.

A tese está organizada em três capítulos assim estruturados: O primeiro tem como objetivo evidenciar a base teórica que dará sustentação à análise, por isso são apresentados os principais conceitos teóricos mobilizados para inventariar os sentidos sobre a escola que emergem dos discursos das notícias publicadas pela mídia jornalística on-line brasileira. Para esse fim, interessa, sobretudo, as noções de prática discursiva, formação discursiva, enunciado, verdade, práticas de si e subjetividade. Da obra de Michel Foucault vem a principal referência teórica para as análises aqui esboçadas. Outras importantes contribuições vêm de outros autores da Análise do Discurso de linha francesa e dos Estudos Culturais. Partilhando uma concepção de sujeito que o destitui de uma essência, esse elenco de vozes ecoa em todo o trabalho, fundamentando as reflexões e direcionando a investigação proposta.

O segundo capítulo situa o objeto escola a partir das configurações sócio-históricas que foram se delineando ao longo do tempo, fazendo com que a mesma adquirisse certos significados na sociedade. Para esse entendimento, foram fundamentais as contribuições de autores da área de Educação, interessados em problematizar as concepções modernas de base iluminista, responsáveis por constituir o modelo de escola, do qual somos herdeiros.

O terceiro capítulo, dedicado à análise, objetiva refletir sobre os sentidos da escola que emergem dos discursos das notícias, publicadas nos principais sites jornalísticos do Brasil. Interessa discutir que regimes de verdade sobre a escola são produzidos, disseminados e solidificados nesses discursos. Pela análise do processo de constituição desses sentidos no dizer, é possível realizar um inventário dos jogos de verdade, constituídos e sedimentados pelas práticas discursivas, bem como configurar os processos de constituição dos próprios sujeitos, já que sentidos e sujeitos são efeitos do discurso. Buscando compreender a produtividade da cultura contemporânea nos modos de constituição dos novos sujeitos alunos,

procuramos descrever algumas das novas práticas cotidianas que estão se incorporando à rotina da escola e que, por figurarem como naturalizadas, quase sempre passam despercebidas. Através da discussão sobre os efeitos dessa cultura nas práticas escolares é possível refletir sobre as profundas alterações nos modos de existência dos sujeitos na contemporaneidade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade, o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.

Foucault

1. AJUSTANDO O FOCO: PRÁTICAS DISCURSIVAS E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Ao nascer, entramos num mundo de discursos, que vão constituir nosso pensamento, nossa maneira de dar sentido às coisas, ao mundo. Os discursos preexistem a nós e nos atravessam, constituindo o que somos. Essa idéia de atravessamento nos autoriza a pensar em discursos que se distribuem de uma forma difusa, mas com força suficiente para determinar, explicar e constituir as coisas, nós mesmos e o mundo, ou seja, o discurso subjetiva.

São os discursos, portanto, que constroem as subjetividades. Somos desse modo e não de outro porque vivemos num mundo de discursos. São os discursos que configuram a maneira de pensar e os modos de dizer e de agir nas situações sócio-históricas. Os discursos, portanto, só podem ser pensados como práticas discursivas articuladas com determinadas condições econômicas, sociais, políticas, culturais. Para Foucault (2002, p. 33),

fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar reconhecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.

Compreendido assim, o discurso não é de ordem imaterial, abstrata. Ele irrompe a partir de condições de possibilidades como práticas que “moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (VEIGA-NETO, 2007, p. 93). Desse modo, as verdades nas quais acreditamos, sobre nós e sobre as coisas, são produtos dos discursos. São as práticas discursivas que definem o que é considerado como verdade numa determinada situação sócio-histórica.

A mídia, como uma instância socialmente autorizada, constitui uma das mais poderosas produtoras de discursos verdadeiros no nosso tempo. Nessa ordem discursiva, a mídia funciona instituindo o que pode ser dizível ou indizível, pensável ou impensável, determinando regimes de verdade. Ao eleger práticas discursivas da mídia como objeto de análise, nosso interesse é refletir e problematizar acerca de como a mídia tem discursivizado a escola contemporânea e suas práticas.

1.1 À LUZ DA PRÁTICA DISCURSIVA: A FORMAÇÃO DISCURSIVA E O ENUNCIADO

[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2002, p. 56).

Essa concepção de discurso aprendida com Foucault reforça dois aspectos básicos para qualquer trabalho que tenha a prática discursiva como objeto. O primeiro diz respeito ao papel constitutivo da linguagem, já que é o dizer que institui os conceitos, as noções, os significados em um determinado momento histórico. Das lutas pelo poder entre grupos sociais, emergem nomeações e classificações através de enunciados linguísticos que passam a circular no espaço social. É nesse processo de disputa que certos significados passam a ser definidos, validados e impostos em detrimento de outros, instituindo o que é aceito como referência; assim, certos sentidos se cristalizam e ganham status de verdade, fortalecendo relações de poder. Desse entendimento resulta um segundo: faz-se necessário desessencializar as coisas, desnaturalizar as evidências. A suposta essência das coisas não passa de uma fabricação histórica, por isso é preciso problematizar o que nos parece óbvio.

Considerar o discurso como prática é assumir como tarefa a descrição dos acontecimentos discursivos, historicizando enunciados capazes de conferir existência a um determinado objeto. Para se constituírem, os discursos estão sujeitos a regras de formação que determinam o aparecimento dos enunciados. Esse conjunto de regras que possibilitam o aparecimento de determinados enunciados e não de outros em seus lugares constitui a formação discursiva.

Podemos entender a formação discursiva como um espaço de emergência de enunciados, sempre possíveis a partir de especificidades (embora relativas) de um campo discursivo. Os enunciados que circulam na sociedade, embora dispersos, obedecem a uma regularidade relacionada à esfera de práticas que mantêm, ao mesmo tempo, uma relação e um limite com outras. Essa região, demarcada por uma fronteira, ainda que tênue, constitui o espaço da formação discursiva, que funciona como uma matriz para enunciados possíveis.

Os enunciados são as unidades dos discursos. Um enunciado é, desse modo, uma evidência de que existem práticas discursivas que se efetivam pelo/no discurso. O enunciado funciona como indício de que práticas difusas e diversas existem na realidade social. Realizar

um trabalho de descrição, levando-se em conta o fluxo do discurso social oferece uma série de questões ao pesquisador, como as elencadas por Foucault (2002, p 91):

Se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais os seus traços distintivos? Que limite devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda à que os ‘analistas’ tentam demarcar sob o título *speech act*? Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa?

Para definir o enunciado, Foucault começa por delimitar seu objeto, diferenciando-o de outros relacionados a perspectivas tradicionais de análise, como a proposição, a frase e ato de fala; objetos da lógica, da gramática e da ‘análise’, respectivamente. Esses elementos conferem visibilidade ao enunciado, mas não se confundem com ele.

O enunciado não é algo em si, não é uma substância. Sua materialidade é plástica, não podendo ser definido por critérios estruturais de unidade. O enunciado é uma função dos signos e, enquanto função enunciativa, pode ser descrito pelas seguintes características: a) Da ausência de referente: o enunciado não está associado a uma coisa, fatos ou seres. O que determina sua unidade é a condição de diferenciar-se de outros; b) Do sujeito como um lugar vazio: o sujeito não é autor do enunciado, mas um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado indefinidamente, já que o sujeito é um efeito do que enuncia; c) Do campo enunciativo de um domínio associado: por sua condição de ter sempre margens povoadas de outros, o enunciado sempre está imerso em um campo enunciativo em que aparece como elemento singular; d) Da materialidade: o enunciado tem uma existência material, embora plástica. Daí sua possibilidade de utilizações diversas. Essa materialidade repetível só ganha identidade nas circunstâncias efetivas de aparecimento.

Foucault nos ensina que não podemos considerar o enunciado a partir de características como liberdade, neutralidade, autonomia e independência, o que pode ser ratificado pela afirmação de que “não há enunciado que não suponha outros, não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis.” (FOUCAULT, 2002, p. 114).

Os enunciados estão sempre fazendo parte de uma série ou conjunto de outros, neles se apoiando e deles se distinguindo. Filiados a uma formação discursiva, os enunciados são formulações (linguístico-históricas), sempre relacionadas a outras que as antecedem ou as sucedem, numa relação de reafirmação, negação, reconstrução ou transformação.

Cada área do conhecimento põe em funcionamento uma série de enunciados que caracterizam o seu discurso específico, conferindo-lhe uma certa identidade. Há, por exemplo, uma série de enunciados sobre a educação que caracterizam o discurso pedagógico, mas nada impede que esses enunciados sejam apropriados pelo discurso midiático, político ou mesmo jurídico. Essa apropriação, no entanto, sempre desencadeará um tratamento específico aos enunciados. Nesse limite fluido, mas que pressupõe uma diferenciação é que se pode identificar, em meio à dispersão, uma certa regularidade.

Nesse sentido, o discurso é o lugar em que o sujeito emerge, como uma função. A função é sempre um lugar vazio que é ocupado a partir do que se enuncia. Para enunciar, o sujeito está obrigado a entrar em um jogo, em que deve respeitar certas condições que determinam o que pode e o que deve ser dito numa situação enunciativa.

A concepção de sujeito com a qual a Análise do Discurso trabalha é responsável por provocar uma ruptura entre esse ramo da lingüística e os demais, o que implica numa maneira bem particular de tratar o funcionamento da língua. A língua é o lugar de constituição do sujeito, por isso ele não é causa do que enuncia. Ele não ocupa uma posição a priori, determinante e anterior o que lhe garantiria um suposto domínio sobre uma língua coisificada/objetificada. Destituir o sujeito de uma suposta autonomia e onipotência em relação à língua significa ir de encontro a uma tradição iluminista e cartesiana que instituiu um sujeito dotado de racionalidade e consciência, capaz de controlar os rumos da história. Essa concepção esteve (e talvez ainda esteja) determinando as bases para a produção científica em vários campos do saber.

Através das formulações de Pêcheux, pode-se entender melhor a relação entre sujeito e discurso. Ao inscrever-se na língua, o sujeito é afetado pela ilusão necessária de que é origem e fonte de seu dizer e que pode controlar os sentidos¹. O formulável, aquilo que resulta numa materialidade, figura para o sujeito como se fosse resultado de uma vontade capaz de controlar os pretensos sentidos. Por imaginar-se ocupando uma posição exterior a língua, há para o sujeito um efeito de apropriação. A língua, no entanto, pela sua inscrição histórica, não se caracteriza por estar subordinada a um domínio subjetivo.

Todo dizer comporta uma materialidade que é linguística e discursiva ao mesmo tempo. A primeira dessas instâncias permite que o sujeito realize um trabalho sobre a estrutura da língua, em que são possíveis algumas escolhas e estratégias. O fio do discurso, ou

¹ Pêcheux (1995) explica o funcionamento dessa ilusão a partir dos esquecimentos n. 1 e 2. No primeiro, que é da ordem do inconsciente, o sujeito pensa ser o criador do que diz e esquece que há um exterior regulando o que diz; e no segundo, que pressupõe uma certa consciência, o sujeito tem a ilusão que sabe o que diz e que pode controlar os sentidos.

intradiscurso, diz respeito ao dizer linearizado, sintagmatizado, numa organização que possa figurar como coerente. A segunda instância, por sua vez, é da ordem de um exterior constitutivo da língua, que funciona como atravessamento. É o interdiscurso que faz com que o que é formulado possa adquirir sentido, ainda que os sentidos nunca possam ser controlados ou apreendidos em sua totalidade. Pêcheux explica a relação existente entre essas duas instâncias:

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal do “exterior”. (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

Existem múltiplas possibilidades de formulações e de interpretações porque o interdiscurso é o lugar de agrupamento de todos os sentidos possíveis. Não dispõe de uma materialidade apreensível em sua totalidade, pois funciona dissimulando sua própria existência, o que faz com que não seja totalmente visível, mesmo não estando totalmente oculto. Dessa forma, essa instância reveste-se de uma significativa importância para o analista do discurso, cuja função é ultrapassar a superfície da estrutura para ir em busca dos modos de funcionamento de uma exterioridade constitutiva.

Essa tarefa requer do analista a capacidade de reconhecer que a sintaxe realiza um trabalho de homogeneização, através de encaixes/articulações, cujo efeito é a textualização, ou seja, uma aparente unidade coerente, como se fosse o produto de um trabalho consciente de um sujeito que se imagina origem e fonte do dizer. Com Indursky (1997, p. 245) aprendemos que a sintaxe camufla os vestígios da exterioridade:

A sintaxe nivela o discurso exterior e o interior, fazendo com que se apresentem como se fossem um único discurso, dotado de coesão e coerência e de onde conseqüentemente os vestígios da exterioridade são apagados.

A instância discursiva pressupõe que não é possível determinar uma origem para o dito. Há sempre um já-dito que retorna e ecoa no dito, ou seja, há um outro sempre presente, sempre incorporado de tal maneira que provoca o esquecimento de sua incorporação. A heterogeneidade² é de tal maneira naturalizada no discurso que o sujeito sempre se imagina como unidade, no entanto, seu dizer é constitutivamente povoado de outras vozes. Na perspectiva discursiva, o discurso e o sujeito são considerados em sua existência social, por

² Essa noção de heterogeneidade foi desenvolvida por Authier-Revuz (1990) que, pelo viés da enunciação, explicita como funciona a determinação exterior, e depois incorporada à AD.

isso perdem seu caráter individualizador. Na constituição dessas duas categorias, há sempre uma determinação histórico-social.

1.2 O SUJEITO PELAS LENTES DO DISCURSO.

Os trabalhos de Michel Foucault, reunidos pelo objetivo central de “criar uma história sobre os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231) têm inspirado pesquisadores de vários campos epistemológicos a empreender discussões sobre os processos de constituição da subjetividade. No terreno da Análise do Discurso, as idéias do filósofo francês têm encontrado solo fértil desde o estabelecimento de suas bases por Michel Pêcheux.

Interessados em desvendar o processo de constituição dos sentidos nos discursos, os analistas não podem dar conta de seu objetivo, caso desconsiderem as questões sobre o sujeito. Sentido e sujeito se constituem simultaneamente no discurso e, por isso, são efeitos da linguagem posta em funcionamento.

A prática discursiva é o lugar privilegiado para a emergência do sujeito. Através do discurso temos acesso ao sujeito, já que o discurso é espaço para assunção de posições relacionadas aos diferentes domínios da vida, por isso os enunciados denunciam a ocupação da função sujeito, que não é portadora de uma essência ou de uma identidade imutável. Os sujeitos emergem pelas posições ocupadas nos enunciados.

Do mesmo modo que Pêcheux afirma que a Análise do Discurso pretende trabalhar no espaço entre estrutura e acontecimento, estando a primeira relacionada às leis, ao estabilizado, enquanto o segundo pressupõe deslocamento e equívoco; Foucault associa a constituição do sujeito à sujeição e liberdade.

Com Foucault, aprendemos que não existe sujeito enquanto essência, mas como construção histórica. A subjetividade em si não existe, o que existe são processos de subjetivação em que os seres humanos, envolvidos nas práticas existentes na sociedade, constroem sentidos sobre si, os outros e o mundo. Desse modo, um trabalho de orientação foucaultiana deve pautar-se pelo objetivo de entender que racionalidades operam para que os seres humanos possam apropriar-se de regimes de verdade existentes em sua cultura, que acabam por determinar o que se pensa, o que se diz, o que se faz.

Inevitavelmente circunscritos a uma realidade cultural que lhe oferece matrizes de sentidos, pensamentos, condutas e ações, os seres humanos constroem e assumem certos modos de existência a partir desses regimes de verdade que o enredam. No entanto, esse

processo de tornar-se de um determinado modo não pressupõe apenas passividade. Há também um trabalho ativo do sujeito sobre si, em que se envolve em um conjunto de práticas a fim de agir sobre si, para que sua vida assuma certos contornos:

Estas devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2006b, p. 198).

Desse modo, tomando a terceira fase da pesquisa foucaultiana, a chamada fase ética, podemos entender os processos de constituição das subjetividades a partir da tensão entre sujeição e liberdade. As coerções sociais funcionam para determinar, para normalizar, e sua produtividade está na regulação, baseada na regra. A condição dessa regulação é justamente a possibilidade de desviar-se, escapando às determinações. Há sempre a possibilidade de burlar, de escapar, de resistir. A resistência está relacionada à liberdade, à possibilidade de romper e transgredir, fugindo de uma individualidade imposta. É essa via de mão dupla de constituição do sujeito que Foucault (2006c, p. 291) esclarece quando afirma:

o sujeito se constitui através de práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade - a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

Tomando a constituição do sujeito nessa tensão, é possível compreender que as práticas com as quais os indivíduos se envolvem em todos os domínios de sua vida possibilitam ações autorreflexivas por meio das quais são internalizados valores, códigos e condutas, portanto é sempre possível assumir outras formas de existência, outros modos de ser. A ética diz respeito, sobretudo, a essa prática da liberdade.

Recusando a idéia de sujeito como substância, como essência, Foucault defende que o sujeito é uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. O exemplo que apresenta para ilustrar a afirmação esclarece:

Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas e relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade. (FOUCAULT, 2006a, p. 275).

Nessa fase de seus trabalhos, podemos reconhecer um sujeito envolvido em relações de poder consigo mesmo. Desse modo, Foucault analisa um sujeito que age sobre si mesmo buscando se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser, através de práticas de autoformatação. É na cultura grega da Antiguidade que o filósofo-historiador vai buscar as técnicas de si: aquelas que permitem aos indivíduos realizar, por eles mesmos, um certo número de operações em seu corpo, em sua alma, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir neles uma transformação, uma modificação, e a atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural.

Retomar a Antiguidade clássica leva Foucault a concluir que essas técnicas de si perderam certamente parte de sua importância e de sua autonomia ao serem integradas, com o cristianismo, ao exercício de um poder pastoral e, mais tarde, às práticas do tipo educativo, médico ou psicológico. Isso porque a partir do momento em que o cristianismo, no interior do Império Romano, transformou-se em uma força e organização política e social, emerge esse tipo de poder pastoral que está baseado na condução de uma multiplicidade por alguém com autoridade e preparo para conduzir aqueles que ainda não tivessem alcançado o mesmo grau de preparação, apontando-lhes o que é certo ou errado na conquista da salvação. Foucault (2006d, p. 65) enfatiza que jamais, na Antiguidade grega e romana, houvera a idéia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação a outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de sua vida, do nascimento à morte.

Como se vê, esse poder pastoral estará na base da organização do sistema escolar, em que a figura do professor está investida de uma força onipotente, dotado de sabedoria e autoridade para levar os alunos a desenvolver certas capacidades e se evidenciará na escola, através de um sistema organizado para conduzir o indivíduo a ser de um determinado modo, identificando a figura do professor a de um guia, exemplo a ser seguido. Tomando o exemplo das relações de poder na escola, Foucault argumenta:

Não vejo onde está o mal na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas: o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário; um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de *êthos*, de prática de si e de liberdade. (FOUCAULT, 2006a, p. 284).

Tal afirmação ratifica uma das principais teses de Foucault quando desconstrói a idéia do poder como algo estático e de conseqüências somente negativas, afirmando que o poder está nos sujeitos e que ele circula, uma vez que não tem um eixo gerador, mas se exerce de forma difusa em todas as relações humanas. O poder, portanto, não é sempre um mal, ele possui uma eficácia positiva, por seu caráter disciplinar e normalizador. Foucault, explica por que o poder se mantém:

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse somente por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. (FOUCAULT, 2007, p. 148).

O poder não tem uma essência e por isso não temos como combatê-lo através de uma revolução, capaz de alterar e inverter as configurações de poder. O que existem são relações de poder que não são más em si mesmas. Não pode haver sociedade sem relações de poder. E essas relações de poder se dão em todos os níveis, não apenas numa dimensão de embate com o outro, mas também consigo.

1.3 AMPLIANDO A VISÃO: REGIMES DE VERDADE E CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS.

É o próprio Foucault que afirma que a relação subjetividade/verdade sempre foi o seu problema:

Procurei saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade, tivessem estes a forma de uma ciência ou se referissem a um modelo científico, ou fossem como os encontrados nas instituições ou nas práticas de controle. (FOUCAULT, 2006a, p. 264).

A partir da terceira fase de seus trabalhos³, percebemos que há um deslocamento em suas análises, uma vez que as práticas coercitivas que fabricam o sujeito nas relações de poder dão lugar às práticas de si sobre si, através das quais o sujeito procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser. Para dar conta da análise do sujeito nas relações de poder que se exercem a todo momento sobre corpos, mentes, valores, ideias..., Foucault

³ Para um maior aprofundamento sobre as chamadas “três épocas” de Michel Foucault, recomendamos a leitura de Gregolin (2007b), quando caracteriza a arqueologia, a genealogia e a ética; ou ainda Veiga-Neto (2007) quando esclarece os três domínios foucaultianos: o ser-saber, o ser-poder e o ser-consigo.

percebe que o poder não se configura somente pela sua dimensão externa de forças que incidem sobre o sujeito. Há também um jogo de forças, construído, e que se exerce de si sobre si. Existem práticas de autoformatação do sujeito, em que ele próprio desenvolve procedimentos de si sobre si mesmo, constituindo o que Foucault chama de uma cultura de si, que tem atravessado historicamente todo o pensamento moral humano.

Nesta terceira fase é ainda a verdade o cerne da questão: cuidar-se de si significa munir-se de verdades que não são parte de nossa natureza, mas que vão sendo incorporadas pelo exercício contínuo de apropriação de discursos verdadeiros, que teriam o papel de preparar o sujeito para dominar-se a si mesmo e lidar com as diversas situações com as quais se depara ao longo da vida.

A cultura do cuidado de si objetiva fazer da verdade um elemento potencial a ser utilizado por aquele que domina a si próprio. O homem precisa estar munido de discursos verdadeiros que fortalecem a virtude e lhe permitem enfrentar os obstáculos de maneira mais preparada. Para tanto, necessita desenvolver técnicas, mecanismos, exercícios e práticas que vão moldando o seu modo de ser. Esse cuidado de si torna-se assim, uma força contra a sujeição. O sujeito toma a si mesmo como objeto, exercendo um poder de si sobre si, com vistas a posicionar-se numa atitude de resistência.

Ao pensar sobre isso, Foucault reflete essencialmente sobre a relação sujeito/ética/política. O sujeito é uma construção dos processos nos quais está inevitavelmente inserido e que para escapar à dominação, à sujeição total, deve desenvolver uma postura racional de resistência, guiada pela ética que o conduziria à liberdade. Para alcançar essa liberdade não basta romper os ferrolhos repressivos para que o homem se reconcilie consigo mesmo, reencontre sua natureza ou retome contato com sua origem e restaure uma relação plena e positiva consigo mesmo (FOUCAULT, 2006a, p. 265). A ética é a parte racional da liberdade e a liberdade é em si mesma política.

Ao destacar a dimensão ética e política da liberdade, Foucault denuncia a sujeição. A liberdade decorre do posicionamento do sujeito frente à complexa rede de poderes que se exerce sobre ele. Em suas lutas, o sujeito deve desenvolver atitudes e comportamentos de recusa em relação às práticas que lhe são propostas. A resistência é uma atitude de afronta, de embate aos mecanismos desenvolvidos anonimamente para controlar e dirigir nossos modos de pensar e existir. Mais uma vez se reafirma o SABER/PODER que nos fabrica, agora, porém, num sentido “de si”. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou princípios que são

simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade. (FOUCAULT, op. cit., p. 269).

Essa cultura de si, evidentemente, está ancorada em nossas relações com os outros. Há toda uma construção que nos indica o que é bom, correto, honroso e respeitável e que deve servir de exemplo. Cuidar de si é também saber cuidar do outro, o que, por sua vez, é aprendido na relação com o outro. Precisa-se de um outro que lhe diga a verdade:

[...] se agora me interesso de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. (FOUCAULT, op. cit., p. 276).

Como lugar de estabelecimento de diversas relações com o outro, a escola constitui-se como um dos espaços mais importantes de apropriação de discursos verdadeiros pelos sujeitos. É no contato com o outro, através das práticas sociais que o indivíduo vai se apropriando de um código de conduta que lhe indica o que fazer para ser sensato, bem comportado, dócil, saudável... Todo o empreendimento da escola se dá em função do desenvolvimento de certos comportamentos e ações, estimulando algumas atitudes e bloqueando outras, no sentido de fazer com que os sujeitos sejam capazes de operar sobre si mesmo, através do domínio de si e autogoverno.

Como instituição de formação de sujeitos, a escola constitui-se em um dos espaços privilegiados para a apropriação de um conjunto de saberes necessários para a autogestão. Seu papel é ensinar qual deve ser o comportamento adotado para conduzir-se de maneira adequada aos regimes de verdade válidos em determinado momento histórico, tendo em vista o alcance de certos estados de felicidade e bem-estar.

A escola, como instituição disciplinar, exerce grande poder sobre o indivíduo, através de tecnologias diversas, mas é na relação de força travada por cada um com as formas de exercício de poder que se dão os processos de subjetivação. Por isso, muito mais do que instituição panóptica, que exerce um poder sobre o sujeito, queremos pensar a escola como um espaço de constituição de subjetividades em que é possível o sujeito exercer, ele mesmo, um poder sobre si, através do exercício de técnicas de si frente a sua matriz cultural. Diante do exposto, não é mais possível pensar a instituição escolar somente a partir de relações de forças externas que se exercem sobre os sujeitos, mas também como um espaço de constituição de subjetividades em que os próprios sujeitos realizam um trabalho ativo sobre si, numa relação

constante de forças em que está em jogo a relação do sujeito com os jogos de verdade que lhe são propostos, sugeridos ou impostos culturalmente.

Todos sabemos que as novas configurações da sociedade contemporânea têm produzido profundas transformações nas práticas de educação escolar, provocando alterações nos mecanismos de poder que atuam na produção de sujeitos. Diante disso, faz-se necessário buscar compreender de que modo os sujeitos têm se relacionado com essas novas tecnologias de poder, ou seja, de que modo estão ocorrendo os processos de subjetivação.

1.4 PRÁTICAS DISCURSIVAS DA MÍDIA EM CENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E GOVERNAMENTO DOS SUJEITOS.

Tomar a mídia como objeto de análise pressupõe refletir sobre a conexão entre discurso e poder, ou melhor, sobre o poder dos discursos. Em nossa época, como afirma Gregolin (2007a, p.59), a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades. Partindo dessa constatação, interessa-nos problematizar o funcionamento discursivo de textos constituídos pela mídia e que tenham a escola como temática.

Agenciando a produção, circulação e validação de sentidos, a mídia cumpre uma das mais poderosas funções de constituição e propagação das verdades de nosso tempo, devendo, portanto, ter o seu sofisticado funcionamento investigado, a fim de que se possa compreender as diversas formas pelas quais atua na formatação dos modos de vida contemporâneos.

O conceito de mídia, tal como nos explica Costa (2007, *apud* Momo, 2007) diz respeito ao aparato de difusão da informação capaz de produzir e transmitir mensagens (rádio, cinema, televisão, escrita impressa em livros, revistas, boletins, jornais e hoje também o computador, o videocassete, a internet, os meios eletrônicos e telemáticos, inclusive as diversas telefonias), mas também ao conjunto de artefatos culturais por ele produzido e posto em circulação (filmes, novelas, desenhos animados, noticiários, shows, peças publicitárias, jogos, personagens, personalidades, etc. etc. etc.). Na cultura contemporânea, predominantemente midiática, esse conjunto de dispositivos tem exercido profundas modificações nos modos de ser e de viver dos sujeitos.

Na vida cotidiana, as pessoas passam grande parte de seu tempo em contato com as mídias, o que acaba por maximizar o seu poder em forjar modos de pensar, falar e agir. Configurando uma cultura distinta da cultura de outras épocas, a mídia é responsável por

provocar um profundo impacto nas maneiras como nossas vidas são organizadas e nas formas pelas quais nós compreendemos e damos sentido às coisas e ao mundo.

Para analisar o funcionamento discursivo da mídia, é necessário entender que ela produz sentido através de um insistente jogo de produção e repetição de imagens e narrativas que acabam por constituir o imaginário social. (GREGOLIN, 2003, p.96). Esse trabalho de mobilização interdiscursiva culmina na emergência de referências que vão se consolidando e cristalizando como representações socialmente partilhadas. É o que destaca Momo (2007) quando afirma que nas sociedades ocidentais contemporâneas a mídia tem sido uma das principais produtoras das representações que compartilhamos. Ela tem se ocupado em produzir significados amplamente aceitos e compartilhados.

O poder de produção e circularidade de discursos, pela mídia, favorece a instauração e homogeneização de certos sentidos, graças à elevação de certos enunciados ao estatuto de verdadeiros e inquestionáveis. Por meio da atividade discursiva que realiza, a mídia institui uma representação da realidade, através da mobilização de uma intensa e incansável repetição de mensagens que vão sendo partilhadas pelos membros da coletividade, orientando suas formas de reconhecimento do “real”.

Considerando a mídia em sua dimensão sócio-discursiva, cabe-nos refletir sobre o processo de produção, circulação e validação de sentidos, tendo em vista a atividade discursiva que realiza e o poder social que exerce. Assim, atuando por meio de estratégias sofisticadas e eficazes, a mídia produz e promove a circulação de mensagens que buscam atingir um universo cada vez maior de expectadores, tendo em vista o imperativo mercadológico que rege o seu funcionamento. (DIAS, 2006, p. 29).

Neste estudo, interessa-nos de maneira particular, considerar a mídia a partir de sua produtividade no campo da significação e do governo, já que seu funcionamento se dá por meio de uma produção discursiva que a insere na rede de poderes que constitui as subjetividades contemporâneas.

Pondo em circulação uma infinita pluralidade de enunciados, provindos de diversas formações discursivas, a mídia, ao mesmo tempo em que promove a dissolução de pontos de vista únicos e centrais, reforça certas regularidades. Desse modo, a mídia pode ser considerada um enunciador, cujo trabalho consiste em controlar, delimitar, classificar, ordenar e distribuir os acontecimentos discursivos em dispersão, o que acaba por conferir um efeito de unidade e coerência aos sentidos. Rocha (2005, p. 126) afirma que a mídia é uma veiculadora, mas também é selecionadora e "(re)processadora de variados tipos de discursos, pois, ao transmiti-los, ela também anula, omite, exclui, define e impõe sentidos aos mesmos".

Através desse processo de produção discursiva, a mídia configura-se como um dos mais poderosos dispositivos da sociedade de controle. Deleuze (1992) argumenta que a sofisticada tecnologia hoje existente está a serviço do exercício de um controle contínuo e permanente que vem substituindo a disciplina. Para vigiar e esquadrihar os múltiplos aspectos da vida dos sujeitos, já não se faz tão necessária a vigilância nos moldes da sociedade disciplinar, já que o controle dos sujeitos tem sido facilitado pelo desenvolvimento dos recursos tecnológicos. O aparelho celular, o computador, as câmeras e os bancos de dados fornecem os mais minuciosos detalhes sobre as atividades, gostos e hábitos dos sujeitos. Numa configuração sócio-histórica que, se por um lado, libera os sujeitos das restrições espaciais e temporais, visto que pode alcançá-los onde e quando quer que estejam, abrindo espaços de liberdade que não eram possíveis na sociedade disciplinar; por outro minimiza a capacidade de escapar.

Para compreender as transformações engendradas no exercício do poder e as novas formas de produção de sujeitos, é necessário constatar que as redes de poder têm se tornado cada vez mais suaves, sutis e eficientes e nos enredam de modo mais invisível e intenso. Pensemos por exemplo na disseminação de saberes, como a estratégia atual da sociedade de controle, conforme nos ensina Saraiva (2006). Para a autora, a informação se tornou uma das mais poderosas estratégias para direcionar o comportamento e as ações dos sujeitos:

Se houve um tempo que o governo dos sujeitos passava pela ocultação da informação, pela censura, hoje parece que o governo utiliza uma divulgação cada vez mais ampla de informação. Numa sociedade recoberta pelo biopoder, dirigem-se as ações divulgando informações capazes de estimular certos comportamentos e escolhas e de bloquear outros tantos. A informação contemporânea retoma o poder na plenitude de sua positividade. (SARAIVA, 2006, p.75).

Governar os sujeitos, tendo em vista a maximização da vida da população, faz com que o exercício do biopoder se desenvolva por meio de táticas, estratégias, mecanismos que possam atingir um grande contingente de pessoas, fazendo com que tomem para si a responsabilidade de gerenciar as próprias vidas. Eis aí como se configura o papel da mídia como dispositivo da sociedade de controle. Por meio do seu alcance e impacto, bem como de sua função na produção e disseminação de saberes, a mídia opera no governo dos sujeitos de forma bastante intensa, tanto mais produtiva, quanto mais sutil.

Cabe salientar que a intensificação do controle não significa a proliferação de um poder coercitivo, pelo contrário. O poder, na contemporaneidade é cada vez mais positivo, agindo por convencimento e por gratificação. A estratégia atual baseada na disseminação dos saberes é traduzida num

exercício de poder que governa a ação do outro, incitando seu desejo e mobilizando-o a tomar certas atitudes e assumir determinados comportamentos por crer estar realizando o melhor para si mesmo. (SARAIVA, 2006, p. 74).

É desse modo, atuando sem a utilização de meios restritivos, sanções ou violências que a mídia vai ensinando⁴ o que pensar, o que dizer, o que fazer. Aí reside a produtividade do exercício de um poder tanto mais difuso quanto eficaz. O processo de imposição de sentidos e modelos ocorre de forma não obrigatória, sendo geralmente prazeroso, conquistando adesão. Por meio dos discursos e das formas de representação colocados em circulação, os sujeitos criam parâmetros para refletir, avaliar e adotar formas de comportamento, ou seja, a mídia funciona como uma matriz para que os sujeitos possam munir-se de verdades, as quais possibilitam o desenvolvimento de um trabalho ativo do sujeito sobre si, num exercício de constante elaboração de si mesmo. A constituição das subjetividades, portanto, se dá num jogo de forças, em que o poder se exerce tanto do exterior quanto do interior.

Estamos nos referindo a uma conexão de forças que atua sobre o sujeito, tendo uma dimensão externa e interna. Se o sujeito fosse apenas alvo da incidência do poder que emana das instâncias existentes na realidade social, (como a mídia, por exemplo) só haveria lugar para a sujeição. Frente a essa incidência, o sujeito cumpre um papel ativo, já que desenvolve técnicas, em que toma a si mesmo como objeto para se elaborar, se transformar e atingir um determinado modo de ser, exercendo um poder sobre si mesmo. Estamos interessados, portanto, em ressaltar o processo de constituição das subjetividades como um embate em que a relação com a verdade, com os discursos verdadeiros é a força motriz para a produção de sujeitos.

1.4.1 A construção discursiva da notícia

Quando toma o discurso das mídias como objeto de estudo, Charaudeau (2009) parte do pressuposto de que o universo da informação midiática não é um simples reflexo do que acontece na sociedade, mas sim um universo construído. O autor ressalta que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”. É a partir dessa lógica que

⁴ É Fischer (1996) que nos explica sobre a função pedagógica da mídia: ela ensina na medida em que constrói significados e atua decisivamente na formação de sujeitos sociais.

passa a investigar a construção da notícia, analisando como a realidade empírica é apreendida pelos atores sociais, cujos diferentes olhares funcionam para interpretá-la e produzir significações. O processo que faz com que um acontecimento⁵ se transforme em notícia impõe uma produção de discursos para torná-lo inteligível. “O acontecimento não significa em si, o acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso [...] e só se torna notícia a partir do momento em que é levado ao conhecimento de alguém”, explica Charaudeau (op.cit. p. 131-132) para introduzir sua análise sobre a conversão do acontecimento em notícia.

Segundo o autor, as estratégias utilizadas pela mídia para selecionar os acontecimentos que se tornarão notícia estão relacionadas a três aspectos: tempo, espaço e hierarquia. Sobre o primeiro deles, Charaudeau enfatiza a noção de atualidade, fundamental para guiar as escolhas temáticas e conferir o caráter de factual à notícia. Caracterizada pela efemeridade e a-historicidade, a notícia se fundamenta num presente de atualidade como ponto de referência absoluto, o que a inscreve num imaginário de urgência. Em relação ao espaço, o autor discute como a mídia promove a aproximação entre o acontecimento e a instância de recepção, bem como o papel do imaginário em produzir diferentes formas de interesse pelas notícias. Já em relação à hierarquia, são apresentados os critérios que funcionam para determinar a importância dos acontecimentos, o que encontra respaldo nas representações construídas pela mídia sobre o que pode ou não interessar o público.

Considerando esses aspectos, Charaudeau (op. cit. p. 150) resume como se organiza o discurso de informação:

O acontecimento midiático constrói-se segundo três tipos de critérios: de *atualidade*, pois a informação midiática deve dar conta do que ocorre numa temporalidade co-extensiva à do sujeito-informador-informado (princípio de modificação); de *expectativa*, pois a informação midiática deve captar o interesse-atenção do sujeito alvo, logo deve jogar com seu sistema de expectativa, de previsão e de imprevisão (princípio de saliência); de *sociabilidade*, pois a informação midiática deve tratar aquilo que surge no espaço público, cujo compartilhamento e visibilidade devem ser assegurados (princípio de pregnância).

Ao inventariar as especificidades, estratégias e modos de organização dos discursos da mídia, Charaudeau enfatiza de que modo a informação é construída e como são produzidos

⁵ A noção de acontecimento com a qual Charaudeau opera está relacionada às coisas que acontecem no mundo e que ganham significação na e pela linguagem, por isso o autor destaca o processo de construção do acontecimento: “no mundo existem ou aparecem coisas, estas se configuram em estados, produzem-se modificações nos estados das coisas, mas tais fenômenos só adquirem existência significativa através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito linguageiro” (CHARAUDEAU, 2009, p.96).

certos efeitos no discurso jornalístico, contribuindo para desnaturalizar o que, à primeira vista, pode parecer a reprodução fiel da realidade. Sobre isso, a conclusão que apresenta é esclarecedora:

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. (CHARAUDEAU, 2009, p.151).

Nessa ordem dos discursos midiáticos, podemos pensar no gênero notícia a partir do funcionamento de mecanismos de coerção que impõem certas regras aos modos de construção do dizer, produzindo certos efeitos. Para constituir-se como informativo, o discurso jornalístico apóia-se na função referencial, necessária para conquistar adesão e persuadir. É a objetividade que deve dar o tom do dizer, imprimindo os efeitos de imparcialidade e isenção, necessários para estabelecer o caráter de verdade e credibilidade.

Para nós, interessa pensar em tais mecanismos como recursos que, ao mesmo tempo em que reafirmam o efeito de realidade, constroem essa mesma realidade, na medida em que transformam a notícia em referente para se pensar e agir, num contexto histórico-social caracterizado por uma cultura essencialmente midiática.

Na mediação que estabelece entre o acontecimento e a instância de recepção, o discurso jornalístico está legitimado a partir de um contrato social, em que cabe a ele a função de informar, contribuindo com a cidadania. A efetivação desse contrato, no entanto, se dá por meio da produção e oferta de significados que fazem crer que estamos perante a realidade e não perante uma de suas interpretações.

Embora sejam o resultado do funcionamento de diversos mecanismos para dissimular a subjetividade constitutiva de qualquer produção discursiva, as notícias são fruto de escolhas, seleções, exclusões, por isso a suposta neutralidade não passa de uma ilusão. O acontecimento que vira notícia é eleito a partir de um recorte, determinado através de critérios que, por sua vez, demandam a adoção de certos mecanismos para que a notícia adquira certas feições, provocando os efeitos necessários para consagrá-la como espelho da realidade. Assim, é o tratamento discursivo imposto ao acontecimento o responsável por conferir o caráter de verdade absoluta ao que não passa de uma interpretação.

O gênero notícia impõe modos de construção do dizer responsáveis por conferir certas especificidades necessárias para inscrevê-la num universo de validade e reconhecimento. Circunscrito a uma série de coerções, limitações e interdições de naturezas diversas, que afetam, em diferentes níveis, qualquer produção discursiva, o sujeito jornalista realiza um trabalho com a linguagem, utilizando-se de algumas estratégias e recursos para tornar possível a emergência de alguns sentidos em detrimento de outros. Realiza esse trabalho afetado pela ilusão⁶ necessária de que pode controlar os sentidos, como imagina qualquer sujeito que faz uso da língua.

Para produzir o texto dando-lhe o caráter de unidade e coerência, o sujeito jornalista o faz a partir de uma imagem⁷ do interlocutor, o qual determina o que e como dizer. Em princípio, o objetivo da mídia é atingir um número cada vez maior de pessoas, mas tem diante de si, um público bastante diversificado e heterogêneo. Como fazer, então, para que a sua linguagem tenha o poder de alcançar cada vez mais interlocutores? É necessário que o discurso da informação deva se nortear pelos princípios de precisão, exatidão e clareza, correspondendo às expectativas de um potencial interlocutor, que espera, por sua vez, encontrar na notícia um relato fiel dos fatos. Nesse jogo de imagens, somente o cumprimento desse acordo tácito garante o êxito de uma parceria pautada na confiabilidade.

Para despertar o interesse do interlocutor, o texto da notícia deve apresentar uma linha de raciocínio simples, em que as seqüências argumentativas sejam curtas, através do desenvolvimento de idéias-chaves bem marcadas, sem muitas digressões ou utilização de períodos longos. A recorrência a essas estratégias é necessária para produzir o efeito de generalização. Tomando como objeto de discursivização um acontecimento selecionado, eleito dentre uma infinidade de outros, cabe à notícia narrá-lo a partir de um tom universalizante; é desse modo que um fato particular, situado num determinado contexto histórico social sai de sua condição específica para projetar-se numa dimensão mais ampla.

Ao apresentar recortes em forma de generalizações, é construído um efeito de relevância e o discurso jornalístico consegue fixar dizeres como irrefutáveis, adquirindo força de lei. Dessa forma, os julgamentos que apresenta dissimulados pela pretensa objetividade, passam a ter validade universal, já que desfrutam de amplo compartilhamento. Ao escapar do

⁶ Pêcheux (1995) explica que tal ilusão é constituída por dois esquecimentos: o n. 1 em que o sujeito imagina que é a fonte e origem do dizer e o n. 2 em que o sujeito imagina que a linguagem é transparente, podendo os sentidos serem controlados.

⁷ Em Pêcheux (1990) está a explicação sobre o jogo de imagens que determinam o dizer. São as formações imaginárias que designam os lugares que os sujeitos se atribuem nas condições de produção dos discursos.

anonimato, atingindo notoriedade, o acontecimento passa a interferir de algum modo na vida das pessoas, já que a depender de seu teor, consegue despertar os mais diversos sentimentos.

Outro aspecto que contribui para esses efeitos é que, pelas próprias especificidades, o gênero notícia não permite detalhamento e aprofundamento, uma vez que sua função deve estar circunscrita ao puro registro dos fatos, isento, a priori, da opinião ou ponto de vista do sujeito jornalista. As supostas isenção e imparcialidade concorrem para consagrar a notícia à condição de referência. É assim que um recorte da realidade passa a funcionar como matriz para a construção de imagens, valores e crenças.

Além disso, outra estratégia que concorre para a consecução dos efeitos necessários diz respeito à marcação de remetência ao real por meio da utilização de outras vozes as quais funcionam como índices de referencialidade. Todos sabemos que a palavra do outro está sempre presente em qualquer ato de enunciação; existe uma heterogeneidade constitutiva em todo discurso. No entanto, no caso das notícias é muito comum que o aparecimento de outras vozes ocorra de uma maneira mais explícita, sendo marcado por índices responsáveis pelo encaixe de um dito em outro. A utilização desse recurso não é neutra, já que garante a produção de diversos efeitos⁸, como o de autenticidade, de responsabilidade e autoridade.

Funcionando também como mecanismos de remetência ao real, a apresentação de dados, percentuais e estatísticas, bem como a utilização de recursos que ilustram o texto verbal, como gráficos, tabelas, ilustrações, fotos e imagens, contribuem para criar o efeito de realidade, construindo essa mesma realidade, na medida em que se constituem como prova documental e irrefutável do acontecimento.

Pelo exposto, é possível perceber que os modos de organização das palavras na notícia obedecem a estratégias e recursos, os quais garantem a produção de certos efeitos necessários para que esse gênero seja reconhecido pela credibilidade e confiabilidade. A notícia adquire essas configurações, porque como todo dizer, está ancorada numa memória que faz com que a reconheçamos como mais um fio de uma rede de verdades tecidas na tentativa de tornar o mundo inteligível. Ao retomar o acontecimento, o sujeito jornalista constrói seu dizer retomando e reordenando outros dizeres, filiados a outras formações discursivas, responsáveis por não provocar seu estranhamento. Ao contrário, essa já-sempre inscrição/ancoragem é o que garante o seu reconhecimento como algo importante, credível e digno de ser levado ao conhecimento de todos.

⁸ Para um maior aprofundamento sobre as funções e efeitos do discurso relatado na narrativa midiática, sugerimos a leitura do capítulo intitulado As estratégias de encenação da informação, em Charaudeau (2009).

Valorizada por ter como objeto o relato fiel dos acontecimentos, a notícia se configura como um instrumento de produção, circulação e validação de verdades, por isso exerce uma função de instauração e naturalização de certos sentidos, constituindo-se num referencial para pensar e agir no mundo. Instituído regimes de verdade considerados irrefutáveis, exerce forte poder na instituição dos modos de vida dos sujeitos contemporâneos.

Os avanços tecnológicos possibilitaram a emergência de novos modos de organização e materialização dos textos. As notícias, antes congeladas em páginas de jornal e condenadas a envelhecerem e amarelarem, agora encontram no espaço virtual da tela do computador um lugar de projeção sem prazo de validade, uma vez que podem ser acessadas a um simples clique. Evidente que essas inovações impuseram novos modos de estruturação e de organização dos textos. O suporte eletrônico determina novas formas de materialização para os textos, que exigem novas estratégias de produção e recepção dos mesmos. As páginas de um jornal on-line oferecem trajetos que não se organizam de forma linear, garantindo o acesso a inúmeras possibilidades de contato com a informação.

Os portais de notícias estão inscritos numa certa ordem discursiva, em que as informações estão dispostas num modo de organização específico, cujos efeitos são de dispersão e descontinuidade, já que as páginas apresentam muitas imagens, títulos, fragmentos de textos, em diferentes formatos e cores. Dadas as especificidades do hipertexto⁹, surgem inúmeras possibilidades de abordagem, no entanto, centraremos nossa análise no texto escrito que constitui o corpo das notícias, já que ele é o principal elemento produtor de verdades.

Voltando nosso olhar para notícias que tematizam a escola, nosso objetivo é investigar como o objeto escola está sendo construído discursivamente, ou seja, que sentidos sobre a escola estão sendo produzidos, disseminados e validados através da instância midiática. Como se sabe, o gênero notícia não permite maiores aprofundamentos; dessa forma, é uma visão limitada e bastante superficial que funciona, de maneira bastante produtiva, para fixar significados, imagens e valores sobre a instituição escolar. Nesse processo, ao focalizar certos aspectos, outros são silenciados como, por exemplo, as questões políticas e sociais que constituem a base de muitos problemas, a política salarial e a desvalorização do professor e a própria condição cultural da sociedade que, de maneira geral, não valoriza a educação.

⁹ Segundo Pierre Lévy (1996, *apud* GRIGOLLETO, 2009), o hipertexto é um texto estruturado em rede:

“O hipertexto seria constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, seqüências musicais etc) e de ligação entre esses nós (referências, notas, indicadores, “botões” que efetuam a passagem de um nó a outro)”.

Mas, não é difícil perceber que, de maneira geral, nas notícias que falam sobre a escola brasileira é uma tônica negativa que predomina. Os aspectos enfatizados fazem referência, principalmente, aos problemas enfrentados pela educação brasileira em relação aos baixos resultados obtidos pelas avaliações que medem a qualidade do ensino/aprendizagem, à estrutura física deficiente e à carência de recursos e equipamentos. Somados a isso, atualmente, outros aspectos também adquiriram visibilidade, como questões relativas às atitudes e comportamentos dos alunos considerados inadequados ao ambiente escolar.

Considerando as notícias como dispositivos discursivos, os sentidos produzidos e disseminados em suas imagens e narrativas ganham força de lei e se instituem como verdades, forjando crenças e valores sobre a instituição escolar e instituindo modos de pensar e de ser dos sujeitos. É por essa razão que consideramos as notícias como dispositivos de governo dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração... Dizer que não pode haver uma sociedade sem relações de poder não é dizer que aquelas que são estabelecidas são necessárias ou, de qualquer forma, que o poder constitui uma fatalidade no centro das sociedades, de forma que ele não pode ser minado. Em vez disso, eu diria que a análise, a elaboração e o questionamento das relações de poder... é uma tarefa política permanente, inerente em toda a existência social.

Foucault

2- FOCALIZANDO A INSTITUIÇÃO ESCOLAR: RELAÇÕES DE PODER E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Para cumprir seu papel como instituição que serve à manutenção da ordem social, a escola sempre teve como tarefa conduzir um processo sistemático de incorporação dos códigos, saberes, práticas e valores necessários à produção de certos tipos de sujeito. Esse objetivo tem sido alcançado com sucesso ao longo do tempo, já que os resultados obtidos tem sido significativos e a escola continua mantendo-se como uma das mais importantes instituições dos nossos dias.

Nesse processo, para continuar produzindo sujeitos educados, disciplinados, controlados e adequados às demandas sociais, foi necessário um constante redimensionamento das técnicas e práticas operadas pela instituição escolar, a fim de garantir um exercício cada vez mais eficaz e produtivo do poder.

Foi a partir do século XVII que a escola se institui como a mais eficiente instituição responsável por fabricar as subjetividades. Desde então, todos os indivíduos deveriam ser submetidos à sua ação educativa a fim de maximizar a sua produtividade e eficiência. Foi desse modo que a escola cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna, como uma das instituições responsáveis pela produção de corpos dóceis, operando através de técnicas de vigilância, sanção normalizadora e exame com o objetivo de produzir sujeitos úteis a um modo de produção capitalista do tipo industrial em desenvolvimento. Operando através de uma lógica disciplinar, as instituições sociais estavam encarregadas de distribuir os indivíduos em espaços individualizados, classificatórios e hierarquizados para submetê-los a dispositivos de poder e de saber, ou seja, ao mesmo tempo em que o objetivo era extrair o máximo de suas potencialidades, produziam-se verdades sobre eles.

A partir da própria dinâmica social, esse modelo disciplinar passa a não ser mais eficiente, já que outros sistemas de força passam a exigir novas modalidades de exercício do poder. Desse modo, o capitalismo contemporâneo é a condição de possibilidade para a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Não estamos nos referindo a modelos que se excluem, mas que se complementam. Na sociedade de controle há uma intensificação e generalização dos mecanismos disciplinares, através de estratégias cada vez menos visíveis e materiais e cada vez mais sutis e refinadas. O controle ultrapassa as fronteiras estabelecidas pelos espaços fechados das instituições sociais já que sua atuação se dá de forma mais ampla e volátil.

Desse modo, as configurações institucionais têm atravessado uma crise, já que seus procedimentos limitados, fixos e rígidos não respondem mais de maneira satisfatória pela produção de subjetividades adequadas às novas demandas sociais, cujas exigências estão relacionadas à flexibilidade, mobilidade e fluidez. Diante das rápidas, amplas e profundas mudanças, a escola tem buscado se adaptar às novas condições, através de um constante redimensionamento de suas práticas, absorvendo as novas tecnologias de controle sem, contudo, abandonar os mecanismos disciplinares. Nesse sentido, tem buscado implantar novas tecnologias e práticas mais eficazes e produtivas para a constituição de sujeitos contemporâneos, o que sinaliza para a intensificação do seu papel como espaço normalizador da sociedade de controle.

No capítulo que segue, é nosso objetivo ampliar e contextualizar esse panorama histórico, problematizando e aprofundando as transformações pelas quais tem passado a instituição escolar e suas práticas e as implicações disso na produção das subjetividades.

2.1. A CIVILIZAÇÃO DA CONDUTA: CONFIGURAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS

Para compreender o presente é fundamental que se volte ao passado, com o objetivo de resgatar o processo de mudanças históricas que determinaram o que vivemos hoje. Em O processo civilizador, Norbert Elias (1993) examina as condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a formação do estado e de uma certa civilização ocidental. Tomando como ponto de partida a interdependência de fatores históricos, sociológicos e psicológicos, Elias defende que a condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem. O processo civilizador aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem.

O processo crescente de centralização da sociedade, que encontrou sua primeira expressão visível na forma absolutista de governo desencadeou a civilização da conduta, bem como a transformação da consciência humana. Elias explica como nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’ é resultado de um processo de transformação a partir da organização (que não foi racionalmente planejada, nem intencional, mas que acaba por demandar intervenções planejadas) de sociedades com monopólios mais estáveis de força. A partir de tal monopolização e centralização, o indivíduo é compelido a regular sua conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável:

Do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas elas se tornavam, mais crescia o número de funções e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as mais comuns até as complexas e raras. À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. (ELIAS, 1993, p. 198).

Para o autor, nas sociedades sem um monopólio estável de força a divisão de funções é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si. Isso se modifica quando as sociedades se organizam em monopólios mais estáveis de força, já que nelas há uma maior divisão e diferenciação de funções e maior a dependência funcional entre as pessoas. É a partir dessa crescente interdependência que Elias vai explicando as mudanças no comportamento das pessoas, que aos poucos vão se tornando mais civilizadas. Para ele, “a dinâmica da interdependência [...] mantém o homem em movimento e pressiona na direção de mudanças em suas instituições e, na verdade, na estrutura global de suas configurações” (op. cit. p. 264).

Foi o entrelaçamento de muitas esferas de atividades humanas que desencadeou mudanças nos relacionamentos, afetando o comportamento individual. A crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e a multiplicidade e variedade de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar provocam alterações no comportamento individual, de acordo com as necessidades dessa rede. Regular seu comportamento, desenvolvendo um autocontrole permanente e submetendo-se a leis e regras cada vez mais rigorosas é o que caracteriza essa mudança civilizadora.

A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se ‘corretamente’ dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. (ELIAS, 1993, p. 196).

Para assegurar o equilíbrio dessa sociedade que se estabelece, faz-se necessário evitar transgressões do comportamento socialmente aceitável, por isso o autocontrole passa a ser instilado tão profundamente desde a tenra idade. As crianças, para que aprendam a ser adultos ajustados às regras sociais vigentes, devem ser submetidas a uma ordem rigorosa de obediência para que aprendam a abrandar as emoções, desenvolvendo uma autodisciplina ativa e constante. Nesse processo, segundo o autor, os medos que os adultos consciente ou inconscientemente inculcam na criança desempenham uma função central no autocontrole:

Os medos e ansiedades criados pelo homem, sejam eles medos ao que vem de fora ou ao que está dentro de nós, finalmente mantêm em seu poder até mesmo o adulto. A vergonha, o medo da guerra, e o medo de Deus, o medo que o homem sente de si mesmo, de ser dominado pelos seus próprios impulsos afetivos, todos eles são direta ou indiretamente induzidos nele por outras pessoas. Sua força, forma e o papel que desempenham na personalidade do indivíduo dependem da estrutura da sociedade e de seu destino nela. (ELIAS, 1993, p. 270).

Esse medo, no entanto, tem um caráter produtivo, como argumenta o autor ao afirmar:

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas em medo de um ou outro tipo. Não devemos nos enganar: as constantes produção e reprodução de medos pelas pessoas são inevitáveis e indispensáveis onde quer que os seres humanos vivam em sociedade, em todos os casos em que os desejos e atos de certo número de indivíduos se influenciem mutuamente, seja no trabalho, no ócio ou no ato do amor. (ELIAS, 1993, p. 270).

A noção de interdependência, já ressaltada em O processo civilizador, foi desenvolvida por Elias (1994) em A sociedade dos indivíduos, em que argumenta sobre a seguinte ideia central: O que o ser humano é sempre depende da natureza das relações entre ele e as outras pessoas. É nesse livro que Elias explica o processo de desenvolvimento de uma consciência mais autônoma e individual. Sua preocupação agora é explicar como o homem, em meio às transformações sociais de que é agente e produto, vai desenvolvendo uma autoconsciência, uma autoimagem como ser mais racional, capaz de chegar a certezas, através de sua própria observação e reflexão individuais.

Já para Foucault, desde quando a população se constituiu como algo a ser governado, foi necessário o desenvolvimento de uma racionalidade, de uma governamentalidade (FOUCAULT, 2007, p.291), que pudesse operar em favor de uma organização cada vez mais sistemática para administrar a vida social. Assim, é necessário ter um controle sobre o número de pessoas, suas idades, longevidade, estado de saúde e tipos de morte, hábitos, vícios, taxas de reprodução, etc., para que sejam planejadas ações com o intuito de organizar os indivíduos de forma mais eficaz, maximizando as forças da população e de cada ser individual, minimizando seus problemas, regulando e controlando suas ações e identificando suas características para que possa melhor governá-la. Para isso é necessário um conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o

exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como alvo a população.

Para que o governo¹⁰ se exerça é preciso conhecer os sujeitos, observar suas características e comportamentos e explicar como são e agem, construindo conhecimentos que configuram um regime de verdades sobre os sujeitos, determinando a forma de governá-los. O conhecimento sobre a subjetividade humana é imprescindível para que sejam planejadas e executadas ações para gerir a vida, em todas as suas instâncias¹¹.

É nessa lógica que aparecem as instituições escolares, como mais uma das expressões da administração da vida social. É necessário educar os sujeitos, para que possam desenvolver comportamentos e atitudes considerados ideais, ajustando-se a uma dinâmica social em que suas aptidões e capacidades possam servir ao fortalecimento do modelo de sociedade na qual estão inseridos.

O poder da escola age/atua de forma tão produtiva na vida dos indivíduos porque funciona tendo como pressuposto um objetivo ideal: Promover e garantir a realização dos que têm acesso a ela. Ramos do Ó argumenta:

[...] a imagem-ideal que socialmente tem prevalecido da instituição escolar é esta: desejamos e esperamos que ela promova a diferença, as aptidões e capacidades em direção à realização plena do indivíduo. Tudo se tem passado como se o aspecto disciplinar ficasse obnubilado pelas intenções humanistas. (RAMOS DO Ó, 2003, p. 104).

e complementa:

Os sistemas estatais de ensino foram sendo portanto constituídos de acordo com a regra da governamentalidade: o treino moral da população jovem fez-se tendo em vista o objectivo mais geral do aumento da força e prosperidade do Estado, mas teve pressuposta a reivindicação do bem estar de cada um dos cidadãos. (idem, p. 105).

Para este autor, a consolidação da moderna escola de massas é uma expressão prática das tecnologias do governo da alma, fazendo das crianças o alvo privilegiado dos programas de individualização desenvolvidos por experts, como psicólogos e pedagogos.

Todos sabemos que a escola deu continuidade ao trabalho de subjetivação desenvolvido pelo modelo cristão. As primeiras escolas populares européias foram criadas

¹⁰ O termo governo aqui não se refere à ação de um indivíduo particular, nem à instituição política e burocrática de administração, mas à ação sobre as forças, atividades e relações dos indivíduos que constituem a população.

¹¹ Através de Foucault também tivemos acesso à análise de como os saberes sobre os sujeitos foram se constituindo e se transformando em instrumentos de poder para gerir a vida das populações. É a relação entre saber e poder o objeto das obras História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As palavras e as coisas e Vigiar e Punir.

pela Igreja, nos séculos XVI e XVII para que continuassem a atuar sobre as consciências sempre na direção de um aperfeiçoamento moral. Nesses moldes, a escola é útil e adequada ao modelo de administração do Estado, que também se estruturava pela lógica humanista-iluminista.

2.2. ESCOLA E GOVERNAMENTALIDADE: DA DISCIPLINA AO CONTROLE

O surgimento da escola está relacionado à necessidade de gerenciamento da vida dos homens, com vistas a majorar suas capacidades produtivas, tornando-os úteis e preparados para agir em conformidade com as necessidades impostas pela vida social. Ao caracterizar uma sociedade que passa a se estabelecer a partir do século XVI no mundo ocidental, Michel Foucault (2004) nos mostra que é uma lógica disciplinar que passa a funcionar na organização das multiplicidades humanas. Tal lógica se manifesta a partir de dispositivos criados e postos em funcionamento para transformar as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas.

No decorrer de sua vida, o homem em suas relações sociais, tem sua vida organizada a partir de sua inserção em instituições que tomam o seu corpo como objeto e sobre ele fazem efetivar uma série de técnicas e procedimentos, a fim de docilizá-lo, tornando-o útil. A escola, a fábrica, o hospital, a prisão são algumas das instituições em que a lógica disciplinar pode ser focalizada com maior clareza: delimitação de lugares, criação de espaços úteis, vigilância e controle das atividades e do tempo, o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame são mecanismos desse poder disciplinar que permite marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões, mas também castigar e recompensar.

Cumprindo o seu papel nesse modelo de sociedade, o espaço escolar é uma máquina de aprender, mas também de vigiar, hierarquizar e premiar. Ao mesmo tempo em que o mestre transmite um saber, ele levanta um campo de conhecimento sobre os alunos: cada indivíduo é possível de ser mensurado, medido, comparável e é passível de ser treinado, classificado, normalizado.

Todo esse conjunto de técnicas existentes para que a disciplina se exerça, visando à regulamentação que, ao mesmo tempo, homogeneiza e individualiza, permite estabelecer comparações, medir os desvios, ajustar as diferenças e sancionar. Mas isso não pressupõe apenas um poder que se estabelece externamente. Esse poder que se exerce de fora se

transforma num processo de autorregulação em que o próprio sujeito aprende a vigiar-se e controlar-se, através de mecanismos que não precisam do outro para se exercer. Nesse processo, o sujeito-aluno apropria-se, ao mesmo tempo, de técnicas existentes numa cultura de si, que o faz separar o bem do mal, o certo do errado, o adequado do inadequado..., constituindo-se a si mesmo através de mecanismos que colaboram para que o poder se exerça de forma mais leve e sutil. O sujeito, dessa forma, pode contribuir para que o poder torne-se mais funcional e eficaz.

A partir das idéias de Foucault, Veiga-Neto (2007, p. 70) ressalta a importância da escola na configuração da sociedade moderna:

É mais do que óbvio o papel que a escola desempenhou nas transformações que levaram da sociedade de soberania para a sociedade estatal. Não é demais insistir que, mais do que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades e, com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna.

Pela sua abrangência na vida das pessoas, a escola torna-se uma das mais importantes instituições na constituição dos modos de existência da sociedade moderna. Na configuração de seu tipo de ação sobre os homens, o modelo escolar que se implantou, desde o seu surgimento, esteve pautado numa concepção de sujeito como essência. Parte-se do princípio de que há uma potencialidade humana *desde sempre aí* que será tomada como objeto da educação para que seja desenvolvida, aperfeiçoada. Veiga-Neto (op. cit., p. 108) explicita que desde

Comenius – este que condensou praticamente todos os saberes sobre a educação escolarizada dos séculos XVI e XVII e que hoje representa a síntese fundacional, o grau zero da Pedagogia – veremos que ele parte de um homem naturalmente educável, que ao nascer já possui toda a potencialidade própria e exclusiva de sua condição humana, mas cujo entendimento ainda se encontra num estágio rudimentar.

Para argumentar que “praticamente todas as correntes pedagógicas modernas partilham desse mesmo entendimento sobre um *homem-sujeito desde sempre aí, a ser desabrochado pela educação*”, Veiga-Neto (op. cit., p. 109) apresenta as concepções de Descartes (o eu-pensante), Kant (o sujeito do conhecimento, incompleto porque ainda vazio), Rousseau (do selvagem ao civilizado), Marx (incompleto porque alienado/inconsciente da realidade política e social) e Piaget (incompleto porque ainda não psicogeneticamente não de todo desenvolvido/realizado) com o objetivo de demonstrar que todas essas concepções estão apoiadas na Filosofia da Consciência ou Iluminista, para a qual o progresso é o resultado do

uso da razão e do pensamento humano. Por esse viés, a capacidade humana estaria em estado latente, cabendo à educação o papel de promover a sua efetivação.

Recusar a ideia de sujeito como essência, explicitando como o sujeito é constituído nas relações com os saberes, os poderes e consigo mesmo faz com que os trabalhos de Michel Foucault impulsionem os vários campos das ciências sociais contemporâneas. Todas essas pesquisas, no entanto, precisam desvencilhar-se do sujeito-centro, deslocando o foco para o modo como ele é constituído nas práticas sociais. Interessa, sobretudo, problematizar e desnaturalizar os processos de subjetivação.

Para Foucault (1995, p. 236) pensar sobre a relação dos sujeitos com aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros; ou seja, refletir sobre o que faz dos indivíduos sujeitos está se tornando cada vez mais importante, em nome da promoção de lutas ou resistências contra as formas de sujeição, contra a submissão das subjetividades, “a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Muito pelo contrário”.

Resistir ao que caracteriza o indivíduo, definindo uma individualidade, através da imposição de uma lei de verdade, pela qual deve se reconhecer e ser reconhecido pelos outros diz respeito à atitude de recusa, defendida por Foucault (op.cit. p. 239): “Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos”.

Na contemporaneidade, a escola continua sendo uma peça fundamental. Mas muito mais que definidora de comportamentos e ações condizentes com um certo tipo de sociedade que se orientava para a produção, ela é um cenário dos mais ricos para se perceber como as tecnologias existentes na cultura contemporânea estão operando na construção de novos modos de existência, característicos de um momento histórico marcado por profundas transformações.

É ainda na obra de Foucault (2010) que encontramos a configuração da crise da sociedade disciplinar: com o desenvolvimento da sociedade industrial e o aumento da população, a disciplina, que era eficaz para manter o poder, perde parte de sua eficácia, possibilitando a emergência de uma outra tecnologia de poder, cujo objeto será não o corpo individualizante, mas o corpo múltiplo – a população.

Foucault localiza o aparecimento dessa nova tecnologia durante a segunda metade do século XVIII, quando se começa a levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie. É o momento em que os saberes biológicos vão se refletir na política, possibilitando a intervenção do poder para aumentar a vida. A partir daí, passam a interessar os processos de

natalidade, de fecundidade, de longevidade e mortalidade, por exemplo, como objetos de saber e alvos de controle. A biopolítica, é desse modo, uma

tecnologia que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Nessa forma de poder que tem por objetivo a maximização da vida, os mecanismos implantados giram em torno de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, que possam subsidiar intervenções mais gerais, para atingir a massa, o coletivo, como explica Foucault:

Não se trata, por conseguinte, em absoluto de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (op. cit. p. 294).

Traçando um percurso histórico-analítico, desde a soberania, passando pela sociedade disciplinar e chegando à biopolítica, o autor nos leva a compreender como, em prol da organização social, é necessário que as estratégias do poder sejam sempre reinventadas para garantir sua eficácia no governo dos sujeitos. Desse modo, podemos entender como, por exemplo, a explosão demográfica e a industrialização funcionaram como condições de possibilidades para a emergência de novas e mais complexas tecnologias mais eficazes à produção de determinados tipos de sujeitos. É por isso que ao caracterizar a biopolítica, ressaltando as suas especificidades em relação à disciplina, Foucault chama a atenção para o fato de que essas duas tecnologias não se excluem; antes, se articulam. A biopolítica só pode se implantar graças a uma técnica disciplinar prévia e o elemento que serve como elo entre as duas é a norma: “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. (FOUCAULT, op. cit. p. 302).

A normalização funciona como um mecanismo encarregado de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade, para isso é necessário qualificar, medir, avaliar e hierarquizar a partir de critérios, cuja referência é a média. Desse modo, a norma, ao mesmo tempo em que inclui (o normal e o patológico estão dentro da norma), exclui aquele cujo desvio é considerado excessivo. A positividade da norma está em operar favor da

maximização das potencialidades dos sujeitos e, em conseqüência, da governamentalização da sociedade.

Através da obra de Foucault, é possível compreender como a vida humana (individual e coletivamente) foi sendo organizada para garantir um maior controle sobre os homens, tendo em vista a eficácia do exercício do poder. Sua obra contempla uma rica análise dos modos de constituição dos sujeitos na sociedade de soberania e disciplinar. Dando continuidade a este tipo de análise, é Deleuze o responsável por caracterizar a sociedade de controle, abordando a crise do modelo disciplinar, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial:

todos sabem que essas instituições (de confinamento) estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares". (DELEUZE, 1992, p. 220).

É importante ressaltar que não é possível demarcar com precisão o fim de um desses modelos e o início de outro. O que há é uma sobreposição de práticas que coexistem, se interpenetram e se misturam. No modelo de sociedade característico dos nossos dias, por exemplo, o que há é uma intensificação das técnicas características da sociedade disciplinar com vistas a atender às novas demandas impostas por outras relações de força. Com o desenvolvimento da sociedade industrial, orientada pela produção, foi necessário aprimorar as técnicas de controle sobre os grupos humanos, com o objetivo de aumentar seu potencial produtivo, diminuindo os inconvenientes que pudessem interferir negativamente nesse processo. Portanto, o modelo de controle reduzido aos espaços de confinamento torna-se insuficiente, o que vai favorecer a emergência de outras formas de controle mais amplas e difusas, que atravessariam o conjunto da sociedade, funcionando através de coerções tanto mais sutis quanto eficazes. Hardt (2000, *apud* NARDI e SILVA, 2004, p. 192) nos ajuda a compreender isso quando define: o controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre o fora e o dentro.

A sociedade de controle caracteriza-se pelo desenvolvimento de técnicas de poder orientadas para os indivíduos e destinadas a governá-los de maneira contínua e permanente. Para atender às novas exigências do capitalismo, torna-se necessário que esse controle se estenda para além das instituições de confinamento da sociedade disciplinar, atingindo o sujeito de uma forma muito mais sutil, leve e eficaz, para isso tem ocorrido, de acordo com

Hall (1997, p.6), um processo de sofisticação e intensificação dos meios de regulação e vigilância (que vai desde a proliferação de câmeras e monitores até as pesquisas sobre o consumo e os cartões de crédito), capazes de manter sob controle os movimentos e as preferências de toda uma população (sem que esta tome conhecimento). As estratégias do poder vão incidir sobre o interior dos indivíduos, modelando seus desejos mais íntimos. Há, portanto um controle amplo e difuso, com vistas à homogeneização dos nossos modos de pensar, agir e sentir. Técnicas de poder estão a todo momento incidindo sobre o interior dos indivíduos, desindividualizando-os, uma vez que operam em forma de normalização e massificação, embora forjando uma ilusão de liberdade e individualização.

Ao permear todos os aspectos da vida de forma invisível e sutil, as tecnologias do poder funcionam naturalizando as relações, já que o controle é volátil e imaterial. Os sujeitos, portanto, são alvo de novos processos de objetivação e investigação para que saberes e práticas possam investi-lo de uma identidade útil e necessária às novas exigências do capitalismo.

2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA: A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS SUJEITOS

O modo como tem operado a cultura na modelagem das formas de ser e de viver dos sujeitos contemporâneos impõe que se reflita mais amplamente sobre a relação entre educação e cultura. Os ambientes institucionais sempre funcionaram como organizadores do fluxo da vida social, com o objetivo de garantir certa estabilidade, ajustando os modos de vida a partir de modelos e condutas vigentes. Nesse sentido, a escola sempre teve uma função cultural bastante clara.

Como instrumento cultural destinado, portanto, a garantir a coesão social, o modelo educativo tradicional sempre teve como missão transmitir um conjunto de conhecimentos e valores morais, no sentido de garantir uma certa uniformização da população. Tomando por base as matrizes culturais que definem os padrões de comportamento, a escola tradicional esteve orientada por um referencial cultural sólido e consolidado, ou seja, matrizes

relativamente homogêneas eram transmitidas e fortalecidas pelo modelo escolar de inspiração moral¹².

Discutindo a relação entre escola e cultura, Gvirtz e Larrondo (2006, p. 160) afirmam que o modelo tradicional de educação esteve embasado por uma concepção de educação ‘intergeracional’, entendida como uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as jovens, para que estas últimas incorporem e assimilem o patrimônio cultural. Para ilustrar, recorrem a Durkheim em *Educação e Sociedade*, quando diz:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que todavia não estão maduras para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que exigem dela a sociedade política em seu conjunto e meio especial, a que está particularmente destinado. (DURKHEIN, 1958, p. 70, *apud* GVIRTZ E LARRONDO, 2006, p. 160).

Diante da complexidade dos fenômenos culturais contemporâneos, as autoras afirmam que existem atualmente processos educativos, e não poucos, em que as crianças são os detentores do saber e os adultos os que devem ser ensinados. Desse modo, só uma concepção de educação mais ampla, que inclua outros saberes não tradicionalmente escolarizados e outras possibilidades de relação entre as gerações (tanto no *como* quanto no *que* se transmite) é possível pensar numa nova relação entre escola e cultura, já que essa relação está em crise, como concordam aqueles que pensam sobre a educação contemporânea.

Gvirtz e Larrondo explicitam os fatores que consideram mais relevantes na atual crise do modelo educacional: 1) o processo de massificação da educação: os adolescentes trazem consigo sua linguagem e sua cultura e não estão dispostos a abandoná-las na entrada da escola; trazem também graves problemas sociais: violência, desemprego, discriminação, etc. 2) A escola tem deixado de ser um santuário porque tem perdido o monopólio da inculcação do saber: há uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais e que não pedem permissão à escola para expandir-se socialmente. 3) Existe um divórcio entre os saberes que partem da instituição escolar e as necessidades da sociedade atual: a escola não distribui todos os conhecimentos e competências necessárias para fazer frente a um mundo em constante mudança em que o conhecimento é cada vez mais complexo.

¹² Foucault (2006, p.290) explica que com o cristianismo, a moral assumiu a forma de um código de regras, de um conjunto de preceitos e princípios que regulam a vida dos homens, tendo em vista a salvação: “Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras”.

Ao caracterizar a crise entre escola e cultura, as autoras defendem que a escola deve revisar seu vínculo com a pós-modernidade a fim de tornar-se mais inclusiva e democrática.

Para Hall (1997), a cultura ocupa um lugar central¹³ nas discussões para o entendimento de todos os aspectos da vida, por isso defende que a cultura não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior. Desse modo, para compreender e analisar todas as instituições e relações sociais é necessário tomar a cultura em seu papel constitutivo, uma vez que todas as práticas sociais têm uma dimensão cultural.

Avançando em sua argumentação, Hall (op.cit, p. 18) discute sobre a relação entre cultura e poder, enfatizando a centralidade da cultura nas questões ligadas à regulação social, à moralidade e ao governo da conduta social nas sociedades do modernismo tardio. Para o autor, é de vital importância pensar sobre o governo da cultura. Já que a cultura nos governa é fundamental pensar em como a cultura é governada e regulada.

Toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais. Uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante *quem regula a cultura*. A regulação *da* cultura e a regulação *através* da cultura são, desta forma, íntima e profundamente interligadas. (HALL, op.cit, p.19).

Sobre esta importante conexão entre cultura e poder, é esclarecedora a seguinte hipótese do autor:

Se a cultura, de fato, regula nossas práticas sociais a cada passo, então, aqueles que precisam ou desejam influenciar o que ocorre no mundo ou o modo como as coisas são feitas necessitarão — a grosso modo — de alguma forma ter a “cultura” em suas mãos, para moldá-la e regulá-la de algum modo ou em certo grau. (HALL, op.cit.,p. 18).

Diante disso, Yúdice (2006) propõe um novo ensino sobre a cultura:

Não vamos preparar as novas gerações com instrumentos desatualizados quando na sua própria experiência tudo já é diferente. O que precisam são instrumentos que levem ao empoderamento desde uma visão crítica. Da mesma maneira que se propunha, poucas décadas atrás, que os jovens

¹³ A expressão “centralidade da cultura” indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo.

precisavam de uma alfabetização midiática, também precisam de uma nova alfabetização na cultura. (YÚDICE, 2006, p.15).

Desse modo, entendemos que é urgente que a discussão sobre relação entre educação e cultura contemporânea deva se ampliar e adentrar os meios pedagógicos para que se possa desenvolver uma postura mais reflexiva e crítica sobre um tema tão fundamental. Observar e analisar a repercussão dessa cultura no universo escolar é fundamental para se buscar compreender as novas e complexas configurações do processo educativo escolar. A partir desse entendimento, só é possível pensar a escola dos dias atuais em articulação com a revolução cultural que transforma e afeta todas as esferas da nossa vida.

Como *perplexos protagonistas de uma nova era*, parece ser mais prudente como defende Costa (2006, p.179) assumir uma postura de

escuta atenta e olhar inquiridor, que dá uma trégua a todas as pretensões prescritivas da educação e da pedagogia, e se assenta sobre o reconhecimento da imensidade do desafio e, conseqüentemente, da necessidade de uma irrecorrível e inevitável humildade intelectual.

Costa argumenta que, face à necessidade de respostas, sugestões ou propostas, o que emergem são questões que demandam “análises provisórias, que incidem sobre evidências sempre singulares, sempre localizadas. Pretender mais do que isto foge ao bom senso, já que há deslizamentos em demasia” (COSTA, idem). Para a autora, no entanto, há nisso algo de positivo, uma vez que provoca o afrouxamento da convicção na verdade absoluta das coisas, o que permite a aceitação de outras versões, de outras leituras, de outras suposições:

Talvez esta seja uma das grandes contribuições dos tempos pós-modernos – deixar-nos tão desconfortáveis que desistimos de lamentar um tempo perdido (que nos legou e que temos hoje), e começamos a duvidar de nossos fundamentos, das tais ‘bases sólidas’, lançando-nos na tarefa de refletir sem reservas sobre nosso próprio tempo. Parece que já é hora de um pouco de fraqueza, um pouco de insegurança, um pouco de fragilidade, um pouco de humildade[...] (COSTA, ibidem).

A escola (assim como nós) não dispõe mais de modelos fixos e estáveis, norteadores de como educar, de como lidar com as novas subjetividades, emergentes do mundo contemporâneo. É nesse sentido que ela se revela como um lugar privilegiado para a investigação de como as novas subjetividades estão sendo construídas.

2.4. NOVOS SUJEITOS, NOVAS PRÁTICAS NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

[...] e é porque há a possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (FOUCAULT, 2010, p. 232)

Os modos de sermos humanos na sociedade contemporânea têm merecido diversas reflexões de inúmeros campos do conhecimento, todos eles interessados em compreender como se dão as novas relações do homem consigo mesmo e com o mundo num tempo marcado por características que cada vez mais se afastam da lógica moderna. Fluidez, mobilidade, instantaneidade e volatilidade são algumas das palavras que caracterizam os modos como os seres humanos têm se tornado sujeitos de um certo tipo na contemporaneidade.

Estão em curso rápidas e profundas transformações em todas as dimensões da vida, que afetam todas as instâncias sociais. Se voltarmos os nossos olhos para o universo escolar, não é difícil perceber as mudanças em suas formas de produzir subjetividades. Frente às novas condições sócio-históricas, a escola se vê instada a lançar-se num processo de contínua reconfiguração, a fim de garantir o cumprimento das funções que lhe são atribuídas na formação dos sujeitos. Desse modo, suas pedagogias, rituais e práticas têm sido alteradas em resposta às novas demandas.

Como argumentam autores que problematizam a educação contemporânea, como Silva (1994), Veiga-Neto (2007) e Costa (2008a), é ainda a concepção de subjetividade como essência que norteia o modelo de escola vigente. Desse modo, credita-se à escola a tarefa de garantir o desenvolvimento dos ideais de racionalidade, autonomia e libertação, através da submissão da potencialidade humana a certas condições. Esses regimes de verdade fundamentam toda uma lógica pedagógica que vem orientando os modos de educar há muito tempo.

Nesse contexto, a função normalizadora da escola sempre esteve pautada pela homogeneização, em que os padrões de normalidade serviam como referência e se fortaleciam através de toda uma arquitetura disciplinar, embasada por estratégias e mecanismos de vigilância e sanções. Esse modelo eficaz e bastante produtivo na conformação de tipos de sujeito revelou-se bastante condizente com um determinado tipo de sociedade, a moderna; porém, frente às atuais circunstâncias, vem sendo ameaçado, impondo grandes desafios a uma das mais importantes instituições sociais.

O espaço escolar tem sido território para a emergência de um número cada vez mais crescente de subjetividades que resistem à função normalizadora da escola, não obedecem, não estudam, não se comportam adequadamente e não internalizam os valores propagados pela educação escolar.

De acordo com Costa (2008b), adjetivos como desatentos, desordeiros, agressivos, vândalos, preguiçosos, desinteressados, violentos, belicosos são algumas das palavras empregadas para descrevê-los como “corpos e almas fora de controle, como alunos-problema, e definir seu estatuto num certo tipo de cartografia das margens”. Inspirada em Rose (1996, apud COSTA, op.cit) quando argumenta sobre as novas *expertises* dedicadas à administração do eu contemporâneo, a autora propõe discutir como a questão da diferença tem sido introduzida, interpretada, problematizada, debatida e trabalhada, hoje, na cultura pedagógica em que nos inscrevemos. Para isso, reflete sobre a proliferação da diferença e o tratamento dispensado àqueles que não se encaixam na norma:

O gerenciamento das subjetividades está ao encargo de um contingente numeroso de variados profissionais da área psi, especializados em descrever, classificar, nomear, medir, diagnosticar e tratar do eu. Os “especialistas da alma” providenciam o diagnóstico de anomalias, desvios, desencaixes, e o encaminhamento dos seres fora da ordem àqueles setores da maquinaria social contemporânea, engendrados e atualizados estrategicamente para sua captura e reforma. Crianças e jovens inatingidos pelas usuais pedagogias e práticas da escola, vêm sendo crescentemente esquadrihados em suas discrepâncias da norma. (COSTA, 2008b, p 4).

Costa ressalta que a exclusão tem sido a forma mais comum de lidar com a diferença no espaço escolar. Certamente, a exclusão é parte de um processo em que o normal é a referência, não sendo admitidos os desvios, por isso a pedagogia escolar tem como tarefa o empreendimento de vários e diversificados investimentos na tentativa de normalização.

Tornando-se alvo de diversos tipos de esquadrihamentos por profissionais especializados em lidar com as identidades desencaixadas e desestabilizadoras da lógica pedagógica, os sujeitos escolares que não se enquadram nos padrões, que burlam as regras e escapam aos investimentos do poder escolar devem ser alvo de todos os tipos de estratégias e mecanismos capazes de capturá-los, a fim de transformá-los em sujeitos bem adaptados às demandas do tipo de sociedade em que vive.

Desse modo, estamos pensando na resistência como condição para a sofisticação das tecnologias de controle, a fim de potencializar a função normalizadora de escola. Frente à proliferação de atitudes de resistência a um modelo escolar que se impõe, torna-se necessário

o refinamento das pedagogias, seus rituais e práticas tendo em vista o êxito no governo dos sujeitos na contemporaneidade.

[...] tornar visível o que precisamente é visível – ou seja, fazer aparecer o que está tão próximo, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não o percebemos.

Foucault

3- VISIBILIZANDO NOVAS PRÁTICAS DE GOVERNO NAS ESCOLAS: SUBJETIVAÇÃO E NORMALIZAÇÃO.

Nenhuma análise que tenha como objeto o sujeito pode prescindir de pensá-lo em articulação com os avanços tecnológicos que têm redesenhado a vida humana nos últimos tempos. Orquestrando transformações sem precedentes, a tecnologia tem oportunizado “a vivência de experiências absolutamente inéditas, modificando nossas percepções e produzindo noções inconcebíveis até muito recentemente”. (SARAIVA, 2006, p.19).

Desse modo, faz-se necessário procurar compreender e analisar as novas práticas produzidas em nossa convivência com as novas tecnologias, já que nossos modos de pensar e de ser são construídos nessas relações. Inseridos numa cultura pós-moderna, essencialmente midiática, todos nós somos, de algum modo, interpelados a reconfigurar nossas maneiras de pensar e agir, porque estamos condenados a viver num mundo midiático, do qual não podemos escapar e cujo alcance exerce um poder tão difuso quanto produtivo.

Ao tomar a mídia como objeto de estudo, Gregolin (2003) demonstra como a mídia funciona por agenciamentos discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos. Para nós, isso esclarece como, através de uma lógica própria, aparentemente difusa e incoerente, se exerce, pela mídia, uma poderosa rede de poderes, capaz de moldar condutas.

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta [...]. Nesse sentido – como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade. (GREGOLIN, 2003, p. 97).

Como produto das tecnologias de comunicação e informação, a mídia funciona promovendo a produção, circulação e cristalização de sentidos em nossa sociedade, o que vem alterando o modo como atribuímos significados ao mundo, mudando a forma como o percebemos. É interessante destacar, portanto, que existe, atualmente, uma importante relação entre as tecnologias e a produção de sentidos: os sentidos que atribuímos ao mundo estão profundamente articulados com as tecnologias de comunicação e informação.

Para Saraiva (2006, p. 21) “talvez a tecnologia que esteja mais imbricada com as atuais transformações do mundo contemporâneo seja a internet”. Apesar de ser uma tecnologia recente, a internet já afeta as mais diversas áreas da vida humana e cada vez mais diversificam-se as suas aplicações e expandem-se os seus usos.

Essa gigantesca e incontrolável rede de computadores está se fazendo presente nas mais diversas atividades cotidianas, embaralhando as fronteiras, redesenhando as distâncias. Sua importância é tamanha que fez com que se pensasse no aparecimento de um novo espaço, chamado de ciberespaço. Se de início era utilizada para compartilhar informações, hoje seus usos são quase inumeráveis: operações bancárias, compras *on-line*, trocas de arquivos com músicas e filmes, jogos compartilhados com parceiros distantes, troca de correspondência e de mensagens instantâneas. Pela *web*, pode-se fazer amigos e pagar a conta de luz, encontrar um amor e abastecer a dispensa, comprar um livro editado na Dinamarca e ver as fotos do netinho que mora em Londres, assistir ao vivo um terremoto no Japão e monitorar o filho na escola. (SARAIVA, 2006, p.21).

Tais exemplos comprovam a centralidade que a internet vem ocupando em nossas vidas, através das múltiplas possibilidades de experiências que oportuniza, alterando efetivamente nossas relações com o espaço/tempo. Além de fazer referência ao ciberespaço, Saraiva, apoiando-se nas reflexões desenvolvidas por Pierre Lévy, refere-se à cibercultura, cuja principal característica é o que ele chama de “universal sem totalidade”, já que apesar de sua universalidade, a cibercultura não está baseada na imposição totalitária de sentidos únicos e universais:

A cibercultura tem sido entendida como capaz de atingir todos os indivíduos, mas distribui uma multiplicidade de mensagens que produzem formas diferentes de compreender o mundo e a vida. Essa característica a difere das mídias mais antigas, como TV, rádio e jornal, que se tornam universais pela imposição de sentidos que, embora não sejam únicos, são bastante homogêneos. Ainda que existam sites cuja maciça visitação concede-lhes alguma hegemonia na constituição dos significados, o acesso às diferentes idéias é bastante facilitado nessa grande rede. Na internet, ninguém tem conseguido ter o controle das mensagens que estão sendo disseminadas, para o bem e para o mal. (SARAIVA, 2006, p. 22).

Como se vê, por suas especificidades, essa cultura produzida via internet põe em circulação uma pluralidade de sentidos que em sua heterogeneidade, possibilita que travemos contato com os mais diversos e impensáveis significados. A um simples comando realizado no computador, está a nossa disposição uma variedade imensurável de informações, imagens, dados, opiniões... que afetam de alguma maneira nossos modos de pensar e de ser.

Pensando na multiplicidade de sentidos postos em circulação pela internet e na produtividade das tecnologias em oferecer matrizes de significados para que possamos

atribuir sentido às coisas e ao mundo, é que buscamos ter acesso à produção e circulação de discursos sobre a instituição escolar, através de notícias veiculadas na rede. O que estamos querendo ressaltar é a nossa crença na construção discursiva dos objetos. Rejeitando qualquer perspectiva essencialista, acreditamos que o que tomamos como realidade, não passa de uma construção discursiva.

O objeto escola, por exemplo, é construído discursivamente, já que os modos como o percebemos, como pensamos sobre ele ou como lhe atribuímos sentidos são resultado do contato com o modo como ele é discursivizado nas mais diversas instâncias com as quais travamos relações. Dessa maneira, as práticas discursivas existentes na internet que tratam da instituição escolar estão a todo momento produzindo e pondo em circulação uma variedade de sentidos sobre a escola que acabam, também, por forjar nossos modos de pensar e agir em relação a ela.

Diante dessa possibilidade de produzir e fazer circular uma maior heterogeneidade de sentidos, dadas as suas especificidades, voltamos nosso interesse para a internet, com o objetivo de problematizar os sentidos sobre a escola postos em circulação através de notícias veiculadas na rede. Objetivando compreender como o objeto escola é construído discursivamente em notícias veiculadas na internet, centraremos nossos esforços em descrever e analisar enunciados, bem como problematizar verdades sobre a escola produzidas nas narrativas das notícias.

Graças à centralidade que ocupa como formadora de opinião, a mídia exerce um poderoso papel na produção de regimes de verdade. O discurso jornalístico, em especial, legitimado sob a égide da objetividade, faz crer que retrata fielmente a realidade, o que lhe confere credibilidade.

Utilizando-se de um discurso referencial, pautado pela clareza e precisão, o papel do jornalismo é cumprir o contrato social firmado com a sociedade, em que lhe cabe a responsabilidade pelo fornecimento de informações. Para isso, é necessário fazer crer que é um espelho do real, tendo como marcas a imparcialidade e isenção. Sob a ilusão de relato fiel dos fatos, as notícias passam a ser consideradas narrativas imparciais, confiáveis e verdadeiras.

Desse modo, consideramos que as notícias que tratam da escola constituem um poderoso referencial por meio do qual a sociedade passa a dar sentido a esse objeto. As notícias produzem e legitimam sentidos sobre a escola, ao mesmo tempo em que atuam no governo dos sujeitos. Através dos fatos que apresenta, a notícia serve como instrumento de normalização, de coesão social. As situações descritas nas narrativas instituem o que é

considerado normal e adequado em relação à instituição escolar, forjando nossos modos de pensar e agir em relação a esse objeto. É a isso que nos referimos quando pensamos na informação como instrumento de governamento dos sujeitos contemporâneos.

3.1. A (RE)PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR.

Como se sabe, a violência é um dos temas mais recorrentes na mídia, especialmente na mídia jornalística. Essa intensa produção discursiva que focaliza a violência tem como consequência a produção de dois efeitos de sentido. Se por um lado, faz crer que esse é um dos maiores problemas do mundo atual, por outro, banaliza a sua existência. Rocha (2005) ressalta que a visibilidade que a mídia confere à violência se dá pelo fato de que ela (a violência) se tornou um produto de consumo, pois as notícias violentas chamam a atenção (porque são sinistras, exóticas, cruéis, chocantes, bárbaras ou espetaculares) e vendem.

Ao falar da violência, a mídia institui sentidos por meio da seleção, classificação, edição e apresentação de enunciados que se cristalizam como verdades. Há uma repetição incansável e insistente de dizeres que caracterizam o ambiente escolar como um espaço de recorrência de diversos tipos de violência, o que é responsável por regular os nossos modos de ver e falar sobre a escola. Nesse sentido, é interessante pensar sobre a produtividade dessa produção discursiva que tematiza o indiscriminado aumento da violência, uma vez que funciona como condição para a aceitação da crescente implantação de novos mecanismos de controle nas escolas, como pretendemos mostrar no decorrer das análises.

Para dar início às análises, consideremos a seguinte notícia, publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, em sua versão on-line, no dia 5 de abril de 2010:

05/04/2010 - 13h26

Diretora é agredida por alunos em escola municipal na zona norte do Rio

DIANA BRITO

da **Folha Online**, no Rio

Diretores do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) informaram que irão denunciar na tarde desta segunda-feira ao Ministério Público Estadual a agressão de alunos contra a diretora da escola municipal General Humberto de Souza Mello há uma semana, no Maracanã, zona norte do Rio. Segundo o sindicato, a diretora foi atacada

com socos e pontapés ao tentar apartar uma briga entre cerca de dez estudantes com idades entre 12 e 17 anos, no pátio da unidade.

Divulgação



Após agredirem diretora, alunos depredam as instalações da cozinha de escola no Rio.

"Vamos acrescentar esse caso de agressão ao dossiê sobre violência contra as escolas públicas que entregamos ao Ministério Público em novembro do ano passado. Assim, vamos provar como a situação vem piorando e profissionais de educação sofrem com agressões e ameaças", afirmou à **Folha Online** a diretora do Sepe, Edna Félix.

Assustada e com problemas psicológicos, a funcionária pediu afastamento da unidade de ensino. Desde o episódio, no último dia 29, o colégio só retomou as aulas nesta segunda-feira.

De acordo com o sindicato, a agressão contra a diretora só não teve consequências mais graves porque a educadora conseguiu se proteger em um dos banheiros da escola. Após a agressão, os alunos depredaram as instalações da cozinha, viraram latas de lixo no pátio e na rua Oito de Dezembro, onde fica o colégio.

A diretora agredida disse ao sindicato que também foi surpreendida pela mãe de um dos supostos agressores. "O filho dela inventou que foi agredido pela direção da escola. E em atitude agressiva, a mãe, acompanhada de pessoas da família, teria xingado diversos palavrões fazendo um verdadeiro tumulto no colégio", informou o sindicato.

O Sepe afirmou que a escola General Humberto de Souza Mello já havia feito várias ocorrências de agressões até o ano passado ao governo estadual, sem que nenhuma providência fosse tomada. Segundo pais de alunos, há dois anos um estudante foi morto na porta do colégio após uma briga.

Superlotação de alunos

O Sepe informou que agendou para terça-feira (6) uma audiência com a secretária municipal de Educação, Cláudia Costin, para discutir o assunto. "Ainda não temos informações sobre quais providências foram tomadas", disse Edna Félix.

"Há sobrecarga de alunos, salas de aula lotadas, não há profissionais nos corredores e pátios e os professores ficam sozinhos com os alunos, sem segurança nenhuma. É preciso reduzir o número de alunos em sala de aula. Com 50 ou 60 estudantes em sala é normal que o professor perca o controle. Não existe orientador educacional desde a década de 90 para prestar atendimento psicológico a alguns alunos", disse a diretora do Sepe.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u716379.shtml>. Acesso em 05/05/2010.

O modo como se apresenta textualmente organizada essa notícia aponta para a utilização de certos mecanismos de construção discursiva operados com o objetivo de criar certos efeitos de sentido. Para garantir o efeito de realidade, fundamental a esse gênero, é necessário recorrer a estratégias discursivas capazes de fazer com que a ele seja atribuída a condição de puro registro dos fatos, o valor de verdade.

Essa construção discursiva que figura como realidade, no entanto, é o resultado de um minucioso jogo, em que são mobilizados recursos, cuja função é conferir um caráter documental ao que é dito. Esse dito, no entanto, se constrói a partir de escolhas que regulam o aparecimento de certos enunciados e não de outros. Esse efeito de realidade, portanto, se dá num processo que se inicia numa seleção, por meio da qual um tema da atualidade é considerado útil para ocupar o espaço do jornal, enquanto outros são excluídos. Tomemos a notícia em questão. Ela se constrói a partir de um fato sócio-historicamente contextualizado, a agressão de alunos contra a diretora da escola municipal General Humberto de Souza Mello, no Rio de Janeiro, ocorrida no dia 29 de março de 2010, a qual se constituirá em objeto de denúncia, que será acrescentado ao dossiê elaborado e entregue ao Ministério Público pelo Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação).

Ao selecionar esse fato dentre tantos outros que poderiam ocupar seu espaço, o jornal Folha de São Paulo investe-se da responsabilidade de conferir um caráter generalizante a aquilo que não passa de um recorte da realidade. É preciso que a objetividade e imparcialidade deem o tom da narração do fato; por isso há a predominância da terceira pessoa, bem como da ocultação das marcas de subjetividade. Por ser necessário camuflar ou

dissimular a subjetividade inerente aos textos, cabe ao sujeito jornalista recorrer a recursos que funcionem para criar os efeitos de imparcialidade e isenção. No caso dessa notícia, em especial, chama a atenção a construção discursiva por meio da estratégia de articulação de vozes.

Como sabemos, todo discurso é, por natureza, heterogêneo. O dito é sempre povoado de outros dizeres, que com ele mantém uma relação de determinação. Para que as palavras façam sentido, é necessário que estejam apoiadas num anterior constitutivo, fadado a um eterno retorno reconstruído. Estando sempre presente, a palavra do outro reaparece de diferentes maneiras, mais ou menos explícita. Em relação à construção discursiva das notícias, é interessante pensar sobre os efeitos da manifestação da heterogeneidade do discurso. Ora pode ser estrategicamente útil dissimular as marcas da heterogeneidade, ora pode ser válido explicitar tais marcas. No caso desta notícia, em especial, há o predomínio da manifestação da heterogeneidade, através da recorrência ao discurso relatado.

Segundo Charaudeau (2009, p.162), o discurso relatado caracteriza-se pelo encaixe de um dito num outro dito, perceptível através de marcas que indicam que uma parte do que é dito deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. O autor discute de que maneira o discurso relatado funciona estrategicamente na narrativa midiática como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo. Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: de autenticidade do dito de origem; de responsabilidade daquele que disse; de verdade do que foi dito. Com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de um certo posicionamento do locutor-relator: posicionamento de autoridade na medida em que relatar é mostrar que se sabe; posicionamento de poder, na medida em que citar é fazer saber alguma coisa ao outro; posicionamento de engajamento, na medida em que relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão ou não do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem.

Como se vê, a utilização do discurso relatado é uma estratégia que produz efeitos de sentido necessários à garantia de autenticidade. No processo de formulação do dizer nessa notícia, o sujeito jornalista recorre a diferentes maneiras de relatar através do encaixe de vozes, com o objetivo de conferir legitimidade ao fato narrado. A articulação de sua voz com outras reproduzidas direta ou indiretamente no relato, nesse caso, opera no sentido de uma identificação entre locutores. O sujeito jornalista concede espaço a outras vozes adotando um posicionamento que aponta para a coincidência de pontos de vista. Não se estabelece, neste caso, uma relação polêmica entre as vozes que se articulam. A voz do sujeito jornalista se

apóia na voz testemunhal - o locutor de origem - para, simplesmente, apresentar o fato, sem manifestar um posicionamento de questionamento ou dúvida em relação à veracidade das declarações reproduzidas. É a voz do Sepe através de sua direção, representada pela diretora Edna Félix, que predomina em toda a narrativa, apresentando o desenrolar de uma ocorrência de violência de alunos contra a diretora da escola já mencionada, que **foi atacada com socos e pontapés ao tentar apartar uma briga entre cerca de dez estudantes com idades entre 12 e 17 anos, no pátio da unidade.**

Como se pode perceber na materialidade textual, o encadeamento argumentativo vai sendo apresentado a partir de uma seqüência que se organiza sempre pela voz do sindicato (ou de sua diretora) como podemos notar pelos excertos:

Diretores do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) informaram que;

Segundo o sindicato, a diretora foi...;

Afirmou a Folha online a diretora do Sepe;

De acordo com sindicato, a agressão...;

...informou o sindicato;

O Sepe afirmou...

O Sepe informou...;

...disse Edna Félix.

...disse a diretora do Sepe.

Ao fazer sobressair a voz do sindicato, por meio da qual a narrativa do fato vai se encadeando, a subjetividade do jornalista é dissimulada, em nome da necessária objetividade e imparcialidade. A voz do sindicato, legitimada socialmente, é confiável e merecedora de crédito e circulação, por isso opera fortemente para conferir o efeito de realidade, merecendo figurar como a voz a que se imputa a responsabilidade pelo dizer. Desse modo, recorrer à apresentação de depoimentos e citações revela-se como uma estratégia eficazmente utilizada na construção das notícias.

Para constituir-se como informativo e documental, o discurso jornalístico recorre à apresentação de outras vozes, através de depoimentos e citações, que funcionam como índices de referencialidade. O mesmo podemos afirmar em relação à foto que ilustra a notícia, em cuja legenda se pode ler: **Após agredirem diretora, alunos depredam as instalações da cozinha de escola no Rio.** Esses procedimentos são recursos que remetem a uma suposta verdade irrestrita, reafirmando o efeito de realidade e conferindo credibilidade ao dizer. Tais

estratégias são necessárias para que esse gênero discursivo possa revestir-se da necessária força argumentativa, capaz de despertar a atenção do leitor, conquistando sua adesão.

O uso desses recursos cumpre sua função para que o conteúdo da notícia possa adquirir os efeitos necessários, inscrevendo-se numa rede de reafirmação de um discurso corrente sobre a violência nas escolas. A descrição do fato, através do uso de expressões como **agressões, socos, pontapés, briga, ameaças, assustada e com problemas psicológicos, depredaram, viraram latas de lixo, xingado, palavrões, tumulto, morto, sem segurança nenhuma**, as quais aparecem no decorrer da notícia servem para configurar uma teia de significados, responsável por ativar uma memória discursiva em que estão inscritos enunciados referentes à relação escola/violência.

Partindo da descrição do fato que narra a agressão dos alunos contra a diretora, a notícia inscreve-se num tom de denúncia, o que garante que o compromisso que tem com a sociedade seja reafirmado. É nesse sentido que a voz do jornalista se articula com a do sindicato para endossar a necessidade de que providências sejam tomadas em relação ao problema da violência nas escolas. Nesse contexto, a imagem do Sepe é construída positivamente, sendo ressaltado o seu papel atuante na defesa dos profissionais de educação, quando são destacadas as suas iniciativas frente ao problema. Denúncias, elaboração e entrega de dossiê ao Ministério Público, realização de várias ocorrências de agressão ao governo estadual, audiência com a secretária municipal de Educação, são as ações empreendidas pelo Sepe, que pretende **provar como a situação vem piorando e profissionais de educação sofrem com agressões e ameaças**.

O que está dito nesta notícia produz sentido para nós, leitores, porque atualiza já-ditos inscritos numa memória sobre a escola contemporânea. Na constituição dessa memória, as notícias cumprem um papel fundamental, quando retomam, deslocam, repetem e reordenam sentidos, fazendo circular uma teia de significados que contribuem para a construção das imagens sobre a escola que passam a povoar o imaginário social.

Como podemos perceber na continuidade das análises esboçadas nesta parte do trabalho, a imagem da instituição escolar aparece descrita a partir de fatos e acontecimentos que a associam a um espaço sem segurança. São recorrentes nas notícias as referências aos desentendimentos, brigas, agressões, vandalismo, formação de gangues, tráfico de drogas e até assassinatos. As narrativas giram em torno de fatos, considerados incomuns ao ambiente escolar – por isso mesmo ocupam as páginas dos noticiários - mas que parecem se tornar cada vez mais comuns na realidade brasileira. É desse modo que enunciados que remetem a relação

entre escola e violência têm se materializado nos discursos jornalísticos, conforme podemos observar a partir da análise de mais uma notícia:

18/05/2010 13h27 - Atualizado em 18/05/2010 13h27

Escolas adotam medidas polêmicas para conter violência entre alunos

Câmeras instaladas nas escolas de Manaus vigiam estudantes. Jovem que bateu em colega na aula vai capinar o pátio, em Campo Grande.

Do G1, com informações do Jornal Hoje

imprimir

Educadores de todo o país estão tomando decisões extremas para tentar reduzir a violência nos colégios. As medidas pretendem combater o tráfico de drogas dentro das escolas, a formação de gangues entre alunos e até assassinatos nas salas de aula.

Veja o site do Jornal Hoje

A violência escolar é um problema em todo o país. A escola deixou de ser um local seguro. Gangues, rixas, tráfico, alunos armados, agressão e até assassinatos acontecem dentro do ambiente escolar. Mas o que fazer para acabar com a insegurança nos colégios? Pelo Brasil, existem diferentes projetos. Alguns polêmicos.

No Amazonas, câmeras instaladas nas escolas de Manaus vigiam os alunos. Em Mato Grosso do Sul, alunos violentos cumprem medidas disciplinares. O rapaz que matou aula e discutiu com o professor vai ficar dez dias limpando o jardim. Outro jovem que bateu em um colega na aula vai capinar o pátio. Todo castigo é aplicado com a autorização dos pais.

saiba mais

- Vândalos cortam luz e água de escola pública de SP para suspender aula
- Escolas reduzem violência com medida polêmica em MS
- Adolescente é agredida com estilete e compasso em escola no Recife

Na Bahia, em Itabuna, muros altos e grades protegem os alunos das ameaças externas. A mudança veio com a união de 70 parceiros com o Ministério Público e a polícia. Eles fazem visitas e, em caso de indisciplina ou violência, buscam juntos uma solução.

Em Vila Velha, no Espírito Santo, as câmeras de segurança flagraram uma briga na quadra. Um aluno ameaça o colega com um canivete. Ninguém se feriu. A violência escolar levou à criação de um botão do pânico, instalados em 50 escolas. Em qualquer situação de perigo, basta apertar o botão e acionar a central de vigilância. Imediatamente a polícia é chamada.

No Paraná, a hora do recreio era um perigo nesta escola no município de Toledo. Para acabar com as brigas e até o tráfico na escola, uma medida extrema. Há quatro anos, os alunos estão sem recreio. No intervalo, ficam em sala de aula. A medida foi tomada com aprovação dos pais.

Foi-se o tempo em que ir para sala do diretor era o suficiente para resolver os problemas entre alunos.

Fonte: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/05/escolas-adotam-medidas-polemicas-para-conter-violencia-entre-alunos.html>. Acesso em 18/05/2010.

A notícia acima, divulgada em um jornal televisivo de uma das maiores emissoras de TV no Brasil e também no seu portal na internet, tem como tema um dos mais discutidos atualmente quando se pensa sobre a escola contemporânea: a questão da violência. Como se vê a partir do título da notícia, a ausência de um determinante para a palavra **escola** já funciona produzindo sentidos. A notícia não vai se referir a uma escola especificamente, mas a instituição escolar de uma maneira geral. Dessa maneira, o título da matéria, cuja função é

despertar o interesse do leitor para dar continuidade à leitura, ao não particularizar a instituição da qual vai falar, inscreve o objeto escola a partir de uma generalização. **Adotar medidas para conter violência** parece ser preocupação das escolas de uma maneira geral. Esse percurso de leitura pode ser seguido pelo leitor que esteja interessado em construir um conhecimento sobre a escola, através da leitura integral da notícia. No lead, por exemplo, apesar de trazer a apresentação de exemplos específicos quando faz referência a duas capitais brasileiras – **Manaus e Campo Grande** – o efeito é ainda a generalização quando escolhe dois estados do Brasil de diferentes e distantes regiões. De norte (Amazonas) a sul (Mato Grosso do Sul), as escolas brasileiras se deparam com um problema que mobiliza o país, como pode ser ratificado nas expressões que iniciam os dois primeiros parágrafos do texto: Porque **a violência escolar é um problema em todo o país**, se faz necessária a mobilização de **educadores de todo o país** que estão buscando soluções, através da adoção de medidas, consideradas polêmicas pelo sujeito autor da notícia.

Ao pensarmos no trabalho do sujeito autor do texto notícia, sabemos do processo de escolha e seleção dos vocábulos usados nas notícias, tendo em vista a pretendida economia e objetividade, características desse tipo de texto. Por isso, a palavra **polêmica**, ainda no título, constitui um rico eixo semântico norteador da organização textual: a notícia pretende dar conta da polêmica gerada na sociedade a partir da adoção de medidas para contenção da violência nas escolas. Enquanto analistas, pensemos na emergência de determinados enunciados e não outros em seus lugares: O que faz com que essas medidas sejam consideradas polêmicas? O que é considerado polêmico em nossa sociedade? Ou melhor: Por que algumas medidas adotadas pelas escolas são possíveis de serem caracterizadas como polêmicas nas atuais condições sócio-históricas?

As medidas citadas no decorrer da narrativa só são caracterizadas como polêmicas porque vão de encontro a um conjunto de saberes de ordem psi que tem influenciado fortemente as práticas educacionais no Brasil. Desse modo, a apresentação de alguns projetos existentes pelo Brasil, com a adoção de algumas medidas citadas no texto são nomeadas como **decisões extremas** no primeiro parágrafo da notícia. Num regime predominante de discursividade que narra a escola a partir da “vigência das pedagogias ativista, libertária, libertadora e construtivista que se sucedem cumulativamente em seus intentos epistemológicos e didático-pedagógicos ao longo do século XX e início do século XXI” (COSTA, 2008a, p. 271) atitudes como as citadas na notícia não são consideradas adequadas ao processo educativo, dado o seu caráter impositivo e autoritário.

A argumentação do texto se desenvolve a partir do estabelecimento da oposição entre dois modelos de escola: escola segura X escola insegura. A primeira imagem relaciona-se a uma instituição onde só havia espaço para práticas virtuosas, já que está constituída no imaginário social como o lugar de desenvolvimento das potencialidades humanas. A segunda, por sua vez, relaciona-se à existência de novas configurações sociais em que o cidadão comum se vê ameaçado em qualquer espaço da sociedade, até mesmo na escola, já que ela **deixou de ser um local seguro**. O verbo no pretérito perfeito serve como referência para o estabelecimento das diferenças entre o que significava estar na escola no passado e o que significa atualmente, quando **gangues, rixas, tráfico, alunos armados, agressão e até assassinatos** acontecem dentro do ambiente escolar.

Constituída a problemática sobre a questão da violência nas escolas do país, é apresentado o questionamento: **Mas o que fazer para acabar com a insegurança nos colégios?** O estabelecimento de uma interlocução mais direta com o leitor, através da pergunta, funciona na notícia para aproximar leitor e texto, bem como para garantir a progressão textual pelo encadeamento de exemplos que sustentem a argumentação revelando a pretendida intenção do sujeito autor que se imagina controlando os sentidos do texto produzido.

Cabe ainda uma observação ao pensarmos na notícia enquanto uma estratégia de persuasão, já que, como dissemos, estamos pensando na divulgação de informações como um instrumento das tecnologias da comunicação e informação, que atua para direcionar o comportamento e as ações do sujeito. Nesse sentido, o estabelecimento de uma interlocução mais direta com o leitor, normalmente através da apresentação de uma pergunta relacionada ao tema da notícia, acaba funcionando como estratégia de busca de adesão e convencimento, na ilusão de garantir o controle de sentidos, bem como para provocar reflexões no leitor, convocando-o a direcionar seus pensamentos e ações em relação a essa apropriação de saberes sobre o tema, através da leitura da notícia.

A partir do questionamento, são listados no texto alguns dos projetos existentes pelo Brasil e que são considerados polêmicos: **instalação de câmeras; medidas disciplinares, como castigos; muros altos e grades; a recorrência ao Ministério Público e a polícia; a criação de um botão do pânico e a suspensão do recreio**. Esse elenco de práticas citadas no texto desperta a nossa atenção pelo que esse conjunto de proposições pode evidenciar sobre a relação entre escola e sociedade contemporânea: Num novo modelo de escola, inserido numa sociedade de controle, muitas e variadas podem ser as estratégias que

denunciam a intensificação dos mecanismos da sociedade disciplinar, com vistas a exercer um poder sobre a vida dos sujeitos.

Numa sociedade que se organiza através de uma biopolítica, é necessário buscar alternativas de gerenciamento da vida, especialmente quando ela encontra-se ameaçada. Esta notícia é bastante ilustrativa, uma vez que quando trata da violência, remete semanticamente ao tema da morte. Como o objetivo das estratégias do poder é gerir e maximizar a vida, torna-se possível a adoção de quaisquer medidas, ainda que elas sejam consideradas polêmicas ou extremas. Como já argumentamos, esses qualificadores só são possíveis de aparecer, neste momento histórico, na notícia, porque há um conjunto de saberes validados socialmente que determina quais são as práticas consideradas corretas e adequadas para se efetivar no ambiente escolar.

Por esse prisma, não deveriam existir câmeras de segurança vigiando os alunos, nem castigos, nem muros ou grades, muito menos a interferência do poder público ou da polícia nas escolas. A recorrência a esses recursos funciona como negação a um modelo de escola que povoa o imaginário social e que se sustenta em enunciados de uma educação que conduz à autonomia e emancipação.

Por outro lado, o fato de a notícia tratar da emergência dessas práticas neste momento histórico suscita reflexões sobre a sofisticação e o refinamento das tecnologias do biopoder, com vistas a intensificar a governamentalização dos grupos humanos. E sobre a isso, é bom frisar, não estamos nos referindo apenas às **câmeras de segurança e botão do pânico**, citados na notícia. O que estamos querendo afirmar é que: se, por um ângulo, as medidas para conter a violência nas escolas falam do reforço e intensificação de mecanismos disciplinares, como a vigilância e a sanção normalizadora (especialmente quando se referem às escolas do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraná); por outro falam de novas técnicas utilizadas para enredar os sujeitos nas malhas de um controle cada vez mais eficaz (caso dos exemplos de escolas na Bahia e no Espírito Santo).

Consideramos desse modo, que esta notícia sobre a escola condiz com um bom exemplo de prática discursiva, em que é possível perceber de que maneira o objeto escola é construído discursivamente, em conexão com a própria constituição da sociedade contemporânea. Pela leitura da narrativa, é possível perceber como novas modalidades de relações de poder, ao mesmo tempo em que deslocam as anteriores, não as substituem, nem as fazem desaparecer.

Uma das características da sociedade de controle diz respeito justamente à sua flexibilidade, desse modo, é perfeitamente possível e produtiva a imbricação entre

mecanismos que não se excluem; antes se articulam, aumentando a eficácia de um poder que se fortalece ao minimizar as possibilidades de resistência. Por esse viés, podemos retomar os exemplos trazidos pela notícia quando se refere a escolas de Itabuna – BA e Vila Velha – ES quando tratam do apagamento de fronteiras entre instituições para que o governo se exerça de uma forma cada vez mais ampla. No controle, o exercício do poder se exerce para além dos lugares estruturados das instituições sociais, dado o alcance de redes flexíveis, moduláveis e flutuantes, como ilustra a última frase do texto: **Foi-se o tempo em que ir para a sala do diretor era o suficiente para resolver os problemas entre alunos.**

Fica evidente, portanto, (ainda mais a partir desse enunciado saudosista que mais uma vez reforça as qualidades de um modelo de escola em oposição ao modelo contemporâneo) que, no controle, está havendo um entrelaçamento entre as várias instituições da sociedade para, em conjunto, atuarem em prol do gerenciamento da vida. Se a **sala do diretor**, enquanto recurso metonímico, fala da impotência da escola na resolução dos problemas que afetam a sua forma de governo em particular, pondo em risco até mesmo a vida dos sujeitos, é necessária a interferência de outras instituições, no caso, mais temíveis, como o Ministério Público e a polícia. Assim, já não podemos pensar mais nas instituições como espaços fechados e governados por uma lógica própria e específica. Esse reordenamento é necessário tendo em vista a maximização da eficácia e produtividade do exercício do poder, como podemos entender melhor através da análise desta outra notícia:

Edição do dia 14/04/2010

14/04/2010 20h15 - Atualizado em 14/04/2010 21h27

SP tem o maior número de estudantes vítimas de bullying, diz pesquisa

Bullying se caracteriza pela violência física ou psicológica constante.

Pesquisa ouviu estudantes de 10 a 18 anos em 25 escolas do país.

Do SPTV

Uma pesquisa feita em todo o país revelou que 70% dos estudantes já presenciaram cenas de violência física e psicológica entre colegas na escola. O estado de São Paulo foi o que teve mais vítimas. O estudo ouviu estudantes de 10 a 18 anos de que cursam o ensino fundamental em 25 escolas públicas e particulares do Brasil.

A irritação na escola, piora no rendimento escolar ou mudanças de comportamento sem motivo aparente podem ser sinais de que o aluno está sendo vítima de *bullying* - termo utilizado para descrever qualquer tipo de violência física ou psicológica constante.

O estudo feito com mais de 5 mil alunos em todo país pela ONG Plan - que atua em mais de 60 países - identificou que sete em cada dez estudantes presenciaram cenas de agressões entre colegas no ano passado.

O estudo ouviu estudantes de 10 a 18 anos de que cursam o ensino fundamental em 25 escolas públicas e particulares do Brasil.

A pesquisa apontou que a maior incidência de *bullying* é entre adolescentes de 11 a 15 anos de idade e que frequentam o 7º ano do ensino fundamental. Em relação a outros estados brasileiros, São Paulo é o que teve o maior número de vítimas.

Segundo os pesquisadores, discussões sobre tolerância, amizade e paz podem reduzir casos de violência nas escolas. Em um colégio na Zona Sul da capital, o comportamento dos alunos já começou a mudar desde que a direção incluiu no currículo aulas sobre esses temas. “Parei de apelidar os amigos e fui tendo mais amigos por perto”, diz a aluna Ana Clara Nunes Laranjeiras, de 11 anos.

Matheus Garó, também de 11 anos, passou de aluno indisciplinado para guardião da paz na sala onde estuda. “Tem que saber respeitar, tem que saber ter o diálogo certo com a pessoa para que você não possa falar coisas que ofendam ela ou ela falar coisas que te ofendam”, diz ele.

Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/04/sp-tem-o-maior-numero-de-estudantes-vitimas-de-bullying-diz-pesquisa.html>. Acesso em 16/05/2010.

Como já argumentamos, o tema da violência nas escolas tem merecido destaque na imprensa. Essa notícia, em especial, vai tratar de uma forma específica dessa violência que é o *bullying*. Apesar de estrangeira, essa palavra tem se incorporado aos nossos discursos, graças principalmente à visibilidade que tem obtido na mídia. Em nome da clareza e concisão, quando o termo aparece se faz necessário um esclarecimento sobre o seu conceito, como é feito no *lead* dessa notícia.

O *bullying* é uma forma de violência específica do ambiente escolar e, a partir do momento que se materializou como objeto, passando a ser alvo de um regime de dizibilidade que o inscreve como fenômeno do nosso tempo, passou a mobilizar o interesse de uma parcela da sociedade, composta principalmente de educadores, psicólogos e pais de alunos. Assim, há uma proliferação de discursos sobre o *bullying* que acabam por circunscrever a escola como um espaço em que a violência generalizada na sociedade encontra formas específicas de manifestação.

Desse modo, torna-se necessário um investimento na produção de saberes sobre esse fenômeno para que se possam descobrir maneiras de gerenciá-lo. Daí, a justificativa de se empreender pesquisas, e também de ocupar-se com a divulgação como faz a notícia em análise. Como se vê, a notícia divulgada no site do Jornal Hoje, refere-se ao resultado de uma pesquisa, realizada por uma ONG que atua em mais de 60 países e que ouviu mais de 5 mil alunos em todo país, sobre o tema da violência física e psicológica entre colegas na escola.

Para materializar um percurso de sentido, a narrativa se pauta na apresentação de dados estatísticos, os quais ao mesmo tempo em que funcionam para conferir credibilidade ao exposto, servem também para justificar a relevância do tema, uma vez 70% dos estudantes já presenciaram cenas de violência física e psicológica entre colegas na escola. Como está estruturada a partir da apresentação dos resultados quantitativos da pesquisa, a notícia faz crer que retrata fielmente a realidade, naturalizando o que não passa de uma interpretação.

Como o seu objetivo é sempre o fornecimento de informações, a partir dos dados obtidos cientificamente e legitimados por uma suposta imparcialidade/neutralidade, a notícia se propõe a ensinar aos leitores quais são os sinais de que o aluno está sendo vítima de *bullying*: a irritação na escola, piora no rendimento escolar ou mudanças de comportamento sem motivo aparente. Ao listar os possíveis indícios, concorre para munir os leitores de um saber capaz de diagnosticar casos de *bullying*, bem como adotar as devidas providências para evitá-lo. Nesse sentido, a divulgação da pesquisa pela notícia serve para contribuir com a promoção de ações que podem reduzir casos de violência nas escolas, por isso o discurso autorizado dos pesquisadores aparece no texto para aconselhar a adoção de práticas que possibilitem discussões sobre tolerância, amizade e paz.

Qualquer pessoa que lê a notícia encontra nela um referencial para discernir o certo do errado, quando se refere aos princípios morais que regem o comportamento na escola. O poder de normalização da mídia se estabelece por essa insistente reafirmação de valores sociais, por meio dos quais a conduta deve se guiar. O que estamos querendo ressaltar é a função da notícia em incentivar práticas capazes de promover reflexões em torno do tema, com vistas à normalização dos sujeitos. Promover atividades de conscientização, como aulas sobre esses temas, atua para instituir atitudes e comportamentos adequados nos sujeitos, capazes de realizar um trabalho sobre si mesmos em prol da desejada transformação, como atestam os depoimentos dos alunos transcritos na conclusão da notícia.

Observando outras notícias que tratam do assunto, percebe-se que o *bullying* tem motivado ações de outros segmentos da sociedade. Se, na notícia anterior há a referência à adoção de práticas essencialmente pedagógicas, que se voltam, sobretudo, à conscientização dos alunos, como a inclusão no currículo de aulas sobre a tolerância, amizade e paz; nessa outra notícia, percebemos que a problematização do *bullying* funciona como condição de possibilidade para a instauração de outras práticas gestadas em outras instâncias sociais, como destaca a notícia a seguir:

30/04/2010 13h28 - Atualizado em 30/04/2010 14h35

Ministério Público de SC cria campanha contra o bullying

Trabalho é feito com estudantes, pais e escolas.

Estado tem lei que barra a prática.

Do G1, com informações do Jornal Hoje

imprimir

O Ministério Público Estadual de Santa Catarina começou uma campanha no estado para frear o comportamento agressivo nas escolas. Pesquisas mostram que metade dos alunos já foi vítima de *bullying*.

Veja o site do Jornal Hoje

A campanha se chama “*Bullying*, isso não é brincadeira”. São orientações gerais para pais, alunos e professores. Em Santa Catarina, já existe uma lei para barrar o *bullying* entre os estudantes. Só que as autoridades acham que só a lei não basta. Por isso, todas as escolas do estado começaram a fazer um trabalho de conscientização de alunos e pais.

“A intolerância, o desrespeito às diferenças, ela é a base do *bullying*. Ela é justamente você não saber conviver com as diferenças, desrespeitando o fato de que todos nós temos os mesmos direitos em que pese somos diferentes”, disse a promotora Priscila Linhares.

saiba mais

- Dicas para quem é vítima de *bullying*
- Após reclamar de ter sofrido *bullying*, princesinha do Japão volta à escola
- Vítima de *bullying* não sabe por que apanhou, e mãe diz que ela podia morrer
- Jogo eletrônico incentiva o *bullying* entre os jovens

O caso de um estudante mostra que as brincadeiras podem se transformar em perseguição.

“Eles me chamavam de estranho, porque eu era do Rio de Janeiro e não falo muito. Me chamavam de olho gordo. Me batiam de vez em quando. A gente se sentia humilhado”, afirmou Édson Jottens, de 14 anos.

Apelidar é apenas uma das formas de praticar *bullying*. Ele se manifesta de diversas outras maneiras. Para o agressor pode parecer uma brincadeira, mas para a vítima é algo torturante.

Fonte: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/04/ministerio-publico-de-sc-cria-campanha-contra-o-bullying.html>. Acesso em 14/05/2010.

A estrutura textual dessa notícia se articula em torno de um elenco de vozes para as quais o *bullying* se constitui como temática. O Ministério Público, o Estado, estudantes, pais, escolas, pesquisadores e a própria imprensa se veem envolvidos na constituição de saberes sobre o assunto. Cada um a seu modo cumpre uma função na produção de discursos sobre o tema e assim o *bullying* vai se constituindo num objeto sobre o qual emerge um regime de práticas. Cabe à notícia o alinhamento dessas vozes para que o leitor também ocupe o seu papel nessa produção infinita de dizeres.

Sempre tendo em vista o fornecimento de informações para o público, qualquer notícia se estrutura em torno de um objeto, revestindo-o de uma suposta relevância. Para isso, nesse caso em especial, percebe-se a referência às várias instâncias em que o *bullying* transformou-se em foco de interesse. Para informar as medidas adotadas pelo Ministério Público de um estado brasileiro, com o objetivo de diminuir as agressões na escola, a notícia elenca outras ações que justificam e ancoram a relevância do fato noticiado. A campanha criada em Santa Catarina é importante porque vai atingir estudantes, pais e escolas, porque complementa a instituição da lei, porque as pesquisas apontam para a sua necessidade, porque é necessário saber conviver com as diferenças, porque existem alunos sendo perseguidos e humilhados. Desse modo, a heterogeneidade de vozes que se articula na notícia, ao mesmo tempo em que aponta para a especificidade da construção do texto jornalístico, faz-nos refletir sobre a “desespecificação” das instâncias de controle: a violência nas escolas demanda a atuação de vários segmentos da sociedade.

Na sociedade de controle, os muros que delimitam fisicamente os espaços institucionais não podem mais ser considerados como um símbolo definidor de responsabilidades específicas sobre o sujeito. Os limites entre as instituições tornam-se cada vez mais fluidos e cambiantes, uma vez que o controle é cada vez mais amplo. O controle esmaece as fronteiras, possibilitando uma atuação conjugada que busca recobrir os vários aspectos da vida do sujeito, como é possível perceber na notícia em análise.

Em evidência neste momento histórico-cultural, as discussões sobre o *bullying* acabam por motivar ações de vários espaços institucionais da sociedade. O foco da notícia recai sobre a ênfase na ação do Ministério Público ao criar a campanha “*Bullying*, isso não é brincadeira”, a qual consiste em fornecer orientações para pais, alunos e professores. No entanto, essa ação se efetiva numa parceria, em que são empreendidos esforços de outros agentes, objetivando frear o comportamento agressivo nas escolas, através da gestão das atitudes e comportamentos dos sujeitos.

Analisando a informação divulgada na notícia, com o objetivo de compreender as práticas de governamento dos sujeitos, poderíamos pensar na campanha instituída pelo Ministério Público de Santa Catarina como uma prática sutil de controle das condutas, já que se baseia, sobretudo, na divulgação de informações, sem o peso das sanções. No entanto, a partir da informação complementar trazida no texto quando afirma que “em Santa Catarina já existe uma lei para barrar o *bullying* entre estudantes”, a campanha passa a ter outro sentido. Estamos pensando na instituição dessa prática funcionando no acirramento do controle, já que “as autoridades acham que só a lei não basta”. Torna-se necessário, então, criar outros mecanismos para minimizar as possibilidades de desvios. Tendo em vista a conscientização de alunos e pais, a campanha é uma prática, cuja realização incide sobre o pensamento dos sujeitos, intensificando a autorregulação.

O trabalho de monitoramento de pensamento e ações figura como condição para assegurar o afastamento de tudo aquilo que pode representar um risco à segurança pessoal, por isso é fundamental munir os sujeitos de informações sobre as manifestações de violência no ambiente escolar para que possa reduzir as chances de envolvimento com essas situações.

Nesta notícia, especialmente através dos dois depoimentos citados (da promotora e do aluno), emergem sentidos sobre a escola, que a relacionam a um espaço onde intolerância, desrespeito às diferenças, perseguição, agressão física e psicológica, humilhação e tortura se fazem presentes. Logo, os sujeitos que, por alguma razão, têm algum tipo de relação com essa instituição, devem ser alvos de um conjunto de investimentos que atuam não somente pela coação, mas, sobretudo, pelo convencimento, a fim de mobilizá-los a tomar certas atitudes e comportamentos por acreditar que estão fazendo o melhor por si próprios. Eis aí a produtividade do exercício das tecnologias de poder, cuja função é produzir subjetividades mais adequadas às demandas da sociedade atual.

Em mais uma notícia sobre o *bullying*, dessa vez divulgada no site do jornal O Estado de São Paulo, gostaríamos de pôr em evidência outros aspectos sobre as práticas de exercício de poder que incidem sobre os sujeitos em suas relações com a escola. Passemos à leitura da notícia:

"Não existe escola sem *bullying*"

23 de maio de 2010 | 0h 00

Márcia Vieira, RIO - O Estado de S.Paulo

O tema virou obrigatório no universo escolar. *Bullying*, termo inglês que define todo tipo de preconceito, discriminação e violência entre crianças e adolescentes nas escolas, atinge todas as classes sociais. Os casos têm aumentado tanto que, na semana passada, a Justiça de Belo Horizonte determinou que um adolescente pagasse indenização de R\$ 8 mil a outro por *bullying*. "Escola que anuncia não ter casos de *bullying* está fazendo propaganda enganosa", diz a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, que acaba de lançar um livro sobre o assunto. *Bullying - Mentis Perigosas nas Escolas* ajuda a identificar e combater o fenômeno.

Em seus dois consultórios, no Rio e em São Paulo, Ana Beatriz, que já vendeu mais de 400 mil exemplares de *Mentis Perigosas - O Psicopata Mora ao Lado*, atende sobretudo a vítimas das escolas de classe média e da elite. "As escolas públicas sabem lidar melhor com o *bullying* que as particulares", diz. Ana defende que os pais das vítimas recorram à Justiça para cobrar pelo tratamento psicológico dos seus filhos.

"Quando as escolas começarem a sentir no bolso o custo de ignorar o *bullying*, elas terão mais cuidado com esses casos", defende, na entrevista a seguir.

Em quais tipos de colégios há mais chance de bullying?

Todos. O *bullying* é democrático. Acontece tanto na escola particular quanto na pública. O que faz uma escola ser boa é como ela vai lidar com o *bullying*.

A escola privada lida melhor com isso que a pública?

Não. Em geral, na escola pública há uma postura mais adequada. A direção está mais orientada. Se não consegue resolver, chama o Conselho Tutelar. A particular não admite o problema por temer propaganda negativa. Ou expulsa o agressor ou diz para o pai da vítima: "Seu filho é sensível demais." Isso é que dói. Geralmente, o convidado a se retirar é o "sensível".

A senhora recomenda que os pais tirem os filhos da escola nesses casos?

Tentamos mudar a cultura naquele micromundo escolar, porque só assim a gente muda a sociedade. Quando vou às escolas falar sobre algum paciente que é vítima de apelidos maldosos, geralmente ouço da diretora a velha explicação: "Mas é

brincadeira." Se é brincadeira, todos deveriam se divertir. Quando é *bullying*, um grupo se diverte às custas da humilhação de outros. Se a direção não faz nada e a criança começa a sofrer demais, recomendo que ela saia da escola, mas sugiro que o colégio seja acionado judicialmente para pagar o tratamento. Já conseguimos duas vezes.

A senhora diz que bullying existe desde que a escola existe. Mas houve aumento dos casos?

O *bullying* é um fenômeno típico das relações humanas. Agora percebemos mais porque estudamos mais. E lidamos com filhos de pais excessivamente permissivos.

Quais são as características das vítimas e dos agressores?

As vítimas geralmente estão fora do padrão: gordo demais, magro demais. São crianças mais tímidas, menos pop. Os motivos dos agressores variam: ele pode reproduzir a violência do lar; pode estar numa situação circunstancial de revolta porque os pais estão se separando. O caso mais grave é o do menino com transtorno de conduta. Ele dá problema na escola e em casa. No livro, eu cito o caso de um garoto que colocou a pata do cachorro na torradeira. Depois, furou a mão da professora. Esse tipo é o mais raro.

Nesse caso, o que move a criança é a maldade?

Sim. É difícil admitir que exista maldade, ainda mais em uma criança de 8 anos, mas existe.

Quem mais aparece no consultório: agressores ou vítimas?

Vítimas. A primeira coisa que eu faço é mostrar que elas não têm nada de errado. Hipersensibilidade não é doença. Muitas vezes as crianças chegam pedindo desculpa por serem tímidas. As vítimas justificam o injustificável. Nenhuma violência é justificável.

No processo de dar visibilidade ao tema do *bullying*, é ilustrativo o exemplo dessa notícia divulgada no site de um dos mais consolidados órgãos da imprensa nacional. Para efeito de análise, gostaríamos de começar destacando dois aspectos que, em seu entrelaçamento, funcionam na notícia para naturalizar um certo sentido como se fosse o único. Estamos nos referindo à necessidade de simplificação e ao recurso da generalização. Ao discutir essas duas características da notícia, esperamos colocar em evidência como se dá o processo de persuasão, através do qual a notícia cumpre a função de impor ao leitor certas visões de mundo.

Na construção de um texto jornalístico, deve-se obedecer aos princípios da concisão e objetividade. O percurso de construção de sentido deve se orientar pela apresentação sucinta do assunto, destacando o que é essencial. Para ajudar o leitor a interpretar a realidade, a notícia deve funcionar como um instrumento de mediação entre o conhecimento e o leitor, o que demanda precisão e clareza. Para atingir esses efeitos, a generalização constitui uma das estratégias mais eficientes. Generalizar fatos e idéias, como se tivessem uma validade universal confere um efeito de relevância ao que é noticiado, contribuindo para fixar determinados sentidos.

Podemos perceber o uso dessas estratégias ao observar mais atentamente como se estruturam o título e os primeiros parágrafos da notícia, articulados pela voz do jornalista. É o entrelaçamento entre os recursos da simplificação e generalização que dão a tônica da apresentação da entrevista que constituirá o foco da notícia. Para o título, é escolhido um recorte da entrevista, em forma de citação, que supostamente representa um resumo do conteúdo discutido, sendo apresentado em forma de uma afirmação taxativa, cujo valor se configura como um dizer irrefutável: **“Não existe escola sem bullying”**.

Em seguida, os parágrafos construídos para despertar o interesse do leitor, bem como conduzir o percurso de leitura da entrevista também podem ser analisados a partir da utilização das estratégias citadas. São frases simples e claras que acabam por apagar o que o fenômeno *bullying* tem de particular para inscrevê-lo numa lógica universalizante, por isso, **o tema virou obrigatório no universo escolar, atinge todas as classes sociais, os casos têm aumentado tanto, escola que anuncia não ter casos de bullying está fazendo propaganda enganosa.**

Para situar o leitor em relação ao conteúdo da entrevista, a introdução da notícia começa por justificar a relevância da escolha de tal assunto, dada a ênfase atribuída à discussão do tema, em função do aumento do número de casos; define o termo *bullying*, e

então passa a concentrar-se no que apresenta como um dado novo, merecendo, portanto, ser noticiado, que é o fato de a justiça determinar o pagamento de indenização por *bullying*.

Ao evidenciar a emergência de uma nova prática social associada ao *bullying*, cabe à notícia referendar tal prática, demonstrando que ela encontra amparo na opinião e incentivo de vozes legitimadas na sociedade, como é o caso de **Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra – que atende em seus dois consultórios nas duas maiores cidades do Brasil, “sobretudo a vítimas das escolas de classe média e da elite” – e escritora – que já vendeu mais de 400 mil exemplares de um livro sobre mentes perigosas.** Faz-se necessária a apresentação de uma voz legitimada socialmente que funcione para reforçar e endossar a validade dessa prática inovadora que, aos poucos vem ganhando existência e que é incentivada e defendida na entrevista apresentada.

Ainda na introdução da entrevista, o sujeito jornalista enfatiza as idéias centrais defendidas pela psiquiatra e escritora quando **defende que os pais das vítimas recorram à Justiça para cobrar pelo tratamento psicológico de seus filhos.** Desse modo, a notícia deve servir como um esclarecimento aos pais e alunos e como uma advertência às escolas, já que as últimas poderão ser alvo de ações na justiça, caso não tenham uma postura adequada em relação ao *bullying*. Para que o argumento defendido tenha valor de verdade, as perguntas e respostas da entrevista são direcionadas de modo a demonstrar que apesar de ser “democrático”, acontecendo tanto nas escolas particulares quanto nas públicas, as primeiras não sabem lidar com o *bullying*, por isso devem ser elas as acionadas na Justiça. Segundo a psiquiatra, a escola **particular não admite o problema por temer propaganda negativa** e suas ações se limitam à expulsão do agressor ou da vítima, sendo que **geralmente o convidado a se retirar é o sensível.**

Estruturado pela oposição que estabelece entre o tratamento do *bullying* dispensado por escolas particulares (inadequado) e escolas públicas (mais adequado), o percurso argumentativo da entrevista se desenvolve no sentido de naturalizar o ponto de vista defendido, endossado por uma visão maniqueísta, que separa bons e maus, sensíveis e violentos, humilhados e malvados, vítimas e agressores; ao mesmo tempo em que constrói a imagem do entrevistado como porta-voz de um discurso de defesa para os que se enquadram nas primeiras dessas características citadas e acusação para os outros.

Munidos desse saber, esclarecido/explicitado na notícia, os pais são impelidos a tornarem-se vigilantes em relação ao comportamento do filho, a fim de perceber se eles se enquadram como vítimas ou agressores. Em relação ao primeiro caso, a notícia leva-os a acreditarem que estarão amparados por profissionais e pela justiça, caso o filho seja vítima de

qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência nas escolas. Já em relação ao segundo, são alertados sobre a possibilidade de tornarem-se alvo de processos judiciais. As escolas, por sua vez, tornam-se cientes de que devem adotar posturas de repressão ao *bullying*, já que também correm o risco de serem acionadas judicialmente. É exatamente a emergência dessa nova prática social em relação ao *bullying* que constitui a temática central da notícia, como comprova a apresentação da voz da entrevistada, posta em destaque ainda na introdução, quando afirma: **“Quando as escolas começarem a sentir no bolso o custo de ignorar o bullying, elas terão mais cuidado com esses casos”** ou reitera: **“Se a direção não faz nada e a criança começa a sofrer demais, recomendo que ela saia da escola, mas sugiro que o colégio seja acionado judicialmente para pagar o tratamento”**.

Assim, os discursos que emergem nessa notícia nos fazem refletir sobre a emergência de formas mais intensificadas de normalização. Sobre a escola, por exemplo, uma das instituições de vigilância mais importantes da sociedade disciplinar, também passam a incidir práticas de acirramento do controle, o que demonstra como, atualmente, todos estão ativamente implicados: ao mesmo tempo em que vigiam, são também vigiados. Não são apenas os alunos ou os pais os alvos dos investimentos do controle, também as instituições estão sujeitas ao controle, já que nada escapa às suas estratégias. O sujeito escola, como se vê, não pode ser considerado apenas em sua função de agente de práticas de vigilância; é também alvo de monitoramento. Caso a sua atuação não esteja condizente com as novas demandas, está sujeito a sofrer penalidades e sanções, conforme divulgado na notícia.

Nessa perspectiva discursiva, essa notícia também nos permite pensar sobre os discursos como saberes que produzem os objetos. De acordo com a voz da entrevistada, o *bullying* existe desde que a escola existe, **“é um fenômeno típico das relações humanas”**, mas passou a ser discursivizado quando começa a haver uma maior produção de conhecimento sobre ele: **“agora percebemos mais porque estudamos mais”**. A produção de saberes sobre este objeto faz com que ele se torne o centro de um regime de dizibilidade, o que lhe confere visibilidade, funcionando como condição de possibilidade para a emergência de novas práticas.

É dessa maneira que o *bullying* tem se tornado tema de uma produção infinita de saberes e práticas, como se pode perceber através do que foi discutido até aqui a partir das notícias analisadas. Se a primeira notícia apresentada sobre o *bullying* faz referência a práticas mais localizadas e específicas, pois se restringem ao próprio espaço escolar, as outras notícias já apontam para a instituição de outras práticas e, portanto, para o refinamento das tecnologias

de poder, tendo em vista o exercício de um poder que tem na potencialização da vida o seu foco.

Para garantir sua eficácia no governo dos sujeitos, a sociedade de controle tem na divulgação de informações uma de suas mais poderosas estratégias. Estamos nos referindo à disseminação de saberes pelas tecnologias da comunicação e informação. Pensemos as notícias, objeto de nossa pesquisa, por esse prisma: Ao divulgar informações sobre o que está acontecendo nas instituições escolares, apresentar situações reais e objetivas, descrevendo e analisando fatos e comportamentos, as notícias funcionam como uma estratégia para que o controle seja mais eficaz no governo dos sujeitos.

Estamos pensando na divulgação cada vez mais ampla de informações como um mecanismo para que os sujeitos possam apropriar-se de um conjunto de saberes necessários ao desenvolvimento de técnicas de autogestão. A partir do domínio de informações sobre uma variedade de saberes, construídos pelos diversos campos de produção de conhecimento, o sujeito deverá realizar um trabalho sobre si mesmo para adequar-se às exigências de um comportamento considerado como adequado e normal.

Podemos pensar a notícia como um instrumento capaz de provocar atitudes de reflexão e ação no sujeito, desse modo, funciona para convencer e mobilizar o sujeito a adotar certas posturas e condutas. Na sutileza da atuação do controle sobre a vida dos sujeitos, ouvir ou ler uma simples notícia é uma operação que corresponde a uma prática, o qual produz certos efeitos no sujeito.

Analisando o modo como é narrado o tema da violência escolar, podemos entender o papel da mídia como dispositivo de governo: ao veicular *ad infinitum* notícias que tematizam formas de violência contribui para instaurar e reforçar uma cultura do medo na população, um estado de terror que acaba por regular o comportamento das pessoas, seus modos de pensar, agir e ser; ou seja, através dos agenciamentos discursivos da mídia, a população é conduzida a desenvolver uma série de práticas, com o objetivo de reduzir as possibilidades de exposição aos riscos dessa violência aparentemente generalizada. Conforme resume Rocha (2005, p.185)

ao se apropriar, divulgar, espetacularizar, sensacionalizar ou banalizar os atos da violência nas escolas, a mídia atribui valores e sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas, criam conceitos e nos fazem acreditar em algumas verdades e menosprezar outras.

Na dispersão em que aparecem, as notícias, aparentemente diferentes entre si, podem ser analisadas a partir do que têm em comum, de suas regularidades, cujo inventário permite

concluir que a escola é narrada como o lugar da insegurança, do medo, dos perigos, da selvageria. Descrita como um ambiente ameaçador, em que todos (profissionais, pais e, especialmente, os alunos) experimentam sentimentos de medo e pavor frente às possibilidades de serem alvo de algum tipo de violência.

Como pretendemos mostrar nessa análise, buscamos compreender como a mídia (re)produz os discursos sobre a violência escolar e quais as conseqüências que esses discursos podem produzir naqueles que consideram as informações veiculadas como verdades.

3.2. EM DESTAQUE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: A DISSEMINAÇÃO DE VERDADES CONSAGRADAS SOCIALMENTE

Analisando a mídia através de uma perspectiva discursiva, Gregolin (2003, p. 96) constata que a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses narrativas, de representações que constituem o imaginário social. Agenciando uma imensa circulação de sentidos produzidos em diversificados suportes, funciona como uma extensa rede produtora de referências, que alimentam o imaginário social.

Para Baczko (1984, apud GREGOLIN, 2003, p. 97), “é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. Tal constatação nos faz pensar na mídia como um poderoso dispositivo de coesão social, dada a sua capacidade de construir imagens simbólicas, que funcionam na organização dos pensamentos humanos. A constituição desse universo de matrizes se dá num incessante processo de repetição, réplica e deslocamentos de sentidos por meio do qual os enunciados vão se materializando. Desse modo, explica Gregolin (op.cit., p.97), “através dessas textualizações, erigem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou da introdução de mudanças”.

Nesse trânsito incessante de uma multiplicidade de sentidos, estão em jogo disputas pelo poder entre grupos sociais, através das quais certos sentidos ganham força de verdade em detrimento de outros. É desse processo de luta que resulta a definição, validação e cristalização de certos sentidos, fortalecendo relações de poder.

Voltemos nossos olhos para a instituição escolar, com o objetivo de compreender melhor algumas práticas próprias desse espaço em articulação com esses modos de constituição dos sujeitos na contemporaneidade. Consideramos que a escola é um espaço privilegiado para se investigar de que modo funcionam os investimentos sobre os sujeitos, tendo em vista a condução de modos de vida. É instigante pensar, por exemplo, nas práticas

que, atualmente, se efetivam na escola, tendo como foco o governo da saúde dos sujeitos alunos. Têm se intensificado, na sociedade, as discussões sobre as práticas alimentares que se dão nas escolas, provocando, inclusive, a emergência de leis que determinam o que se pode ou não comer neste espaço. Esses discursos, que tomam a prática da merenda escolar como objeto, podem ser pensados em sua articulação com essa produção e disseminação de riscos, tendo em vista a produção de determinados tipos de subjetividades.

Nessa proliferação de discursos, em conjunto com as leis, são lançadas grandes campanhas informativas para disseminar as maneiras adequadas de se viver, tendo em vista o bem-estar e a qualidade de vida. Por isso, a todo momento, somos bombardeados por um regime de discursividade que tem na saúde o seu foco, mas que está diretamente vinculado a um sistema capitalista, cuja força propulsora é o consumo. As maneiras adequadas de se viver, instituídas por esses discursos especializados e autorizados, se configuram como normas que regulam atitudes e ações. Impelidos a seguir os jogos de verdade instituídos por essas normas, os sujeitos dedicam-se a realizar um exercício sobre si próprios, a fim de internalizar os padrões e adotar comportamentos condizentes. É fácil perceber a produtividade e eficácia da disseminação dos discursos sobre a saúde, uma vez que a divulgação de novas informações provoca sempre uma onda de novas práticas em vários segmentos da sociedade, que se preparam para oferecer os mais variados produtos e serviços para atender às novas demandas. Deve-se a isso, por exemplo, o crescente surgimento de uma cadeia de novos saberes e práticas que tomam a saúde e a qualidade de vida como objeto. Capturados por essa teia, os sujeitos se veem sempre incitados a atualizar-se permanentemente para não estar fora da ordem.

Se há discursos que legitimam o consumo de determinados alimentos, considerados bons para a saúde, vê-se, logo, a mobilização de vários segmentos da sociedade dispostos a oferecer produtos e serviços relacionados a esse consumo. A mídia cumpre um papel fundamental nesse processo, já que ao mesmo tempo em que dissemina informações, legitima verdades e fomenta desejos e necessidades. Obedecendo à lógica capitalista, tudo isso, no entanto, está condicionado a uma rápida transformação. Logo, logo, as práticas que estão em evidência darão lugar a outras, porque as normas (como tudo nesta sociedade de consumo), não são duráveis, o que sempre demanda uma atualização permanente do sujeito, bem como uma remodelagem constante da subjetividade, como explica Saraiva:

Até, aproximadamente, o último quarto do século XX, as normas mudavam muito lentamente, em geral, aquilo que era aprendido na juventude dentro da família, na escola ou no trabalho valia até a velhice. Os mecanismos

disciplinares desempenhavam um papel central na vida de grande maioria da população. Esperava-se que o sujeito se constituísse segundo as normas vigentes no interior das instituições disciplinares e passasse a se governar por esses padrões durante o resto de sua vida. Aos Consumidores da Contemporaneidade já não basta interiorizar determinadas normas que forneçam um padrão para o governo. É necessário, antes de tudo, manter-se ativamente informado de quais são as normas do momento, numa perpétua atualização. Os padrões a serem seguidos para governar a si mesmos são diferentes a cada dia, necessitando um exercício permanente de reconfiguração da subjetividade. (SARAIVA, 2006, p.82).

Como a mais avançada tecnologia da informação, a internet ocupa um lugar central em relação a essa disseminação. Nem é necessário se referir à divulgação de notícias, basta pensarmos na quantidade de mensagens que invadem as nossas caixas de e-mails todos os dias para nos alertar sobre o risco de ser assaltados, contrair doenças, perder o emprego, sofrer acidentes, engordar, perder o parceiro...

A partir dessas constatações, voltemos nossos olhos ao corpus de nosso trabalho: é preciso reiterar que, em nosso ponto de vista, as notícias sobre a escola que circulam na mídia, funcionam como instrumento de produção/constituição, circulação e validação de sentidos verdadeiros, atuando desse modo, no governo de condutas. Obedecendo à proposta definida neste trabalho queremos, a partir desse momento, refletir sobre o processo de instituição de sentidos considerados válidos e verdadeiros em nossa sociedade, por meio das notícias divulgadas na mídia, para isso se faz necessário considerar sempre essa prática discursiva, enquanto instrumento de controle.

Estamos ratificando, dessa maneira, nosso modo de pensar os próprios mecanismos de formulação da materialidade textual da notícia como uma construção enunciativa que acaba por se constituir em estratégias de regulação de pensamentos e ações. Observando mais atentamente como se dá o processo de constituição de sentidos nas notícias divulgadas pela mídia, de maneira geral, percebemos como a produção de riscos funciona como um elemento estruturante.

Saraiva (2006, p. 79) analisa o risco como um das mais importantes formas de biopolítica na atualidade. A disseminação de riscos funciona como uma prática normalizadora, já que é responsável por introjetar e naturalizar certos padrões de pensamento e ação, de acordo com o que instituído como normal na produção de saberes pelas várias áreas do conhecimento. Isso significa que a projeção de riscos nas notícias também pode ser considerada como uma forma de governo dos sujeitos, já que promove a adoção de certas atitudes e comportamentos no sujeito, com vistas a evitá-los.

Os padrões de pensamento e ação, instituídos como normais a partir da produção de saberes de várias áreas de conhecimentos, encontram, atualmente, nas notícias um espaço privilegiado para sua disseminação e conseqüente apropriação pelos sujeitos. Frente a uma notícia, os sujeitos são incitados a significar, e esse processo demanda uma reflexão que, por mais incipiente que seja, resulta numa operação que o sujeito realiza sobre si mesmo, com o objetivo de alcançar certos estados. Assim, consideramos que o risco produzido discursivamente na notícia funciona para desencadear uma relação do sujeito consigo, com a finalidade de buscar estratégias de gerenciamento desse risco em sua vida.

Pensando na formulação da notícia enquanto prática discursiva, podemos perceber que a disseminação dos riscos nos textos jornalísticos se dá por meio de estratégias discursivas que mobilizam o retorno e a repetição de saberes produzidos em várias instâncias da sociedade e que se encontram legitimados por meio de valores sociais que instituem o que é considerado válido e verdadeiro, num determinado momento. Fazemos essa ressalva para enfatizar o caráter provisório e transitório da construção de verdades em nosso tempo. Não sendo universais nem imutáveis, as verdades estão sendo constantemente produzidas e reformuladas, exigindo do sujeito uma permanente atualização para que não esteja fora da ordem. Nesse aspecto, podemos pensar nas mídias também como mediadoras entre os sujeitos e as verdades.

Como estratégia de governo, a disseminação de riscos através das notícias se dá pela divulgação de conhecimentos verdadeiros, advindos do campo científico, cujo valor social confere autenticidade e credibilidade aos fatos apresentados. Pensemos nesse funcionamento da notícia, através do exemplo que segue:

15/04/2010 08h05 - Atualizado em 15/04/2010 08h05

Opinião: Alimentação saudável na mira das escolas e dos pais

Doces e frituras são proibidos nas cantinas e lancheiras.
Psicóloga sugere o 'dia da guloseima' para controlar hábitos.

Ana Cássia Maturano Especial para o G1, em São Paulo



(Foto: Arte/G1)

De vez em quando, somos alertados pelas diferentes áreas da medicina sobre os problemas que envolvem a má alimentação. Todos já sabem o que devem ou não comer para ter a saúde melhor. Apesar disso, a obesidade vem aumentando, inclusive na população infantil. As crianças têm apresentado doenças que antes se restringiam à população mais idosa, como pressão alta, colesterol e diabetes tipo 2.

Algumas atitudes da sociedade têm colaborado para que as crianças desenvolvam hábitos alimentares saudáveis. É o caso de escolas que procuram controlar o tipo de comida consumido pelos seus alunos. Na cantina ou lancheira são proibidos doces e frituras. Caso a criança os traga de casa, ele é mandado de volta e uma outra solução é dada para a refeição daquele dia.

Mesmo assim, alguns pais acabam infringindo as regras e mandando como lanche para seus filhos alguns alimentos proibidos. Muitos justificam que se não for aquilo, a criança não come, sendo melhor que coma algo sem qualidade que ficar de estômago vazio.

Por outro lado, temos atitudes que induzem ao consumo de alimentos sem qualidade nutricional pelas crianças. Há alguns fast foods que, para ganhar seu público, oferecem brindes se determinadas combinações forem compradas. Geralmente, são comidas bem aceitas pelas crianças, mas de qualidade duvidosa.

Se os pais deixarem, as crianças comem aquilo todos os dias, só para ganharem os brindes. Há pais que comem junto a mesma combinação para que os filhos garantam as coleções dos brinquedos.

Dia da guloseima

A alimentação é uma questão antiga entre pais e filhos. Os pequenos sabem que esse é o ponto fraco dos pais e muitas vezes usam certa chantagem para ingerirem aquilo que querem, como não comer nada, por exemplo.

Os pais com medo que os filhos passem mal por não comerem ou para se livrarem do incômodo deles ficarem insistindo para comer algo, cedem às vontades, contribuindo para a formação dos maus hábitos na alimentação.

Ninguém precisa se abster totalmente de ter uma alimentação prazerosa (por incrível que pareça são as menos saudáveis) e obrigar a si e aos filhos a um rigor exagerado nessa questão. O que se pode fazer é os adultos começarem eles próprios a terem uma dieta saudável e deixarem de ter em casa coisas que fazem mal a saúde. A falta de acesso a essa alimentação já é um caminho para a redução de seu consumo.

saiba mais

- Opinião: Orientação profissional na escola é fundamental
- Opinião: 'Um pai deve proteger um filho e não matá-los'
- Opinião: Separação de criança e mãe, só em último caso
- Opinião: Madrasta e padrasto devem saber qual o seu papel na criação do enteado

O dia da guloseima pode ser instituído pela família: uma vez por semana eles estão liberados para escolherem o que querem comer e beber.

Para o lanche, entre o que gosta e é saudável, a criança pode escolher os itens que quer levar. Os pais não devem permitir que eles levem lanches que são proibidos na escola. Tem que haver parceria entre a escola e a família. Até porque, ao infringirem essas regras, ensinam aos filhos que não é preciso respeitá-las.

As escolas, por sua vez, mais que imporem regras, devem trabalhar com seus alunos projetos que visem a conscientização do valor dos alimentos e o que significam para a vida deles. Isso pode ser feito de uma maneira divertida, em aulas de culinária, quando então podem experimentar alimentos que se negam a provar. Ou em aulas de laboratório, que costumam chamar muito a atenção das crianças. E de vez em quando, pode haver o dia da guloseima.

Fica uma pergunta: por que as pessoas continuam comendo comidas sem valor nutricional, mesmo sabendo que fazem mal a saúde?

Imagino que muito se deve a não constatarem isso de imediato na saúde. Como uma batata frita pode fazer mal?

Nesse caso, não vale a máxima: O que os olhos não veem o coração não sente. Ele sente sim.

(Ana Cássia Maturano é psicóloga e psicopedagoga)

Fonte: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/04/opiniao-alimentacao-saudavel-na-mira-das-escolas-e-dos-pais.html>. Acesso em 02/06/2010.

Como se vê logo pelo título, essa é uma notícia em forma de artigo de opinião, o que por si mesmo já reforça o seu caráter injuntivo, uma vez que é construída por meio da fala do especialista, de alguém que está autorizado a divulgar o que pensa num dos maiores portais de notícias do Brasil: o g1. com. Ana Cássia Maturado, a voz que se responsabiliza pela autoria do texto o assina com a demarcação do lugar que ocupa na sociedade. A indicação de suas profissões (**é psicóloga e psicopedagoga**) ao finalizar o texto é um recurso que funciona para atestar a validade do que foi dito, para incluí-lo num regime de verdade autorizado.

Detentora de um conhecimento sobre a alma do ser, bem como pela sua condução, a opinião da especialista está referendada por uma ordem que a autoriza a ser porta-voz de conhecimentos produzidos em outras esferas, especialmente pela medicina, cuja retomada

cumpra a função de conferir legitimidade à trama discursiva tecida para dar visibilidade a certos enunciados.

O tema da notícia – **a alimentação** – tem ocupado um espaço cada vez maior na mídia, dada a relação que tem se estabelecido pelos jogos de verdade, quando condicionam a comida à qualidade de vida. Nessa rede discursiva, o texto em questão retoma já-ditos que falam da necessidade de uma ação educativa por parte de escolas e pais, tendo em vista o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis pelas crianças.

Como se pode observar, o lead da notícia se estrutura em torno da proibição do consumo de alguns tipos de alimentos. Ao mesmo tempo em que retoma um dado da realidade objetiva que diz respeito a uma atitude taxativa de escolas ao proibirem **doces e frituras nas cantinas e lancheiras**; traz a opinião da especialista que sugere uma alternativa à proibição explícita, através da proposta do **dia da guloseima**. Desse modo, também a opinião da especialista funciona para reforçar a proibição, embora através de uma estratégia de negociação. Neste aspecto, consideramos que esta notícia pode oferecer um exemplo bastante ilustrativo de como estão se intensificando as formas de controle, sejam elas mais sutis ou mais coercitivas.

Conjugadas com medidas restritivas, emergem outras medidas mais sutis para administrar o eu contemporâneo, todas elas, no entanto, estão a serviço da intensificação do controle. As crianças, como seres em processo de formação, devem ser alvo de uma série de agenciamentos, que lhes ensinem a desenvolver um cuidado de si, para que possam aprender a gerenciar suas vidas.

Para governar os sujeitos, a biopolítica toma como objeto tudo aquilo que diz respeito à vida dos sujeitos, por isso a alimentação tem sido alvo de uma enorme produção de conhecimentos que institui o que é considerado saudável ou não. Frente aos conhecimentos produzidos principalmente pela medicina, as mídias cumprem seu papel de mediadoras entre a informação e os sujeitos. Ao cumprir essa função, funcionam no processo de instituição e validação dessas verdades, bem como na produção de subjetividades.

No processo de formulação do texto, o primeiro parágrafo do texto retoma já-ditos da formação discursiva da medicina, por meio da recorrência a enunciados ancorados num saber prestigiado socialmente, tendo em vista o seu objetivo em promover a vida. Logo, neste parágrafo, encontramos um claro exemplo do que argumentamos sobre o funcionamento da biopolítica através da disseminação de riscos, materializado na primeira sentença do texto: **De vez em quando, somos alertados pelas diferentes áreas da medicina sobre os problemas que envolvem a má alimentação**. Desse modo, podemos entender como a medicina produz e

dissemina o risco, com base em pesquisas responsáveis por determinar que estratégias os sujeitos devem adotar para minimizar os riscos. Como sabemos, nessa função, a mídia desempenha um papel preponderante quando populariza esses saberes; é através dela que os conhecimentos das várias áreas podem atingir a população, em geral. É por isso que **todos já sabem o que devem ou não comer para ter a saúde melhor.**

Por esse ângulo, a informação pode ser pensada na sua relação indissociável com a normalização. De posse dos conhecimentos verdadeiros, veiculados em largo alcance pela mídia, **todos** devem saber o que fazer em relação à sua alimentação, o que devem comer ou não e as conseqüências dessas escolhas para a saúde. No entanto, como podemos perceber, a normalização falha, e isso aparece marcado no texto pelo uso da conjunção concessiva **apesar disso**. Nem todos os sujeitos agem de acordo com as normas instituídas, e por isso é necessário sempre reiterar as possibilidades de risco, enfatizando as sanções advindas do desvio. Como o texto se refere à alimentação infantil, a notícia ressalta as conseqüências da má alimentação para essa parcela específica da população, como **o aumento da obesidade e a ocorrência de doenças que antes se restringiam à população mais idosa, como pressão alta, colesterol e diabete tipo 2.**

A partir do segundo parágrafo do texto, a notícia é estruturada a partir da oposição entre as duas instituições responsáveis diretamente pela educação das crianças: As escolas e a família. As primeiras são narradas através de ações de controle mais rígido em relação à alimentação das crianças, já que têm lançado mão de estratégias mais coercitivas tendo em vista a proibição e a sanção. Fica clara a inscrição das escolas em práticas de governmentação mais incisivas. Tais práticas só são necessárias porque, do outro lado estão os pais, que resistem ao que é instituído como verdade em relação à alimentação saudável, que infringem as regras e mandam como lanche para seus filhos alguns alimentos proibidos.

Na continuidade da argumentação também são citadas as estratégias da sociedade de consumo que exercem forte poder na instituição de desejos, induzindo comportamentos, inclusive dos pais, considerados não-condizentes com as verdades instituídas sobre o que é alimentação saudável.

Desse modo, percebe-se que a notícia toma como objeto o governo da alimentação das crianças, mas está, na verdade, endereçada aos pais, porque a eles cabe a responsabilidade pela educação dos filhos, o que inclui a aplicação de técnicas que ensinem as crianças, principalmente, através do exemplo, a gerenciarem suas próprias vidas de uma maneira condizente com o alcance de certos estados de felicidade, advindos, sobretudo, do ajuste às normas instituídas como boas e adequadas. Frente aos riscos produzidos e largamente

disseminados sobre a relação entre alimentação e saúde, os especialistas devem ensinar técnicas que garantam o gerenciamento de suas vidas para afastar a possibilidade de risco. Na biopolítica, cada um deve aprender a conduzir sua vida, minimizando as possibilidades de risco, o que demanda um exercício incansável do sujeito, instigado a aprender sempre, a atualizar-se sobre os padrões válidos naquele momento histórico e realizar um trabalho sobre si mesmo a fim de adaptar-se às normas.

A normalização funciona instituindo uma separação entre o que considerado normal e o desvio, nesse sentido encontra-se diretamente vinculada à moral, já que determina o que é certo e o que é errado. Saraiva (2006, p.79) argumenta que a moral contemporânea condena antes de tudo àqueles que não têm capacidade de agir e minimizar seus próprios riscos. Nesse sentido, é ilustrativo perceber o funcionamento dos sentidos nos parágrafos do texto que se referem aos pais: São eles que infringem as regras das escolas, dão maus exemplos ao não resistir às estratégias do consumo, cedem a chantagens e não demonstram firmeza nas atitudes, contribuindo para a formação dos maus hábitos na alimentação dos filhos.

Identificando-se a essas posturas inadequadas e refletindo sobre a sua responsabilidade pela conquista da própria saúde e de sua família, os pais encontram no texto os ensinamentos sobre como agir em relação ao controle da alimentação. Utilizando como estratégia argumentativa a desvinculação da adoção das práticas propostas à idéia de abstenção, obrigação e rigor excessivo, a apresentação das fórmulas eficazes para efetuar a pretendida transformação é feita sob o efeito de sugestão, garantido pelo recurso da modalização. Assim, sob o argumento do **que se pode fazer**, são listadas as práticas que devem direcionar as ações dos pais: Então, os adultos devem começar eles próprios a terem uma dieta saudável e deixarem de ter em casa coisas que fazem mal à saúde, dificultando o acesso a essa alimentação e reduzindo seu consumo. Podem instituir o dia da guloseima. Não devem permitir que as crianças levem os lanches proibidos pela escola, assumindo uma posição de parceiros da escola e ensinando os filhos que é preciso respeitar as regras.

Por sua vez, as escolas que já adotam medidas que colaboram com o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, com a proibição do consumo de alguns alimentos, devem também instituir projetos de conscientização que envolvam situações divertidas e motivadoras. Essa conscientização está relacionada à apropriação de saberes sobre os alimentos, promovendo a partir daí uma ação reflexivo-ativa em prol da transformação de hábitos. Mais uma vez, pode-se constatar de que maneira tem incidido sobre o espaço escolar as estratégias (coercitivas ou sutis) da sociedade de controle, tendo em vista a produção de determinados tipos de sujeitos.

Nesse jogo argumentativo constituído na notícia, cujo objetivo é a busca de adesão, após o desenvolvimento de uma sequência de raciocínios, vale ainda recorrer a uma última estratégia de convencimento, através do encaminhamento da conclusão em forma de pergunta: **por que as pessoas continuam comendo comidas sem valor nutricional, mesmo sabendo que fazem mal a saúde?** Muito mais do que procurar provocar uma resposta do enunciador, a estrutura dessa pergunta, principalmente através do efeito provocado pelo acréscimo de oração concessiva (**mesmo sabendo que fazem mal à saúde**), funciona como mais um recurso para disseminar o risco. Numa estrutura de causa e consequência, **continuar comendo comidas sem valor nutricional** resulta em problemas de saúde.

A reiteração das possibilidades de risco aparece na frase final do texto, em que a negação da máxima “**o que os olhos não vêem o coração não sente**”, através da afirmação “**ele sente sim**” faz referência à perda da saúde, retomada metaforicamente pela alusão que se faz ao que pode sentir o coração, caso não sejam adotadas práticas alimentares saudáveis.

O risco, nesse caso, está relacionado à possibilidade de comprometer a saúde, por isso a necessidade de munir os sujeitos de saberes, de verdades, cujo processo de validação se acentua à medida que as informações são disseminadas e atingem um maior contingente de pessoas que, de posse dessas verdades, podem realizar um trabalho sobre si mesmas no sentido de conduzir suas vidas de forma a minimizar os riscos. Entendida desse modo, a notícia, como um instrumento disseminador de riscos, atua fortemente no governo de condutas.

Nesse diálogo que busca promover especialmente com esses dois sujeitos – os pais e a escola –, responsáveis pela educação e formação das crianças, fica clara a função da notícia como instrumento de disseminação/validação dos conhecimentos verdadeiros. Neste caso específico, o enunciador é uma voz autorizada socialmente, através da qual ressoam enunciados dos discursos médicos e pedagógicos, que se articulam na constituição de um discurso jornalístico, cuja função é sempre a de divulgar verdades. Por meio dessa construção discursiva, percebe-se claramente de que maneira a alimentação tornou-se também um elemento a ser controlado, demandando estratégias das mais coercitivas a outras mais sutis e aparentemente democráticas.

Encaminhando a análise proposta, passemos à análise de mais uma notícia, publicada pelo portal Terra.com:

ES proíbe salgados e refrigerantes em cantinas de escolas

08 de abril de 2010 • 11h15 • atualizado às 12h27

A. Notícia



Alimentos pouco nutritivos estão banidos das cantinas das escolas da rede estadual do Espírito Santo

Foto: Getty Images

ALEX CAVALCANTI

Direto do Espírito Santo

Desde ontem, quarta-feira(7), balas, doces, refrigerantes e alimentos pouco nutritivos estão banidos das cantinas das escolas da rede estadual do Espírito Santo. A medida faz parte de um programa de melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes e foi implantada nas 600 escolas da rede estadual, que visa substituir salgados fritos, biscoitos e refrigerantes por sucos naturais, sanduíches e salgados assados, frutas e iogurtes.

De acordo com o secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha, é preciso cuidar melhor da alimentação dos jovens, que passam em média cinco horas por dia na escola. "Nossas cozinhas já realizam um trabalho supervisionado por nutricionistas e oferecem uma merenda adequada. As cantinas precisam acompanhar isso", afirmou o secretário.

O projeto "Cantina Saudável" deve ser totalmente implementado em até 90 dias. Durante esse tempo, a secretaria de Educação deve publicar portarias regulamentando os tipos de alimentos permitidos e os concessionários das cantinas deverão se adequar. "Refrigerantes, salgadinhos industrializados, chocolates e balas serão proibidos", afirma Haroldo Corrêa Rocha.

A medida, elogiada por nutricionistas e educadores, divide os alunos. A estudante do ensino médio Soraya Santos da Costa, 16 anos, não gostou da ideia e admite que vai ser difícil se adaptar ao novo cardápio. "Eu gosto dos salgados e adoro refrigerante. Acho que ninguém precisa dizer o que devemos comer ou não. Se não tiver opção, vou ter que comer o que vai ser oferecido, mas vai ser difícil", afirma a adolescente.

No entanto, há também os que aprovam. O estudante Juan Dias Bravin, 17 anos, diz que procura manter uma alimentação saudável e acha ótimo que tenha essa oportunidade na escola. "Eu sempre pratiquei esportes e gosto de me alimentar bem. Na escola era difícil, porque não tinha muita opção.

Agora vai ser ótimo", afirma o jovem, no melhor estilo "geração saúde".

Na tentativa de diminuir a resistência ao novo cardápio, a Secretaria de Educação promoveu um "teste cego" com alunos de uma escola. Eles foram convidados a, com os olhos vendados, experimentar alguns alimentos. As reações animaram os idealizadores do projeto e surpreenderam aos próprios alunos.

A estudante Aline Sales, de 17 anos, ficou surpresa com a experiência. "Achei muito interessante a adaptação desses lanches. Gostei de tudo que provei. Não sabia que o chuchu poderia ser tão gostoso", observa. Outra aluna que também aprovou a gincana foi Débora de Azeredo, de 15 anos. "Eu não como abóbora em casa porque achei que não fosse gostosa. Mas adorei o bolo que comi aqui. Se o lanche for feito com criatividade acaba conquistando a gente, porque sabemos que é preciso melhorar a alimentação".

Na opinião do secretário Haroldo Rocha, é necessário investir em alimentação saudável, com opções de lanches que também podem agradar os jovens. "O jovem já tem preferências com relação à alimentação, por isso sabemos que não é um trabalho simples. Temos de mostrar aos estudantes que o suco é bem melhor que o refrigerante e que ele vai ganhar muito mais se trocar o pacote de chips por um sanduíche mais saudável", completa.

Alimentos permitidos

- Pães
- Sanduíches naturais
- Biscoitos tipo cream cracker, amido ou água e sal
- Bolos simples
- Cereais integrais em flocos ou barras
- Frutas
- Picolé de frutas
- Leite integral
- Suco de fruta natural
- Leite fermentado, achocolatado, iogurte de frutas e vitaminas
- Água de coco

Alimentos proibidos

- Doces e salgados fritos
- Balas, pirulitos e gomas de mascar
- Chocolates, doces à base de goma, caramelos
- Refrigerantes, sucos e refrescos artificiais
- Salgadinhos industrializados
- Embutidos (presuntos, mortadelas, salames, linguiças, salsichas)
- Alimentos que contenham corantes e antioxidantes artificiais

Nessa análise, queremos pensar sobre a construção discursiva da notícia, analisando os efeitos de sentido dos enunciados utilizados, a fim de evidenciar de que modo o tom persuasivo desse tipo de texto tanto é responsável por construir imagens da escola e suas práticas, quanto por disseminar saberes dos quais os sujeitos possam se apropriar tendo em vista o gerenciamento de suas vidas. Para integrar o conjunto de discursos validados socialmente como verdadeiros, a notícia precisa ser construída através da articulação de jogos de verdade afinados com os valores socioculturais predominantes.

Como já afirmamos, os discursos jornalísticos que narram a escola na atualidade apontam para o surgimento de novas práticas que vêm se consolidando nesse espaço, cuja emergência está relacionada a imperativos que ordenam as relações na sociedade e se refletem em todas as suas instituições. Desse modo, têm sido frequentes as notícias que tratam das novas práticas que têm lugar no espaço escolar e que podem ser compreendidas tendo em vista a relação entre elas e os novos modos de gerenciamento dos sujeitos.

Condizente com a lógica biopolítica, a vida dos sujeitos deve ser alvo, em todas as suas instâncias, de uma série de investimentos para a sua potencialização. Nesse contexto, cabe à escola promover as mais diversas práticas para que os sujeitos possam munir-se de verdades capazes de direcionar ações de autogestão, voltadas para o cuidado de si. Os sujeitos devem aprender a gerenciar os mais diversos aspectos da vida, inclusive a sua alimentação; para isso, as escolas têm lançado mão de ações relacionadas à regulação e ao controle do que se deve ou não ingerir no ambiente escolar. Ancorados em jogos de verdade que determinam o que deve ser feito para que se tenha saúde, os discursos que embasam a emergência dessas práticas têm se consolidado cada vez mais na nossa sociedade, incitando os sujeitos a adotarem atitudes e comportamentos que possam lhe garantir bem estar e qualidade de vida.

A relação entre saúde e alimentação tem se configurado num tema dos mais discutidos na mídia brasileira. É a produtividade desse tema que tem permitido que ele tenha se transformado em assunto de grande interesse pela população, o que justifica o investimento da mídia em estar voltada para uma produção cada vez mais crescente de saberes que são disseminados a todo momento e através das mais variadas maneiras. Em todos os suportes midiáticos, há sempre uma série de notícias tratando dos cuidados que se deve ter para que a alimentação possa tornar-se uma aliada para a conquista da saúde perfeita. Inscrita nesse regime de discursividade, a notícia acima se insere nessa rede de formulações sobre o controle da alimentação escolar que vem ganhando espaço no Brasil.

Há algum tempo, escolas de todo o país têm procurado desenvolver estratégias tendo como alvo a alimentação dos alunos. Para cumprir, efetivamente, a sua função pedagógica, os

discursos sobre a escola atual dizem que ela deve estar preocupada com a formação integral do ser, por isso é necessário ampliar os seus modos de atuação para os diversos aspectos da vida dos sujeitos. É nesse sentido que esses discursos se configuram como condições de possibilidade para a incorporação de práticas escolares, visando ao governo da alimentação.

Em nosso ponto de vista, essa notícia interessa na medida em que aponta também para as formas de intensificação do controle. Ao lado de outras práticas mais sutis e aparentemente mais democráticas que têm como alvo o governo da alimentação, como atividades planejadas pelas escolas para promover o incentivo à alimentação mais saudável, emergem ações de um controle mais rigoroso, que demandam estratégias mais incisivas, baseadas na proibição explícita. A notícia em pauta, por exemplo, trata das medidas adotadas pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo tendo em vista a proibição da venda de alimentos considerados pouco nutritivos nas cantinas escolares do estado.

De acordo com a notícia, **a medida faz parte de um programa de melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes e foi implantada nas 600 escolas da rede estadual, que visa substituir salgados fritos, biscoitos e refrigerantes por sucos naturais, sanduíches e salgados assados, frutas e iogurtes.** Como se vê, o governo da alimentação dos sujeitos escolares, demanda o planejamento e a execução de ações como o projeto “Cantina Saudável”, o qual necessita de um prazo para ser implantado, período em que a Secretaria de Educação deve dedicar-se à publicação de portarias regulamentando os tipos de alimentos permitidos.

Como explicitado na notícia, esse projeto faz parte de um programa mais amplo, embasado no argumento citado pelo secretário Haroldo Corrêa Rocha de que **“é preciso cuidar melhor da alimentação dos jovens, que passam em média cinco horas por dia na escola”**. Para isso, as cozinhas das escolas também já foram alvo de investimentos, através da realização de um trabalho supervisionado por nutricionistas, com o objetivo de oferecer uma merenda adequada. Nesse sentido, na continuidade desse empreendimento, as cantinas precisam se adaptar, por isso os concessionários das cantinas deverão se adequar.

Como se percebe através da leitura da notícia, a implantação dessas práticas mais coercitivas não é aceita sem resistência pelos sujeitos. Ao dar voz aos alunos, a notícia mostra que o conteúdo é polêmico, merecendo por isso ser noticiado. A polêmica confere relevância ao assunto para justificar o seu aparecimento na mídia. Para figurar como imparcial, a notícia traz a voz da estudante Soraya Santos da Costa que não aprovou o projeto quando afirma que

“ninguém precisa dizer o que devemos comer ou não” e que terá dificuldades em se adaptar ao que vai ser oferecido.

No entanto, são as vozes concordantes com o projeto que predominam na notícia, o que acaba por evidenciar a posição do sujeito jornalista, constituindo-se como marca de subjetividade. No sentido de reafirmar a importância do projeto criado pela Secretaria de Educação do Espírito Santo, o sujeito jornalista descreve de que modo a secretaria busca diminuir as resistências através do planejamento e execução de outras estratégias como foi o caso do teste cego, promovido com alunos de uma escola, que foram convidados a experimentar alguns alimentos com os olhos vendados. A notícia ressalta como foram positivas e animadoras as reações dos alunos, reproduzindo a voz de duas alunas, entusiasmadas com a proposta, o que confere um efeito de reafirmação dos argumentos elencados em favor do respectivo projeto. Assim, a posição discursiva do sujeito jornalista se inscreve no interior de uma formação discursiva em que a prática da proibição da venda de certos alimentos pode ser considerada a partir de uma ótica positiva, tendo em vista os benefícios que ela pode trazer para a vida dos sujeitos.

Percebe-se, desse modo, que os enunciados que compõem o que, à primeira vista, é só a narração de um fato, funcionam na defesa de um ponto de vista favorável à proibição. Ao apresentar as medidas tomadas pela Secretaria de Educação do Espírito Santo, a notícia se inscreve numa cadeia de discursos socialmente aceitos sobre a importância dos cuidados com a saúde, o que lhe confere poder de persuasão. Os argumentos estão ancorados numa memória discursiva composta de já-ditos, infinitamente reiterados sobre o que é considerado saudável. É nesse sentido que se articulam os argumentos expostos numa formulação em que a principal estratégia de convencimento é a recorrência a outras vozes que reafirmam a importância e validade da proibição, como a do secretário de educação quando enuncia que “**é preciso cuidar melhor da alimentação dos jovens**” ou reitera: “**é necessário investir em alimentação saudável**”. Ao lado dele estão os nutricionistas e educadores, investidos do poder de definir o que é bom e adequado para os estudantes, cuja crença é endossada na voz dos alunos que aprovam a medida por representarem o estilo “geração saúde” ou por reconhecerem que “**sabemos que é preciso melhorar a alimentação**”.

Para configurar-se como persuasivo, o discurso da proibição deve estar impregnado de um tom de negociação, como convém para não suscitar maiores resistências, por isso os argumentos usados para encaminhar a conclusão da notícia fazem referência à necessidade de desenvolver mecanismos de convencimento para que a implantação do programa de melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes tenha êxito, como sugere a proposta da aluna Débora

Azaredo, introduzida pela partícula condicional *se*, o que permite inferir que a criatividade é a condição necessária para uma boa aceitação dos alimentos que serão comercializados: **“se o lanche for feito com criatividade acaba conquistando a gente, porque sabemos que é preciso melhorar a alimentação”**. Esse tom é reiterado pela apresentação da opinião do secretário quando afirma que **“é necessário investir em alimentação saudável, com opções de lanches que também podem agradar os jovens”** e reconhece que esse **“não é um trabalho simples. Temos de mostrar aos estudantes que o suco é bem melhor que o refrigerante e que ele vai ganhar muito mais se trocar o pacote de chips por um sanduíche mais saudável”**. Através da recorrência à apresentação dessas vozes, o discurso da proibição reveste-se de um efeito de sentido de negociação, tornando-se mais convincente e eficaz.

Para validar a argumentação desenvolvida em favor do projeto e cumprir com competência o seu propósito informativo, resta à notícia trazer uma lista dos alimentos permitidos e proibidos, apresentando os itens considerados saudáveis ou não, de acordo com os resultados de pesquisas científicas sobre o valor nutricional dos alimentos. A apresentação dessa lista complementa e reitera as informações necessárias para que os sujeitos possam munir-se de saberes adequados em relação às práticas alimentares condizentes com uma vida mais saudável.

Consideramos que o tom persuasivo dessa notícia concorre tanto para construir imagens da escola e de suas práticas, como para reiterar formas de comportamento (ou práticas) que todos (não só os alunos) devem adotar em relação aos cuidados com a alimentação. Esses saberes disseminados na notícia estão ancorados em jogos de verdade consagrados pelos valores socioculturais que sustentam os discursos sobre a saúde no atual momento histórico. Enfatizando a necessidade da incorporação de práticas alimentares mais saudáveis, a construção discursiva da notícia obedece a uma lógica argumentativa em que os enunciados funcionam para convencer os enunciatários (e não apenas os alunos, já que não é somente a eles que a notícia se dirige) a se tornarem mais conscientes em relação aos cuidados e práticas que devem adotar tendo em vista a sua saúde, atuando assim no governo das subjetividades contemporâneas.

Através das notícias que narram a escola na atualidade, podemos constatar que a implantação de muitas das novas práticas que têm como objetivo o governo dos sujeitos alunos demanda a interferência e a atuação de outras instituições, com a finalidade de regulamentar tais práticas. Quando se lê uma notícia como a que segue, é possível perceber que a implantação de certas práticas na escola nem sempre é uma tarefa simples. Vejamos:

Serra prepara nova "lei antioxinha"

26 de março de 2010 | 0h 00

Fabiane Leite - O Estado de S.Paulo

O governo de José Serra (PSDB) finaliza projeto de lei para proibir a venda de alimentos que contribuem para a obesidade infantil em cantinas de escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. A restrição também deverá atingir a merenda financiada pelo Estado e servida na rede pública.

Há quase um ano o governador vetou proposta semelhante, chamada informalmente de "lei antioxinha", aprovada pela Assembleia Legislativa, o que gerou protestos de alguns dos principais especialistas brasileiros em alimentação infantil e de promotores. Em outros Estados, como o Rio, já há restrições (mais informações nesta página).

Na época, a Secretaria Estadual da Saúde avaliou que a proposta era inadequada por trazer, no corpo da lei, por exemplo, listas de alimentos proibidos, o que dificultaria atualizações.

Além disso, o texto, de autoria da deputada Patrícia Lima (PR), mencionava alimentos de alto teor calórico e com gordura trans como alvo da restrição. No entanto, nem sempre alimentos calóricos são ruins para a saúde e eles podem ser necessários para algumas crianças - um suco de açaí, por exemplo, é calórico.

Segundo minuta do projeto, à qual o Estado teve acesso, serão alvo de restrição produtos de alta densidade energética e que garantem baixo ou nenhum aporte de fibras e micronutrientes, como vitaminas - expressão que, para especialistas, contempla melhor aqueles que contribuem para a obesidade e não trazem benefícios (caso de balas, biscoitos recheados, salgadinhos e refrigerantes). A proposta passará pela Assembleia Legislativa, onde Serra tem maioria.

Outra mudança trazida pelo novo projeto é a previsão de que a lista de alimentos vetados seja elaborada com o auxílio de especialistas e publicada posteriormente, via portaria ou resolução, o que facilitará mudanças - se a lista estivesse na lei, todas as alterações teriam de ser aprovadas na Assembleia.

O projeto, liderado pela Saúde, também tem recebido contribuições da secretaria estadual da Educação, informou ontem a pasta. E prevê ainda ações educativas para as crianças. A ideia é que a fiscalização caiba às vigilâncias sanitárias. Procurada, a secretaria estadual da Saúde não quis conceder entrevistas e informou apenas que o projeto está em "reavaliação".

No ano passado, um grupo de promotores das áreas de infância, saúde e consumidor manifestou-se a favor da restrição. Em carta ao governador, enviada em maio de 2009, o grupo de trabalho sobre alimentação e nutrição da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva destacou que a escola tem a missão de promover saúde e contribuir para hábitos saudáveis.

Espaço protegido. O conceito das medidas restritivas nas escolas não é proibir o consumo, mas garantir que os locais sejam um espaço protegido dos alimentos que contribuem para a obesidade, dizem os especialistas. "É fundamental que o aluno encontre no ambiente escolar coerência entre o discurso e a prática", diz Inês Rugani de Castro, especialista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que coordena o grupo. "Proteger a infância é princípio, não é ditadura nem controle de expressão", afirma a especialista, que participou de reuniões com o governo.

A indústria de alimentos, que tem criticado ações semelhantes, informou não ter porta-voz para comentar a proposta. Procurada, a deputada autora da proposta vetada não se manifestou.

PARA LEMBRAR

Anvisa não vai limitar propaganda

No início deste mês, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou que não vai propor restrições à propaganda de alimentos com alto teor de açúcar, gordura e sódio voltada para o público infantil. Em consulta pública lançada em 2006, o órgão regulador do setor de medicamentos e alimentos havia proposto que os anúncios só pudessem ser veiculados entre 21 horas e 6 horas.

No entanto, manifestações da Advocacia Geral da União apontando que a Anvisa não pode regular o setor via resoluções fizeram o órgão desistir de ter um capítulo voltado ao público infantil na regulamentação.

Segundo Ana Vasconcellos, da coordenação de alimentação do Ministério da Saúde, estão sendo discutidas outras medidas para proteger o público infantil do marketing de produtos de baixo valor nutricional. / F.L.

Fonte: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100326/not_imp529352.0.php. Acesso em 16/05/2010.

Ao tratar da implantação de práticas visando ao controle da alimentação escolar no estado de São Paulo, essa notícia destaca como o encaminhamento do processo implica a mobilização e a intervenção de vários segmentos da sociedade, comprometidos com a defesa de seus interesses em relação ao assunto. Objetivando apagar as suas marcas no texto, o sujeito jornalista organiza o dizer trazendo esses outros enunciadores e seus pontos de vista sobre a questão, o que funciona para conferir o necessário e pretendido tom isento e imparcial à notícia. Além disso, a articulação dessas muitas vozes no texto funciona para inscrevê-lo numa linha polêmica, o que lhe confere relevância, merecendo, por isso, estar na mídia.

Os modos de organização da notícia permitem inferir que a implantação da lei de proibição da venda de alimentos nas cantinas de escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo está relacionada à existência de um conjunto de enunciados, os quais estão associados a jogos de verdade, mobilizados nas disputas pelo poder.

Pensando na constituição discursiva do dito na notícia, cabe ressaltar que enquanto a notícia dá voz a alguns enunciadores, outros são silenciados, como é o caso dos donos das cantinas, das merendeiras e dos próprios alunos, entre outros. A seleção dos enunciadores, cuja voz pode e deve aparecer na notícia, está relacionada às estratégias de persuasão que conferem a esse tipo de texto o poder de ter a verdade como material de trabalho. É desse modo que a notícia se articula pela apresentação de vozes legitimadas socialmente, representantes de instâncias de poder, cujos discursos estão inscritos numa ordem de reconhecimento e valorização.

A nova lei anticoxinha é o resultado de retificações num projeto anterior, vetado pelo governador já que, de acordo com a avaliação da Secretaria Estadual de Saúde, a proposta continha inadequações. A implantação do novo projeto requer a participação efetiva de vários segmentos da sociedade, desde sua elaboração, aprovação até a sua fiscalização, para que tenha sua eficácia garantida. Todo esse investimento se justifica pela necessidade de o Estado ampliar seu poder sobre a população, com o objetivo de gerir minuciosamente os modos de vida.

A força da regulação exige uma relação do ser consigo, a fim de desenvolver práticas com o objetivo de alcançar certos modos de vida considerados normais e adequados. Mais do que nunca, tendo em vista a emergência do neoliberalismo, a dinâmica social impõe a necessidade de sujeitos que possam se autogovernar, capazes de gerir e maximizar sua própria vida, atendendo às demandas desse tipo de sociedade.

Desse modo, o refinamento das tecnologias de poder só pode ser pensado em articulação com a emergência do estado neoliberal. Se o estado governa menos há, em contrapartida, a necessidade de uma intensificação no autogoverno. Cada um é incitado a conduzir sua vida da maneira mais adequada possível, prover os recursos para satisfação das próprias necessidades, fazer suas escolhas e arcar com as conseqüências. Assim, a fim de maximizar a vida e minimizar os riscos, somos impelidos a condicionar o nosso bem-estar à realização de práticas que possam nos garantir uma certa segurança, por isso, contratamos planos de saúde, seguros, fazemos atividade física, ingerimos alimentos saudáveis... É desse modo que adotamos certos comportamentos e repelimos outros tantos.

Se o estado quer livrar-se cada vez mais da tarefa onerosa de ocupar-se com o bem-estar do cidadão, é preciso então dedicar-se ao acirramento de ações para promover a saúde. Sua ação, desse modo, vai incidir mais sobre a proliferação de discursos, sejam eles de ordem informativa ou jurídica, que potencializem a autogestão. Eis aí o aumento das campanhas informativas sobre os malefícios de certos hábitos e os benefícios de outros, bem como a crescente proliferação legislativa sobre aspectos relacionados diretamente com a saúde como o fumo, consumo de álcool e alimentos.

Criando leis que tornem obrigatórios os cuidados, o estado cumpre sua função em promover o agenciamento e a iniciativa, já que transfere para os sujeitos a responsabilidade de comportar-se de acordo com os padrões instituídos, tendo em vista uma referência normativa que institui a melhor forma de se viver, bem como as sanções advindas do desvio.

Desde pequenos, os sujeitos devem ser alvo de ações para que eles possam aprender a controlar sua vida nos mais diversos aspectos, incluindo aí o tipo de alimento que devem consumir. Por essa razão, mais do que nunca a escola precisa estar comprometida com o enquadramento do sujeito em padrões de normalidade ditados pelo verdadeiro da época. **A escola tem a missão de promover a saúde e contribuir para hábitos saudáveis**, então deve constituir-se num espaço em que as crianças possam aprender quais são os alimentos considerados ruins para a saúde e os riscos advindos de seu consumo, tornando-se capazes de gerenciar sua vida nos mínimos detalhes, incluindo aí a quantidade de açúcar, gordura e sódio que ingerem.

A própria notícia traz a voz de especialistas para justificar a adoção das medidas restritivas em relação ao consumo de alimentos nas escolas. É o discurso da proteção contra os riscos de tornar-se obeso ou perder a saúde que endossa e valida a necessidade de garantir que as escolas **sejam um espaço protegido** de certos alimentos. Mas, é interessante notar que é necessário controlar a vida dos sujeitos também fora da escola, por isso a notícia traz também a voz dos que defendem limitações e restrições na propaganda de alimentos, é **necessário proteger o público infantil do marketing de produtos de baixo valor nutricional**, embora isso pareça ir de encontro aos imperativos da sociedade capitalista. Ao dar espaço para essas várias vozes conflitantes, a notícia configura-se como espaço de confronto, e através de seu funcionamento discursivo é possível perceber como os processos de subjetivação se dão em meio a tensões provocadas por relações de poder nada pacíficas.

Por essas razões, consideramos as notícias um instigante material através do qual podemos ter acesso a um regime de discursividade sobre as estratégias de governo dos sujeitos na contemporaneidade. Os discursos materializados nas notícias evidenciam como têm funcionado as estratégias de controle na instituição escolar, capazes de educar os gostos e vontades dos sujeitos e conduzir suas escolhas, conformando modos de viver adequados aos regimes de verdade validados socialmente.

É interessante reiterar também o papel da notícia como dispositivo de governo da população, uma vez que ao cumprir sua função de disseminar informações está possibilitando a apropriação dos saberes, das verdades necessárias para que a população possa desejar-se magra, fazer dieta, consumir menos açúcar e gordura. Através dessa permanente e intensa produção e reiteração de discursos realizada pelo jornalismo, a população vê-se instada a pensar e agir de determinados modos tanto em relação à alimentação, quanto em relação à própria instituição escolar.

Como pretendemos mostrar, os discursos que emergem das notícias veiculadas na mídia sobre a instituição escolar, atualmente, evidenciam a emergência de uma proliferação legislativa que, em conjunto com outras estratégias de controle mais sutis, estão atuando na fabricação de certos tipos de sujeito, na contemporaneidade.

3.3. ESCOLA E SEXO: A VALIDAÇÃO DE VALORES SOCIOCULTURAIS HEGEMÔNICOS.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p. 9)

Não é possível tratar da sexualidade em articulação com o discurso sem considerar como referência fundamental a História da Sexualidade, de Foucault. É lá que o filósofo historiador analisa como a partir do século XVIII começa a se instaurar um novo regime de forças que vai incidir sobre o homem-espécie, considerando-o não somente como corpo individual – objeto das tecnologias disciplinares – mas enquanto coletividade. O biopoder busca estabelecer um controle sobre a vida, com o objetivo de aumentar a força do Estado, através de políticas voltadas para a saúde e o bem estar da população. Essa nova forma de poder vai promover uma articulação entre os mecanismos disciplinares, que atuam sobre o corpo, e os mecanismos reguladores, que atuam sobre a população.

Nesse entremeio, a sexualidade ocupa um papel central, já que requer, ao mesmo tempo, um controle do corpo e mecanismos regulamentadores, dados seus efeitos procriadores, ou seja, é possível controlar, pelo sexo, tanto o corpo quanto a população. A partir desse entendimento, Foucault explica por que a sexualidade passa a ser tão alvo de toda uma política do sexo, através de estratégias que incidiram em quatro diferentes direções: a histerização das mulheres, pedagogização do sexo da criança, o controle da natalidade e a psiquiatrização das perversões (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Desse modo, é na História da sexualidade I (A vontade de saber) que Foucault explicita por que rejeita a hipótese repressiva sobre o sexo, analisando de que modo foi possível construir todo um campo de saber sobre o homem, através daquilo que lhe é oculto, transformando-o em sujeito de uma sexualidade. Na História da sexualidade II (O uso dos prazeres), Foucault recorre a textos da Antiguidade para entender como os homens se constituíram em sujeitos morais. Nesses textos, Foucault encontra um conjunto de regras, opiniões e conselhos – um conjunto de práticas de si – que deveriam orientar a vida do homem, regulamentando o uso dos prazeres, tendo em vista a arte da existência. Já na História da sexualidade III (O cuidado de si), Foucault examina como se estabeleceu nos primeiros séculos da Era Cristã uma ética da austeridade que se manifesta no desenvolvimento de uma cultura de si, voltada para o governo de si.

É ainda essa moral cristã, alimentada por práticas de si, como exame de consciência, confissão, renúncia e sacrifício que perpassa as práticas cotidianas, determinando o que se deve fazer do corpo, da alma, da vida. A estética da existência pressupõe um conhecimento de si, objetivando o governo de si e dos outros. Como sujeito de uma sexualidade, o ser humano apropria-se de um conjunto de saberes, através das práticas discursivas, que regulamentam os modos de pensar e agir.

Através desse percurso, é possível entender como o sexo tornou-se objeto de discursos e os deslocamentos que acabaram por atrelar o sexo à moral na cultura ocidental. Pode-se compreender como se constituiu um campo de saberes sobre o sexo através do qual é possível exercer poderes sobre o homem, transformando-o em sujeito de uma sexualidade. É sempre por meio da relação estabelecida entre o saber e o poder – efetivada através das práticas discursivas – que a subjetividade se produz, por isso analisar discursos é também investigar a própria constituição dos sujeitos.

Para dar continuidade às análises propostas nos objetivos desta tese, passemos agora a investigar um conjunto de notícias que tratam do objeto escola em sua relação com o tema sexo. Para nós, essas notícias interessam na medida em que funcionam como práticas discursivas, através das quais temos acesso a um regime de discursividade sobre a escola e as subjetividades contemporâneas.

Para o que pretendemos, selecionamos como materialidade para análise algumas notícias que fazem referência ao envolvimento dos alunos em novas práticas relacionadas à sexualidade, o que mobiliza a emergência de ações de intensificação de mecanismos de controle com o objetivo de coibir comportamentos considerados indesejáveis ou fora dos padrões, atuando assim no governmentamento das subjetividades contemporâneas.

No final de 2009 e início de 2010, o uso de pulseiras de silicone coloridas virou moda entre os estudantes de algumas escolas brasileiras. Tais adereços, conhecidos como pulseiras do sexo, passaram a despertar a atenção por estarem relacionadas a um jogo, criado na Inglaterra, em que a cor da pulseira está associada a um tipo de carícia que vai desde um abraço até sexo. A utilização dessas pulseiras pelos alunos motivou diversas ações por parte das escolas, secretarias de educação, câmara de vereadores e juizados, como demonstram as notícias que selecionamos para análise nesta parte do trabalho.

Como vimos mostrando, as notícias funcionam como um poderoso instrumento para produzir, disseminar e validar verdades em nosso tempo. Nesta parte da análise, pretendemos destacar de que modo as notícias acolhem certos discursos, fazendo-os funcionar como verdadeiros em detrimento de outros. No caso das notícias sobre a proibição das pulseiras do

sexo nas escolas é preciso refletir sobre os mecanismos discursivos capazes de consolidar enunciados verdadeiros que reforcem certos valores socioculturais.

A sequência de notícias que apresentaremos a seguir demonstra de que modo as práticas de uso de um adereço, cujos sentidos foram produzidos socialmente, serviram para motivar ações de vários segmentos da sociedade, tendo em vista o governo dos sujeitos escolares. Vejamos a primeira notícia:

02/03/10 - 13h52 - Atualizado em 02/03/10 - 14h26

'Pulseiras do sexo' devem ser proibidas em cidade catarinense


Projeto foi aprovado por unanimidade em Navegantes (SC).
Para entrar em vigor, prefeito terá que sancionar lei.

• Do G1, em São Paulo

Foi aprovado por unanimidade, nesta terça-feira (2), pela Câmara de Vereadores de Navegantes (SC), um projeto de lei que proíbe o uso das **pulseirinhas do sexo** nas escolas da rede municipal da cidade.

O projeto é de autoria do vereador Marcos Paulo da Silva e para entrar em vigor precisa da sanção do prefeito da cidade.



clique para ampliar 

Cada cor da pulseira representa um “carinho”, que vai desde um abraço até sexo (Foto: Paulo Toledo Piza/G1)

O vereador explicou ao **G1** que além de proibir o uso das pulseiras, a lei prevê que o corpo

docente e a direção das escolas realizem reuniões com os pais dos alunos para esclarecer sobre essa medida e orientá-los sobre questões que envolvem relações sexuais.

De acordo com o vereador, a lei deve ser sancionada ainda nesta semana. “Sem dúvidas a lei entrará em vigor. Recebi uma ligação do prefeito dizendo que ele vai sancionar a lei hoje”, disse o vereador.

“As pulseiras não são o único problema. O problema é a conotação sexual que acabou sendo ligada a elas. Várias unidades de ensino do nosso município tiveram problemas com essas pulseiras por causa do apelo sexual. Mais do que a proibição, a orientação dos pais é o mais importante”, afirma o vereador.

Ainda de acordo com Silva, o município não deverá enfrentar problemas na adequação a lei.

“Os próprios pais dos alunos deverão conversar com seus filhos em casa. Esperamos que essa lei acabe com a exposição sexual de adolescentes do município”, diz o vereador.

A 'brincadeira'

A “brincadeira” funciona da seguinte forma: uma menina coloca diversas pulseiras de silicone coloridas no braço e um jovem tenta arrebentar um dos adereços. Cada cor representa um “carinho”, que vai desde um abraço até sexo; quem arrebentar receberá a “prenda” da dona da pulseira.

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1512083-5598,00.html>. Acesso em 11/06/2010.

A princípio, é interessante refletir sobre a produção social de significados que fazem com que simples adereços de silicone possam adquirir conotações tais, capazes de mobilizar a adoção de medidas por parte de vários segmentos da sociedade, tendo em vista a proibição de seu uso. Como sempre reiterado nas notícias, as cores das pulseiras de silicone estão relacionadas a carícias de conotação sexual, conforme as regras de um jogo inventado na Inglaterra e que chegou ao Brasil em 2009. Aqui, o uso das pulseiras passou a ocupar o espaço da mídia quando alguns segmentos da sociedade resolveram tomar medidas com o objetivo de proibir seu uso pelas crianças e adolescentes.

Essa notícia, por exemplo, veiculada no portal de notícia da Rede Globo, no dia 02 de março de 2010, trata do projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores de Navegantes – SC, que proíbe o uso das pulseiras do sexo nas escolas da rede municipal da cidade. Como vimos considerando, tal proibição se inscreve num conjunto de medidas de acirramento do controle, cuja função é governar as subjetividades contemporâneas. Tendo em vista a

normalização, é necessário coibir os comportamentos desviantes e que possam representar ameaças ou riscos, sob o argumento de garantia de segurança e bem estar.

O discurso da notícia, desse modo, ratifica e reitera outros já-ditos inscritos numa formação discursiva que legitima essas novas práticas de controle, enfocando-as sob um viés positivo, destacando a necessidade e utilidade da adoção desses mecanismos, frente às novas configurações sócio-históricas da sociedade contemporânea.

Para a estruturação desse dizer, o discurso jornalístico necessita apoiar-se em outros discursos legitimados socialmente, responsáveis pela garantia de credibilidade. Nesse caso, em particular, a narrativa se estrutura a partir da apresentação de uma voz autorizada para tratar do tema, no caso o vereador Marcos Paulo da Silva, autor do projeto de lei. Em tal configuração discursiva, o espaço enunciativo da notícia confere visibilidade aos enunciados proferidos por essa voz autorizada, transformando-os em referência. Os enunciados produzidos pelo vereador passam a funcionar como matrizes de verdade sobre o tema da sexualidade.

Como se trata de uma notícia sobre um projeto de lei já aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores, os enunciados estão inscritos num regime de verdade do discurso político, cuja força advém das relações de poder existentes na sociedade. A voz do sujeito que aparece na notícia produz efeitos de verdade porque esse sujeito fala de um lugar institucionalizado, que lhe autoriza, inclusive, a determinar (através da lei) de que maneira outros sujeitos (alunos, corpo docente, direção das escolas e pais) devem se comportar em relação às pulseiras do sexo, como se pode depreender no excerto:

O vereador explicou ao G1 que além de proibir o uso das pulseiras, a lei prevê que o corpo docente e a direção das escolas realizem reuniões com os pais dos alunos para esclarecer sobre essa medida e orientá-los sobre questões que envolvem relações sexuais.

Através das informações divulgadas sobre a lei é possível pensar na força impositiva desse discurso, cujo poder advém de seu caráter autoritário, capaz de impor modos de agir e de ser para os sujeitos. É desse modo que a lei em pauta determina formas de comportamento para: os alunos, que não devem usar as pulseiras e devem ser orientados sobre questões que envolvem relações sexuais; o corpo docente e a direção das escolas que devem realizar reuniões com os pais dos alunos para esclarecer sobre essa medida e orientá-los sobre o assunto; e os pais dos alunos, que, por sua vez, devem conversar com seus filhos em casa e orientá-los.

Assim, ao informar sobre a proibição do uso das pulseiras em forma de lei, a notícia legitima verdades sobre as práticas que devem concorrer com a adequada educação sexual das crianças e adolescentes, ressaltando de que maneira a escola deve agir, enquanto instituição responsável pela educação formal e, também a família, cuja responsabilidade é destacada pela reiteração da importância da orientação advinda do diálogo, como se pode perceber pelos enunciados:

Mais do que a proibição, a orientação dos pais é o mais importante;

Ainda de acordo com Silva, o município não deverá enfrentar problemas na adequação a lei. “Os próprios pais dos alunos deverão conversar com seus filhos em casa...”.

A fala do vereador atualiza um discurso pedagógico que ressalta a necessidade de parceria entre escola e família para que o processo educativo se efetive. Desse modo, a família é convocada a assumir o seu papel em reiterar as verdades necessárias para conduzir o comportamento sexual dos filhos. Impondo a participação das instituições responsáveis pela formação dos sujeitos em práticas discursivas com o objetivo de reiterar verdades necessárias para fabricar certos tipos de sujeitos, o discurso autoritário da lei é dissimulado, já que se sustenta pelo argumento de preservação do bem estar, da saúde e da vida. Nesse sentido, as novas práticas, instituídas através de leis como essa, apontam para a intensificação do controle, em que outras instâncias de poder atuam sobre os aparelhos disciplinares – como a escola e a família – com o objetivo de governar, de produzir sujeitos de certos tipos.

Os discursos verdadeiros, de base moral, devem ser insistentemente difundidos, repetidos, reiterados em todos os espaços de constituição de sujeitos para que sejam internalizados, funcionando assim para auxiliar o sujeito a se autoconstituir a partir de práticas de si condizentes com a demanda social. É nesse sentido que se estabelece a relação entre verdade e subjetividade: através da apropriação de discursos verdadeiros os sujeitos aprendem a disciplinar seus corpos, a fazer suas escolhas e a conduzir suas vidas de determinadas maneiras.

Ao constituir-se num espaço de divulgação sobre a lei de proibição do uso das pulseiras, a notícia funciona para disseminar padrões de comportamentos considerados adequados, reforçando a normalização. Como se pode perceber na fala do vereador, autor do projeto, quando justifica a necessidade da lei, a repetição do vocábulo problema serve para caracterizar o que representa o uso das pulseiras:

“As pulseiras não são o único problema. O problema é a conotação sexual que acabou sendo ligada a elas. Várias unidades de ensino do nosso município tiveram problemas com essas pulseiras por causa do apelo sexual. Mais do que a proibição, a orientação dos pais é o mais importante”, afirma o vereador.

Se constitui um problema, porque está relacionada à estimulação de comportamentos considerados inadequados às crianças e adolescentes, essa prática deve tornar-se alvo de ações mais coercitivas em nome da manutenção dos valores hegemônicos. É nessa linha, de defesa dos valores consagrados na sociedade, que o discurso do vereador e da própria notícia se inscrevem. As escolas, como os espaços da educação, não devem ser lugar para manifestações de apelo sexual por isso, quando necessário, devem sofrer a interferência de leis, que garantam o bom cumprimento de suas funções educativas.

Orientado pela pretensão de neutralidade, transparência e imparcialidade, o discurso jornalístico deve funcionar dissimulando a posição do sujeito jornalista como garantia de credibilidade. No caso dessa notícia, a estratégia discursiva pautou-se pela recorrência à fala de outrem, através do discurso direto e indireto, como atestam as aspas e a presença dos verbos elocutórios para introduzir ou concluir as falas. Ao recorrer a esse recurso, o sujeito jornalista busca isentar-se da responsabilidade pelo dizer, procurando manter-se numa posição de distanciamento em relação aos enunciados. No entanto, a pretendida objetividade não passa de um mito. Mesmo procurando ocultar-se através do dizer do outro, a subjetividade emerge como posição, pois a voz do outro não aparece no texto por acaso e sim, para estabelecer algum tipo de relação, seja de confronto ou então de aliança, como é caso, já que as duas vozes estão afinadas com as verdades aceitas e compartilhadas socialmente sobre a prática sexual.

Somente ao final do texto, o sujeito jornalista marca mais claramente sua posição de sujeito através da explicação que fornece sobre o jogo das pulseiras. As marcas explícitas dessa subjetividade inscrita na materialidade textual aparecem através do uso de aspas com o objetivo de destacar as palavras “brincadeira”, “carinho” e “prenda”. Tal recurso evidencia a intenção do sujeito em buscar controlar os sentidos das palavras, para que sua interpretação esteja limitada semanticamente. Desse modo, as aspas instauram um sentido irônico para as palavras destacadas, que devem ser interpretadas à luz de outras possibilidades semânticas. Nessa explicação irônica sobre o jogo das pulseiras, o sujeito jornalista demonstra o lugar de onde fala, como porta-voz dos mesmos valores ressaltados no discurso do vereador, cuja voz

predomina na narrativa, e que atualizam e reafirmam sentidos sobre o comportamento sexual validados pelas normas sociais de conduta.

Como se pode perceber pela leitura das notícias que tratam da proibição das pulseiras é a reafirmação dos valores morais que serve para embasar e justificar a adoção das medidas impostas de forma coercitiva, através de leis. É isso que podemos verificar em mais uma notícia sobre o tema, publicada pelo portal do Jornal Folha de São Paulo. Vejamos:

09/04/2010 - 19h12

Manaus e Campo Grande proíbem "pulseiras do sexo"; ao menos 5 cidades vetam adereço

KÁTIA BRASIL

da **Agência Folha**, em Manaus

RODRIGO VARGAS

da **Agência Folha**, em Cuiabá

Mais duas cidades brasileiras --Manaus (AM) e Campo Grande (MS)-- proibiram as chamadas "pulseiras do sexo". Ao todo, já são ao menos cinco municípios que impuseram algum tipo de restrição aos adereços coloridos.

Em Manaus, o Juizado da Infância e da Juventude Cível proibiu hoje a venda e o uso das "pulseiras do sexo" para menores de 18 anos, no Amazonas. Na decisão, o juiz Marcos Santos Maciel justifica que os adereços, aparentemente inofensivos, "trazem um estigma amoral para quem usa, por envolver situações vexatórias e, até mesmo abusos sexuais de toda a natureza".

Na capital do AM, a polícia investiga o caso de uma estudante encontrada morta, no feriado da Páscoa, em um hotel na periferia da cidade. Ela usava seis pulseiras coloridas no braço.

A Secretaria de Educação de Manaus já tinha proibido o uso das pulseiras nas escolas.

Já em Campo Grande, a proibição foi imposta pela Câmara Municipal. Os vereadores aprovaram projeto de lei que prevê multa e até cassação do alvará para escolas públicas e particulares que permitirem o uso das "pulseiras do sexo" por seus alunos.

Aprovado em regime de urgência, o projeto determina que as instituições de ensino proibam o uso do adereço e ainda promovam palestras e reuniões com pais e alunos para tratar de educação sexual e planejamento familiar.

A escola que não coibir o uso das pulseiras estará sujeita a multa de R\$ 500 a R\$ 2.000, suspensão do alvará por 30 dias e cassação do alvará.

Feitas em silicone e com cores variadas, as pulseiras são parte de um jogo de conotação sexual em que cada cor equivale a uma prática --a roxa, por exemplo, vale beijo de língua; a preta, sexo. Quem arrebenta uma delas pode solicitar a "recompensa" de quem usa a pulseira.

A polícia dos Estados do Paraná e do Amazonas investiga casos de violência sexual contra adolescentes que utilizavam as pulseiras. Em Maringá (PR) e Navegantes (SC), o uso dos adereços também foi proibido nas escolas. Já Londrina (PR) vetou o uso e a comercialização das pulseiras em toda a cidade. Lá, o caso de um estupro contra uma menina de 13 anos que usava os adereços é investigado pela polícia.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u718750.shtml>. Acesso em 20/05/2010.

A notícia, cuja autoria é creditada a dois jornalistas – um da agência de Manaus e outro da de Cuiabá –, informa sobre a proibição das pulseiras na capital do Amazonas e também em Campo Grande (MS) em que essas duas cidades vêm juntar-se a outras na imposição de algum tipo de medida restritiva ao uso dos adereços.

Também recorrendo à apresentação de discursos de autoridade para legitimar a relevância do fato noticiado, a notícia ancora-se em órgãos oficiais como fontes de informação, como o Juizado da Infância e da Juventude, a polícia, a Secretaria de Educação e a Câmara Municipal. A presença dessas instituições na notícia credencia as medidas adotadas por cada uma delas em jogos de verdade sobre o assunto em discussão. Essas instituições estão investidas de poder, estão a serviço da normalização e do controle e, por isso podem determinar e impor obediência aos sujeitos.

Como o objetivo da notícia é evidenciar as medidas adotadas pelas instituições em relação às “pulseiras do sexo”, na materialidade textual podemos identificar várias expressões cujos sentidos remetem ao caráter impositivo e coercitivo das medidas: **proíbem, vetam, impuseram, restrição, já tinha proibido, a proibição foi imposta, prevê multa e até cassação, o projeto determina, coibir**. Apesar de denotarem obrigatoriedade e imposição,

não predomina o sentido negativo dessas expressões na notícia, já que estão inseridas num discurso da lei, cuja justificativa é sempre a manutenção da ordem.

Desse modo, podemos perceber como também essa notícia constrói um discurso favorável à adoção dessas práticas de proibição, tendo em vista a configuração argumentativa em que a narração das medidas está associada à justificativa de garantia de segurança e diminuição de riscos; isso porque o discurso da proibição é justificado pelos argumentos apresentados em relação a casos de violência sexual e até assassinatos relacionados ao uso das pulseiras.

O discurso da notícia, dessa forma, endossa como legítimas, necessárias e adequadas as medidas impositivas, quando evidencia a relação entre o uso das pulseiras e suas conseqüências negativas, como reforça a citação do argumento utilizado pelo juiz Marcos Santos Maciel - para justificar sua decisão de proibir a venda e o uso das pulseiras por menores de 18 anos, no Amazonas – e reproduzido literalmente na notícia quando afirma que as pulseiras **“trazem um estigma amoral para quem usa, por envolver situações vexatórias e, até mesmo abusos sexuais de toda a natureza”**.

Quando se refere à situação de Campo Grande, a notícia faz alusão a um certo exagero por parte do projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, ao destacar as sanções impostas às instituições de ensino, como podemos observar através dos fragmentos:

Já em Campo Grande, a proibição foi imposta pela Câmara Municipal. Os vereadores aprovaram projeto de lei que prevê multa e até cassação do alvará para escolas públicas e particulares que permitirem o uso das "pulseiras do sexo" por seus alunos.

Aprovado em regime de urgência, o projeto determina que as instituições de ensino proíbam o uso do adereço e ainda promovam palestras e reuniões com pais e alunos para tratar de educação sexual e planejamento familiar.

A escola que não coibir o uso das pulseiras estará sujeita a multa de R\$ 500 a R\$ 2.000, suspensão do alvará por 30 dias e cassação do alvará.

Embora possamos perceber um efeito de sentido de crítica ao destacar as obrigações impostas coercitivamente às escolas, ao ressaltar um certo exagero das sanções impostas às escolas (como se pode observar pelo efeito de sentido de realce e intensificação produzido pelo uso das palavras até e ainda), o encadeamento argumentativo usado para concluir o texto volta a corroborar um discurso de oposição às pulseiras ao evidenciar a relação existente entre o uso dos adereços e os casos de violência sexual, reiterando o valor e a importância das proibições, como podemos perceber no excerto:

A polícia dos Estados do Paraná e do Amazonas investiga casos de violência sexual contra adolescentes que utilizavam as pulseiras. Em Maringá (PR) e Navegantes (SC), o uso dos adereços também foi proibido nas escolas. Já Londrina (PR) vetou o uso e a comercialização das pulseiras em toda a cidade. Lá, o caso de um estupro contra uma menina de 13 anos que usava os adereços é investigado pela polícia.

Desse modo, pode-se entender as notícias como práticas discursivas que remetem ao exercício do biopoder, já que discursivizam sobre o controle do corpo do indivíduo e do corpo da população. Esses discursos “regulam saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida” (GREGOLIN, 2007, p. 49). Essa circulação incessante de dizeres possibilita o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos sobre o sexo em nossa cultura, relacionados a uma moral cristã que impõe determinados modelos de conduta como corretos e adequados.

Para evitar que nada esteja fora do controle, há, na sociedade contemporânea, uma síntese dos aparelhos de normalização, promovendo uma maior abrangência do exercício do poder. Por isso, outras instituições, como as citadas nas notícias, estão autorizadas a exercerem o seu poder, com o objetivo de assegurar a produção de sujeitos normais.

Quando narram a adoção de práticas de caráter mais coercitivo por parte das escolas, o que essas notícias evidenciam são os modos pelos quais a instituição escolar busca resgatar e fortalecer a função disciplinadora, analisada por Foucault em *Vigiar e Punir*. Na discursividade dessas notícias há uma ênfase no papel da escola como instituição normalizadora, em que é possível ver resgatado um discurso mais tradicional em que normas, regras e punições devem dar o tom das relações entre os sujeitos nesse ambiente.

O discurso das notícias reflete sistemas de valores em que alguns comportamentos e atitudes são valorizados, estão inscritos em regimes de verdade que devem ser reforçados em detrimento de outros. Para isso, nas notícias analisadas predomina o aparecimento de vozes autorizadas, as quais contribuem para o seu necessário efeito de veracidade e credibilidade. São os discursos autorizados que são atualizados nas notícias, prevalecem as vozes dos especialistas, enquanto há um silenciamento das vozes dos alunos, pois na ordem dos discursos não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa.

O discurso jornalístico legitima essas novas práticas coercitivas que emergem no espaço escolar, enfocando-as sob um viés positivo, ressaltando sua necessidade e utilidade diante das atuais configurações sócio-históricas da sociedade contemporânea. O discurso jornalístico está inscrito na ordem das leis que determina o que pode e o que deve ser dito sobre o assunto. Quando olhamos para as notícias sobre a proibição das pulseiras do sexo nas

escolas, fica evidente que há um imperativo agenciando essa produção de dizeres para que constitua um discurso socialmente aceito.

A produção de dizeres sobre o sexo deve ser regulada por uma lógica não-subversiva, em que os sentidos estejam afinados com os valores sociais, para que as notícias cumpram sua função normalizadora. Repetindo, reiterando sentidos estabilizados sobre a conduta sexual, as notícias funcionam também como dispositivos de governamento das subjetividades.

Vejamos mais uma notícia:

publicado em 09/04/2010 às 17h22:

Projeto de lei quer proibir "pulseiras do sexo" nas escolas de São Paulo

Proposta ainda tem que passar por comissões e ser votada na Câmara Municipal

Do R7

Um projeto de lei que proíbe o uso das "pulseiras do sexo" nas escolas municipais e particulares de São Paulo foi apresentado nesta quinta-feira (8) na Câmara Municipal da cidade.

A proposta foi criada tomando como base no caso de uma jovem de 13 anos de Londrina (Paraná), que disse ter sido vítima de estupro após usar o adereço. O crime aconteceu na penúltima semana de março.

A entrega do texto foi o primeiro passo para que São Paulo tenha uma lei sobre o assunto. O projeto deve ser analisado ainda por comissões da Câmara e passar por duas votações em Plenário, antes de ir para aprovação do prefeito Gilberto Kassab (DEM).

A previsão do gabinete do vereador Ricardo Teixeira (PSDB), autor do projeto, é de no mínimo dois meses até a lei entrar em vigor, caso ela seja aprovada.

Confira também

- Veto a pulseiras divide opiniões em Londrina
- Pulseiras do sexo viram notícia na Espanha
- Blog do Marini: proibição deve ser em casa

Pela proposta, os professores dos colégios devem ser obrigados a se reunir com pais dos estudantes para esclarecer a medida. Os docentes darão, ainda, orientações a eles sobre questões sexuais.

A restrição não deve atingir o uso das pulseiras coloridas no resto do município - apenas nas escolas. Sua venda, no entanto, ficaria proibida em São Paulo.

Quatro cidades

Pelo menos quatro cidades do país proibiram ou estudam proibir a venda e o uso das "pulseiras do sexo".

No interior de Santa Catarina, Navegantes foi a primeira a adotar a medida. O prefeito Roberto Carlos de Souza sancionou uma lei com a proibição em toda a rede municipal no início de março.

Em nota, o prefeito afirmou, à época, que a repercussão do assunto está provocando discussões equivocadas sobre sexo dentro dos colégios e outras unidades de ensino:

- Temos crianças entre dez e 12 anos utilizando uma linguagem não apropriada sobre o tema incitado por esta moda.

Em Londrina, onde o caso do suposto estupro foi noticiado, a proibição foi uma determinação da Justiça.

Quem não respeitar a regra e vender o adereço pode responder por crime de desobediência ou responder por outras penalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - pais podem perder a guarda dos filhos, se for constatado descaso, por exemplo.

Em Manaus, capital do Amazonas, a Polícia Civil entrou na Justiça para requisitar a proibição das pulseiras coloridas no dia 5 de abril.

O pedido foi feito depois que duas adolescentes foram mortas em casos supostamente ligados ao uso dos adereços de conotação sexual.

Por último, o município de Várzea Grande, no Mato Grosso, também apresentou um projeto de lei para proibir o uso das pulseiras.

Espanha

O caso virou notícia até na Espanha. O jornal El Mundo noticiou casos de violência sexual contra meninas brasileiras motivados pelas pulseiras coloridas.

Fonte: <http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/projeto-de-lei-preve-proibicao-das-pulseiras-do-sexo-em-sao-paulo-20100409.html>. Acesso em 20/05/2010.

Como também emerge de uma formação discursiva favorável à proibição das pulseiras do sexo, o discurso dessa notícia precisa estar ancorado em estratégias de convencimento que assegurem a validade e necessidade da lei, dissimulando o seu caráter

autoritário e impositivo. Desse modo, os efeitos de sentido do encadeamento argumentativo utilizado funcionam para reafirmar um ponto de vista favorável à proibição das pulseiras, por isso atualiza enunciados que justificam a importância de um projeto de lei como esse, quando retoma o argumento base para a criação da proposta:

A proposta foi criada tomando como base no caso de uma jovem de 13 anos de Londrina (Paraná), que disse ter sido vítima de estupro após usar o adereço. O crime aconteceu na penúltima semana de março.

ou quando explicita e contextualiza a situação de outras cidades em que as pulseiras também sofreram algum tipo de restrição. Tais exemplos sustentam a argumentação, servindo como elementos de persuasão em favor da defesa da proibição.

No entanto, emerge também um discurso de oposição à proibição, sobretudo quando a notícia se refere à efetivação da proposta no contexto escolar. Os enunciados sugerem um efeito de sentido de imposição em relação ao papel dos professores, instituído pela proposta de lei, quando ressaltam o caráter obrigatório imposto coercitivamente, como podemos observar no excerto:

Pela proposta, os professores dos colégios devem ser obrigados a se reunir com pais dos estudantes para esclarecer a medida. Os docentes darão, ainda, orientações a eles sobre questões sexuais.

Esse efeito de sentido contrário à lei de proibição também emerge em dois dos enunciados-títulos que constituem os links sugeridos e disponíveis para acesso do leitor em meio ao próprio texto da notícia. São eles:

- [Veto a pulseiras divide opiniões em Londrina](#)
- [Blog do Marini: proibição deve ser em casa](#)

Apesar disso, podemos afirmar que a notícia reforça o estatuto do discurso da lei, investido pelo poder de naturalizar verdades, através de preceitos considerados necessários à organização social. A aparente neutralidade do discurso da lei garante que ele seja considerado válido, já que estaria a serviço da manutenção da ordem. É desse modo que a notícia funciona para validar a instituição das normas previstas pela lei e amparadas em práticas discursivas hegemônicas.

Nesse sentido, a criação de leis que regulamentam práticas aceitáveis ou não no universo escolar tem por base o princípio de que a escola deve constituir-se como um espaço de legitimação dos códigos morais que regulam a vida em sociedade. Para educar o sujeito, a escola precisa exercer um controle, manifesto através do exercício de mecanismos de poder

com o objetivo de conduzir as condutas. Frente à identificação de fatores de risco, de comportamentos desviantes, transgressores ou que ameacem a vida, faz-se necessário instituir novas regras e normas, amparadas pelo argumento da manutenção da ordem, do bem estar e da vida.

Ao apresentar ao leitor um projeto de lei, cujo objetivo é interditar determinadas práticas no ambiente escolar, a notícia o faz ressaltando o caráter positivo das medidas, já que os argumentos que sustentam a criação da proposta estão amparados em códigos morais, em preceitos legitimados na sociedade. As pulseiras do sexo representam uma ameaça a esses valores, como revela a voz do prefeito de Navegantes (SC) reproduzida na notícia:

- Temos crianças entre dez e 12 anos utilizando uma linguagem não apropriada sobre o tema incitado por esta moda.

As pulseiras, portanto, incentivam a proliferação de discursos entre as crianças sobre a temática do sexo, região “onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam”, conforme nos adverte Foucault (1996, p.9); por isso essa linguagem considerada **não apropriada** deve ser objeto de interdições. Quando atualiza o histórico das pulseiras do sexo e sua proibição em outros lugares, a notícia reitera a validade de sua interdição, reafirmando a necessidade de a escola constituir-se como espaço de legitimação de certos discursos em detrimento de outros.

É uma concepção que ressalta os perigos da sexualidade e a importância do enquadramento num padrão considerado normal que embasa os argumentos utilizados na notícia, já que é enfatizada na narração a relação entre as pulseiras do sexo e violência sexual, como estupro e assassinatos, supostamente associados ao uso dos adereços coloridos.

A conclusão do texto, argumentando sobre a repercussão do caso **até na Espanha**, faz referência às conseqüências negativas das pulseiras para a imagem do Brasil no exterior, uma vez que reitera um discurso que relaciona o país a casos de violência sexual.

O que ancora o discurso de aprovação às medidas de proibição das pulseiras veiculado pelas notícias é um encadeamento argumentativo em que são mencionados apenas os efeitos negativos do uso dos adereços. Como são os discursos moralizantes que devem predominar para que a educação na escola cumpra seu papel, outras práticas que, por ventura, possam representar ameaças aos comportamentos considerados normais e ideais devem ser proibidas ou banidas, como enfatiza a notícia seguinte:

'Pulseiras do sexo' são banidas em escolas do Rio de Janeiro

15 de abril de 2010 • 03h59 • atualizado às 09h04

O uso das pulseirinhas do sexo e de bonés está proibido, a partir desta quinta-feira, nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Os professores também podem apreender, por até dois dias, telefones celulares que forem utilizados em salas de aula.

As normas fazem parte do Regimento Escolar, uma resolução da Secretaria de Educação que será publicada no Diário Oficial. O documento estabelece uma série de regras que devem ser cumpridas por estudantes e professores. As punições incluem até a reparação de danos à escola causados por alunos.

Outras proibições

Estudantes serão punidos em caso de agressões físicas, verbais ou feitas pela Internet a colegas, professores, funcionários e pais de alunos. As pulseirinhas estão enquadradas no item que veda o uso de adereços "que expressem insinuações sexuais".

Punições

As punições incluem advertências e transferência de turma ou de escola. Em casos mais graves, há a possibilidade de a escola acionar o Conselho Tutelar e a Procuradoria da Infância e Adolescência.

Busca de paz nas escolas

Claudia Costin, secretária de Educação, diz que o regimento foi pedido pelos professores e procura dar tranquilidade às escolas. As normas tornam obrigatória a participação no hasteamento da bandeira nacional e listam deveres dos professores, como preparação e correção de provas.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4382426-EI306,00-Pulseiras+do+sexo+sao+banidas+em+escolas+do+Rio+de+Janeiro.html>. Acesso em 20/05/2010.

No caso do Rio de Janeiro, a notícia veiculada no portal terra.com.br faz referência às normas regulamentadas no Regimento Escolar elaborado pela Secretaria de Educação, **que estabelece uma série de regras que devem ser cumpridas por estudantes e professores**. Entre elas, o documento dispõe também sobre as pulseirinhas, **enquadradas no item que veda o uso de adereços “que expressem insinuações sexuais”**.

Embora, a notícia dê destaque ao banimento das pulseirinhas – como se percebe pelo título – o regimento enfocado regulamenta uma série de prescrições com o objetivo de coibir determinados comportamentos. Outros objetos, como bonés e aparelhos celulares, também são alvo de proibições, bem como atitudes danosas à escola ou qualquer tipo de agressão.

Para tentar garantir o cumprimento dessas normas, faz-se necessário enfatizar as sanções advindas da desobediência ou indisciplina. As punições passam pela apreensão dos objetos proibidos, incluindo a reparação de danos à escola, advertências e transferências de turma e escola, havendo até a possibilidade de a escola acionar o Conselho Tutelar e a Procuradoria da Infância e Adolescência.

O argumento que ampara e legitima a elaboração do regimento está explícito na conclusão da notícia. A **busca de paz nas escolas** justifica a tentativa de impor a ordem e a

disciplina, coibindo por meio de proibições e punições as transgressões e resistências. Nesse sentido, consideramos que essa notícia seja emblemática, uma vez que o regimento de que trata, implantado pela Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro, representa uma expressão clara das estratégias que a instituição escolar tem usado, com o objetivo de governar as subjetividades.

O regimento constitui uma prática de governo dos sujeitos ao indicar os modos de ser, considerados desejáveis e adequados ao ambiente escolar, inclusive para os professores. Ao considerar como negativos e indesejáveis certas atitudes e comportamentos, elencando as penalidades, o regimento ensina como deve comportar-se o bom e dócil sujeito.

O retorno a práticas educacionais tradicionais (bem ilustrado através da citação do item que trata da obrigatoriedade de participação no hasteamento da bandeira) emerge da discursividade da notícia como a alternativa capaz de **dar tranquilidade às escolas**. Cabe ressaltar que esse discurso defensor do resgate de um modelo fortemente disciplinar tem embasado a emergência de práticas de caráter mais coercitivo em algumas escolas do país, como evidenciam as notícias analisadas. Há na sociedade, um discurso corrente que associa o fracasso da instituição escolar ao afrouxamento de seu rigor na tarefa de educar.

Nessa formação discursiva, a alternativa que resta à escola é assumir uma postura mais rígida e conservadora, com vistas ao fortalecimento da sua função disciplinadora. A defesa desse ponto de vista também emerge da discursividade das notícias. Quando divulgam sentidos sobre a escola, as notícias contribuem para produzi-la por meio dos discursos que veiculam. Elegendo certos discursos e fazendo-os funcionar como verdadeiros em detrimento de outros, as notícias vão produzindo, disseminando e validando sentidos sobre a escola, os quais se transformam em matrizes para pensar e agir.

Este é um tempo de escutas, de penetrar cuidadosamente em um espaçotempo que se esboça totalmente diferente de tudo que já conhecíamos. Talvez esta seja uma das grandes contribuições dos tempos pós-modernos – deixar-nos tão desconfortáveis que desistimos de lamentar um tempo perdido (que nos legou o que temos hoje), e começamos a duvidar de nossos fundamentos, das tais ‘bases sólidas’, lançando-nos na tarefa de refletir sem reservas sobre o nosso próprio tempo. Parece que já é hora de um pouco de fraqueza, um pouco de insegurança, um pouco de fragilidade, um pouco de humildade...

Marisa Vorraber Costa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da Análise do Discurso de linha francesa, desenvolvida no Brasil a partir principalmente das formulações de Michel Foucault, este trabalho se propôs a analisar e discutir os jogos de verdade produzidos pela mídia sobre a escola, a partir dos discursos que ela (re)produz e faz circular. Para realizar essa tarefa, elegemos como corpus notícias que discursivizam a escola através do enfoque de novas práticas que estão se implantando na instituição escolar tendo em vista a produção de subjetividades.

A partir da análise de notícias que tratam do objeto escola em sua relação com os temas violência, alimentação e sexo, percebemos que as construções discursivas descrevem a emergência de novas práticas de caráter mais coercitivo e regulador, tendo em vista a normalização e o governo dos sujeitos alunos contemporâneos. No entanto, apesar de mais rigorosas e repressivas, essas novas práticas são legitimadas no discurso jornalístico, que as enfocam sob um viés positivo, destacando sua necessidade e utilidade frente às novas configurações sócio-históricas da sociedade contemporânea.

Essas novas práticas escolares narradas nas notícias apontam para o refinamento das tecnologias de poder, configurando-se em práticas de poder a serviço do controle e devem ser entendidas como estratégias de uma política mais ampla de potencialização da vida, a biopolítica. Investigar essas novas práticas serviu para nos fazer compreender como os modos de governo dos sujeitos precisam ser constantemente atualizados, reinventados a fim de que tenham um alcance cada vez mais extenso e intenso.

Com Foucault, aprendemos a olhar para essas práticas a partir de sua positividade. Certamente são práticas que proíbem, interditam e punem, mas o essencial dessas tecnologias de poder é fazer com que os indivíduos tornem-se mais eficientes e produtivos para a sociedade. Desse modo, o essencial não é a proibição, a interdição, mas a produção de corpos e mentes dóceis, sujeitos educados, pacíficos, saudáveis, controlados, normalizados.

As transformações que estão ocorrendo na instituição escolar estão possibilitando o deslocamento da ênfase dos dispositivos disciplinares para a ênfase nos dispositivos de controle, o que altera radicalmente os processos de subjetivação. Na sociedade de controle, por exemplo, não é mais possível pensar na ação isolada de instituições. Como procuramos mostrar através das análises, os muros que delimitam fisicamente os espaços institucionais não podem mais ser considerados como um símbolo definidor de responsabilidades específicas sobre o sujeito. Os limites entre as instituições tornaram-se cada vez mais fluidos e

cambiantes, uma vez que o controle é cada vez mais amplo. O controle esmaece as fronteiras, possibilitando uma atuação conjugada que busca recobrir os vários aspectos da vida do sujeito.

Através da descrição dessas práticas nas notícias, a mídia reforça a imagem de uma escola que procura reafirmar-se como uma das mais importantes instituições de produção de sujeitos na sociedade, destacando a necessidade de ampliar e aprimorar o exercício do poder, pois quanto mais totalizante, mais produtivo e econômico ele será. As notícias apontam para o esforço que a escola tem feito para ampliar seu campo de ação, através da intensificação de sua função normalizadora, por isso o discurso jornalístico ressignifica a escola a partir da construção de imagens relacionadas à intensificação de seu papel no governo dos sujeitos.

Ao narrar a escola sob certos enfoques, as notícias se configuram como práticas discursivas capazes de construir, reforçar e solidificar certos sentidos, cuja força de verdade atua para regular os nossos modos de ver e falar sobre a escola na atualidade. Analisando o processo de constituição discursiva das notícias, foi possível perceber de que modo se dá a articulação dos enunciados, tendo em vista a consecução do necessário efeito de realidade. Propagadora das verdades consagradas socialmente, a notícia se encarrega de ser um instrumento a serviço da biopolítica quando dissemina as práticas de si que cada um e todos devem desenvolver a fim de alcançarem certos estados de bem estar e felicidade.

Ao refletir sobre a produtividade dos discursos da mídia em atuar sobre o governo dos sujeitos, buscamos destacar seu papel em nos fornecer referências para pensar e agir, embora o faça nos dando a impressão de que as nossas formas de pensamento e ação foram frutos de nossas próprias escolhas. Assim, nas notícias, os enunciados que compõem o que, aparentemente, é só informação, funcionam para produzir, disseminar e validar verdades sobre a escola e suas práticas, bem como para atuar sobre os sujeitos, levando-os a adotar práticas de si tendo em vista a subjetivação e a normalização.

Como uma das mais importantes instituições criadas pela Modernidade, a escola sempre esteve a serviço do enquadramento dos sujeitos em certos parâmetros de docilidade e utilidade necessários ao tipo de sociedade na qual vivem. Esse projeto, embasado pelo ideal iluminista, assentou-se na naturalização de uma noção universalizante de sujeito, cujo desenvolvimento estaria vinculado ao aprendizado do exercício da razão, da autonomia, emancipação e liberdade. Foi esse sujeito idealizado que pautou a constituição dos saberes pedagógicos ao longo da história da escola no ocidente e continua direcionando fortemente a ação educativa da escola ainda hoje.

No entanto, diante das novas condições sócio-histórico-culturais, os modos tradicionais de fabricação de sujeitos dóceis, virtuosos e disciplinados têm se mostrado não tão eficazes, pondo em cheque a eficiência da lógica disciplinar articuladora das ações empreendidas pelas instituições de governo dos sujeitos. Nesse novo contexto, as instituições consagradas, responsáveis pela produção das subjetividades na sociedade moderna, atravessam um momento de crise, já que não detêm mais o monopólio de forças na contemporaneidade, quando disputam espaço (de maneira bastante desigual, é útil ressaltar) com uma pluralidade de outros dispositivos de poder bem mais abertos, flexíveis e cambiantes e, nem por isso menos produtivos.

Nesse quadro, a escola tem sido vista como desencaixada da sociedade, parece haver um desacordo entre as suas práticas e as exigências impostas pelo mundo contemporâneo. Suas estratégias se revelam insuficientes para produzir os sujeitos necessários a uma nova ordem, o que tem demandado uma constante atualização e reconfiguração de suas estratégias de poder, como demonstram as análises empreendidas no desenvolvimento desta tese.

Inventariar os modos como estão operando as tecnologias de poder na instituição escolar para a constituição das subjetividades permite que se possa refletir mais amplamente sobre a relação entre escola e ética. Pode a escola tornar-se um espaço em que os sujeitos possam experimentar novas relações consigo mesmos, em direção a uma estética da existência, como sugere Foucault? É possível que a escola possa oportunizar a realização de práticas de si tendo em vista uma reinvenção, uma recriação de si mesmo, escapando às formas de sujeição? Pode a escola contribuir com a busca de novas formas de existência?

Ao concluir, são muitas as questões que ainda emergem, fazendo eco com aquela que escolhemos para iniciar a introdução dessa tese ou com mais outra, tal como: há algo a fazer? Frente a tantas inquietações ainda latentes, só nos resta reiterar as idéias de Foucault quando sinaliza para a possibilidade de os sujeitos poderem conduzir sua vida em direção à ética, a uma estética da existência, possível somente através de uma relação consigo, em que o cuidado de si manifesta-se através de práticas refletidas da liberdade. Como nos ensina o filósofo, é preciso inquietar o pensamento, desnaturalizar e dessacralizar as verdades definitivas ou incontestáveis, duvidar das certezas e conduzir nossa vida em direção à possibilidade de pensar diferente, de ser diferente, de escapar ao que nos subordina e nos domestica.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n. 19, p. 25-42, jul.-dez., 1990.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Vida para o consumo**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRANDÃO, Z. Família e escola na constituição da subjetividade. In: SOUZA, S. J. (Org.). **Mosaico: imagens do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000. (pp. 96-101).

CAMOZZATO, V. C. **Habitantes da cibercultura: corpos ‘gordos’ nos contemporâneos modos de produzir a si e aos ‘outros’**. Dissertação de Mestrado. PPGE/UFRGS, 2007. Disponível em <http://www.ufrgs.br/neccso/>. Acesso em 25/02/2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORACINI, M. J. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto das novas tecnologias. In MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J.; GRIGOLETTO, M e (org.). **Práticas Identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

COSTA, M. V. **Quem são, que querem, que fazer com eles? Eis que chegam às nossas escolas as crianças e jovens do século XXI**. (Versão preparada para apresentação no VI Colóquio sobre *Questões Curriculares* e II Colóquio Luso-Brasileiro sobre *Questões Curriculares*, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2005). Disponível em <http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto>. Acesso em 23/02/2010.

_____. Paisagens escolares no mundo contemporâneo. In SOMMER, L. H.; BUJES, M. I. E. **Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Canoas: Ed ULBRA, 2006.

_____. Cartografando a gurizada da fronteira: novas subjetividades na escola. In; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A. e FILHO, A. S. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008a. (Coleção Estudos Foucaultianos).

_____. Currículo e pedagogia em tempos de proliferação da diferença. In: PERES, E.; TRAVERSINI, C.; EGGERT, E.; BONIN, I. (Orgs.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008b. Livro 3. (p. 490-503).

DEACON, R. & PARKER, B. Educação como Sujeição e como Recusa. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIAS, D. L. O discurso do estereótipo na mídia. In EMEDIATO, W., MACHADO, I. L. e MENEZES, W. (Orgs.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador** - formação do estado e civilização (vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FABRICIO, B. F. Narrativização da experiência: o triunfo da ordem sobre o acaso. In MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J.; GRIGOLETTO, M e (org.). **Práticas Identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

FISCHER, R.M.B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Tese de Doutorado. PPGEDU/UFRGS. Porto Alegre, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P & DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **A ordem do discurso**. 14^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1975-1976)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 28^a ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade. In MOTTA, M. B. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In MOTTA, M. B. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. Uma Estética da Existência. In MOTTA, M. B. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. Sexualidade e Poder. In MOTTA, M. B. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. **Microfísica do poder**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. Conversação com Michel Foucault. In MOTTA, M. B. **Estratégia, poder-saber**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção Ditos e Escritos IV)

GARBIN, E. M. Cenas Juvenis em Porto Alegre: “lugarizações”, nomadismos e estilos como marcas identitárias. In SOMMER, L. H.; BUJES, M. I. E. **Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Canoas: Ed ULBRA, 2006.

GREGOLIN, M. R. V. Caras e Você S.A.: escultura da imagem e visibilidade social. In: BARZOTTO, V.; GHILARDI, M. (org.). **Mídia e Leitura**. São Paulo: Anhembi/Morumbi, 1999.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia. In: FONSECA-SILVA, M. C. e POSSENTI, S. **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a. p. 39-60.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: Diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2007b.

GRIGOLETTO, E. A autoria no hipertexto: uma questão de dispersão. **Hipertextus** (www.hipertextus.net), n.2, Jan.2009. p. 1-13.

GRIGOLETTO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J.; GRIGOLETTO, M (org.). **Práticas Identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GVIRTZ, S. e LARRONDO, M. Repensando la relación entre educación, escuela y culturas contemporâneas. In: SOMMER, L. H. e BUJES, M. I. E. **Educação e Cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006. p. 153-162.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução e revisão de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Publicado na revista **Educação e Realidade**, v.22,n.2,1997. Disponível em: http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em 23/02/2010.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. e CAMPOS, M. C. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FEITOSA, I. & DIMENSTEIN, M. Escola, Família e Trabalho Infantil: Subjetividade e Práticas Disciplinares. **Interação em Psicologia**, jul./dez. 2004, (8)2, p. 287-296

LUCENA, I. T. **Fiando as tramas do texto**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

MOMO, M. **Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/12185>. Acesso em 05/12/2008.

NARDI, H. C. e SILVA, R. N. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Educação e Realidade**. V. 29, n.1. FAGED/UFGRS. Porto Alegre. Jan/jun 2004, p. 187-197.

NOVENA, N. P. Pesquisando as narrativas da sexualidade na organização escolar: formulação do problema e adequação dos procedimentos metodológicos na pesquisa qualitativa. In FARIAS, M. S. B. e WEBER, S. (org.). **Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na Educação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

PÊCHEUX, M. [1975] **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcimelli Orlandi [et al] 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. A Análise do Discurso: Três Épocas. In: GADET, F e HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

_____. [1977] Remontons de Foucault a Spinoza. In: MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990, p. 245-260.

PRATA, M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**. No 28, Jan /Fev /Mar /Abr 2005, pág. 108-115.

RAJCHMAN, J. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

RAMOS DO Ó, J. O governo de si mesmo. **Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno lineal**. Lisboa: Educa, 2003. p. 103-149.

ROCHA, C. M. F. **A escola na mídia: nada fora do controle**. Tese de doutorado. UFRGS, FAGED, Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8597/000582097>. Acesso em 10/07/2010.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. (org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 30-45.

SARAIVA, K. **Outros espaços, outros tempos – internet e educação**. Tese de Doutorado. UFRGS, FAGED, Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2006. In: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8597/000582097>. Acesso em 16/05/2010.

SILVA, T. T. O Adeus às Metanarrativas Educacionais. In SILVA, T. T. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO. V. e CASTELO BRANCO. G. (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

_____. **Foucault & a educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

YÚDICE, G. Cultura e educação no novo entorno. In: SOMMER, L. H. e BUJES, M. I. E. **Educação e Cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006. p. 11-20.